



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 160, SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 160ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2018

1.1 – ABERTURA	10
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	10
1.2.2 – Oradores	
Senador Guaracy Silveira – Posicionamento contrário ao sistema de pontuação nas carteiras de motorista para determinadas classes trabalhadoras; e outro assunto.	10
Senadora Vanessa Grazziotin – Considerações sobre a medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 54/2018, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, acerca da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância; e outros assuntos.	14
Senador Jorge Viana – Prestação de contas da atuação parlamentar de S. Exa.	28
Senador Hélio José – Reflexão sobre o término do mandato de S. Exa.	42
Senadora Ana Amélia – Crítica à instabilidade jurídica gerada diante de decisões antagônicas proferidas pelo STF; e outros assuntos.	51
Senador Wellington Fagundes – Prestação de contas do mandato de S. Exa.; e outros assuntos.	60
Senador Cristovam Buarque – Reflexão a respeito da atuação política de S. Exa.	70
1.3 – ENCERRAMENTO	74

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 160ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE



2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 518/2018. 76

2.1.2 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista, de substituição de membro em diversas comissões (**Ofício nº 73/2018**). 78

Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Ex^a em missão realizada no período de 9 a 11 do corrente, nos termos do Requerimento nº 550/2018. 79

Do Senador Antonio Anastasia, de participação de S. Ex^a em missão realizada no período de 3 a 7 do corrente, nos termos do Requerimento nº 523/2018. 79

2.1.3 – Discursos e documentos encaminhados à publicação

Senador Flexa Ribeiro – Exposição da atuação parlamentar de S. Exa. 81

Senador Eduardo Braga – Balanço do mandato de S. Exa. 84

Senadora Lúcia Vânia – Prestação de contas do mandato de S. Exa; e documento encaminhado, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 87

Senadora Vanessa Grazziotin – Íntegra do discurso e documento encaminhado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno. 102

2.1.4 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 79/2016 à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 110

Encaminhamento do Substitutivo da Câmara nº 6/2016 às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania. 110

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 78/2018 às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura. 110

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 87/2018 à Comissão de Assuntos Econômicos. ... 110

2.1.5 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 169 a 171/2018. 112

2.1.6 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 172/2018 (nº 399/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará*. 114

Projeto de Decreto Legislativo nº 173/2018 (nº 443/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará*. 116



Projeto de Decreto Legislativo nº 174/2018 (nº 503/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.</i>	118
Projeto de Decreto Legislativo nº 175/2018 (nº 964/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaíva, Estado do Paraná.</i>	120
Projeto de Decreto Legislativo nº 176/2018 (nº 1.001/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.</i>	122
Projeto de Decreto Legislativo nº 177/2018 (nº 1.012/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul.</i>	124
Projeto de Decreto Legislativo nº 178/2018 (nº 1.013/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais.</i>	126
Projeto de Decreto Legislativo nº 179/2018 (nº 1.025/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Porto Esperidião para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso.</i>	128
Projeto de Decreto Legislativo nº 180/2018 (nº 1.026/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul.</i>	130
Projeto de Decreto Legislativo nº 181/2018 (nº 1.027/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (Asbeculis) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Gonçalves, Estado da Bahia.</i>	132
Projeto de Decreto Legislativo nº 182/2018 (nº 1.033/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga permissão ao Centro Universitário de Franca - UNIFACEF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Franca, Estado de São Paulo.</i>	134
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 172 a 182/2018.</i>	136

2.1.7 – Mensagens do Presidente da República

Nº 732/2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 122/2017, sancionado e convertido na Lei nº 13.766/2018.	138
Nº 734/2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 316/2015-Complementar, sancionado e convertido na Lei Complementar nº 164/2018.	139
Nº 735/2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 44/2018, sancionado e convertido na Lei nº 13.768/2018.	140

2.1.8 – Projetos de Lei do Senado

Nº 544/2018, do Senador Zé Santana, que <i>altera a Lei Federal nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal - quanto aos procedimentos para a execução indireta de atividades em estabelecimentos penais.</i>	142
--	-----



Nº 545/2018, do Senador Guaracy Silveira, que <i>dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.</i>	148
2.1.9 – Projeto de Resolução	
Nº 67/2018, da CPI dos Maus-tratos - 2017, que <i>cria a Comissão da Criança e do Adolescente.</i>	154
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 67/2018.</i>	158
2.1.10 – Reautuação	
Reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 505/2018 como Projeto de Resolução nº 67/2018. Não utilização da numeração do Projeto de Lei do Senado nº 505/2018	160
2.1.11 – Recursos	
Nºs 17 e 18/2018, interpostos no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 424/2018 e 260/2017.	162
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 260/2017; e 424/2018.</i>	165
2.1.12 – Requerimentos	
Nº 625/2018, de Líderes, de calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2017	167
Nº 626/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 377/2015	169
Nº 627/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 190/2017	172
Nº 628/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2018	174
Nº 629/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Resolução nº 21/2015	176
Nº 630/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Resolução nº 31/2017	178
Nº 631/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 1/2008	180
Nº 632/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 356/2012	182
Nº 633/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 769/2015	189
Nº 634/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 392/2016	192
Nº 635/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 104/2017	197
Nº 636/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 511/2017	199
Nº 637/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 75/2018	201
Nº 638/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 181/2018	204
Nº 639/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 204/2018	207
Nº 640/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37/2013	209
Nº 641/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015	211



Nº 642/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 148/2015	213
Nº 643/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 79/2016	215
Nº 644/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 147/2016	218
Nº 645/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93/2017	225
Nº 646/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 121/2017	228
Nº 647/2018, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33/2018	230
Nº 648/2018, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 88/2018	232
<i>Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 625 a 648/2018.</i>	<i>235</i>

2.1.13 – Término de prazos

Término do prazo, em 18 do corrente, sem apresentação emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 476, 479 a 481, 483 a 485, 487, 489 a 496 e 498 a 507/2018; e com apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 477, 478, 482, 486, 488 e 497/2018. ..	237
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 35 e 283/2016; e 260/2017.	250

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 241/2018-CDH/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 110/2016	252
Nº 242/2018-CDH/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 506/2015	260
Nº 243/2018-CDR/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56/2016	265
Nº 27/2018-CTFC, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296/2014	271
Nº 28/2018-CTFC, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17/2016	278
Nº 29/2018-CTFC, sobre o Aviso nº 34/2017	291

PARTE III

4 – RETIFICAÇÃO

Diário do Senado Federal nº 159, de 20 de dezembro de 2018.	305
--	-----

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	312
---	------------

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	315
--	------------

7 – LIDERANÇAS	316
-----------------------------	------------

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	320
--	------------

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	324
---	------------



10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	328
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	366

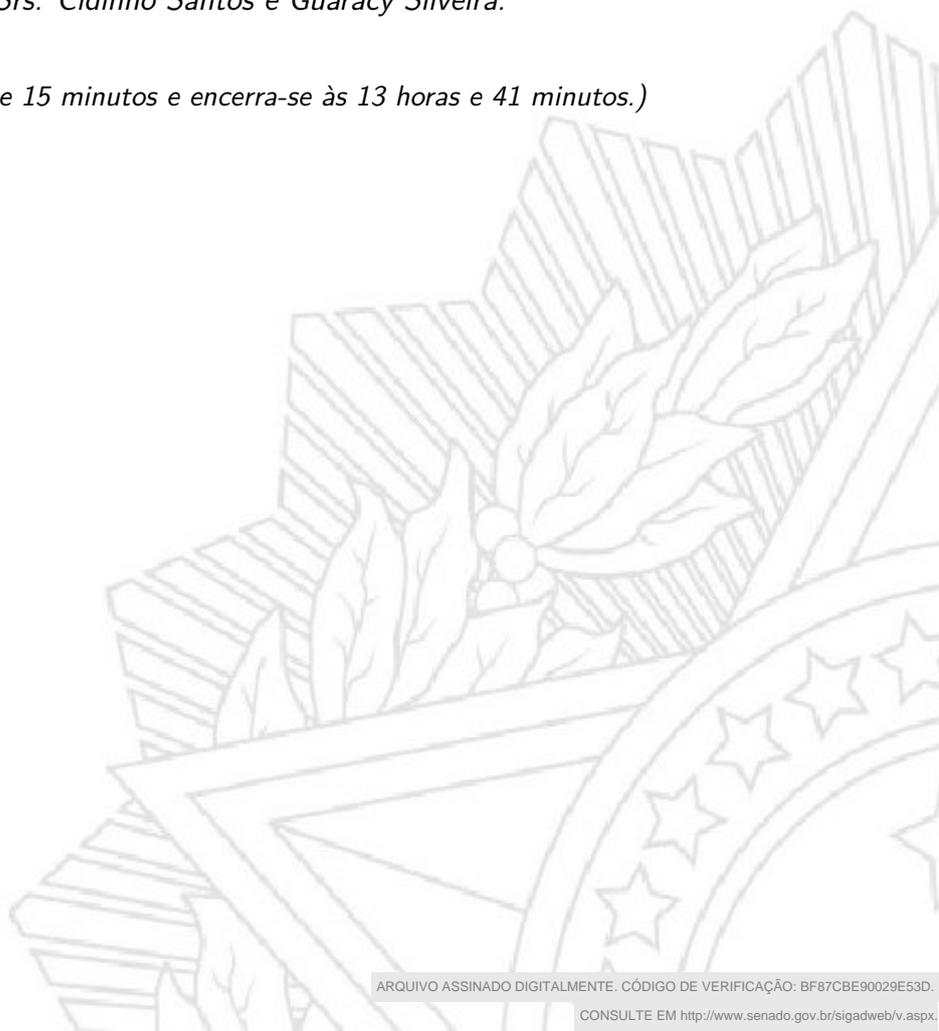


Ata da 160ª Sessão, Não Deliberativa,
em 20 de dezembro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Cidinho Santos e Guaracy Silveira.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 15 minutos e encerra-se às 13 horas e 41 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão. (*Fora do microfone.*)

Há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário Oficial do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Daqui a pouco abriremos para os oradores inscritos.

Hoje é uma sessão bastante significativa e simbólica. É a última sessão do ano, mesmo não deliberativa, em que teremos a oportunidade para alguns Senadores fazerem a sua despedida, fazerem o balanço de seus mandatos.

E aqui recebemos, na Presidência, uma notícia muito boa, muito alvissareira, que diz que as vendas externas do agronegócio brasileiro ultrapassam US\$100 bilhões no acumulado de 12 meses. O dado se refere ao período de dezembro do ano passado até o último mês de novembro.

As exportações do agronegócio atingiram 100,1 bilhões nesse período, ultrapassando a marca de 100 bilhões. O aumento das exportações ocorreu em função do incremento da quantidade exportada: 5,3%. A superação da marca de US\$100 bilhões de exportações anuais do agronegócio brasileiro reflete tanta a boa gestão do Ministério da Agricultura, sob a gestão do Ministro Blairo Maggi, como a excelência do setor produtivo.

Então, parabéns a todos os produtores brasileiros, ao agronegócio e, especialmente, ao Ministro Blairo Maggi, que deu uma dinâmica diferente no Ministério, procurou trazer ao Ministério a desburocratização, procurou levar o crédito agrícola na hora certa, para atender aos produtores rurais, e chegamos a esse recorde, desse momento, de US\$100 bilhões em exportações do agro, no período de 12 meses.

Dando sequência, agradeço a oportunidade – Senador Guaracy, Senadora Vanessa, Senador Valdir Raupp, que está aqui, demais Senadores e telespectadores da TV Senado –, a honra e o prazer que tive de estar aqui no Senado, mesmo como suplente de Senador, e ter tido a oportunidade de assumir uma função na Mesa Diretora e, por algumas vezes, fazer a abertura e conduzir os trabalhos desta Casa. Para mim, é um momento especial, e foi um momento muito importante na minha vida. Então, agradeço a Deus e a todos os Senadores que me deram esta oportunidade. Eu agradeço também ao povo do Mato Grosso.

Pela ordem, como oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Em permuta com a Senadora Vanessa, então, usará a palavra, inicialmente, como orador inscrito, o Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (PSL - TO. Para discursar.) – Bom dia a toda a Nação brasileira, ao meu Presidente, que brilhantemente dirige esta sessão, aos Senadores presentes, aos funcionários desta Casa, e ao povo que nos assiste pela TV e nos ouve pela Rádio Senado. E digo sempre ao povo brasileiro: a TV Senado e a Rádio Senado são a grande opção de conhecimento, de estar realmente inteirado do que acontece no nosso Brasil.

Mas, meu Presidente, eu tenho a fazer uma comunicação bastante importante.

Senadora Grazziotin, esta semana, na segunda-feira, estando eu em meu Estado, o Tocantins, na capital, tive notícias de que meu neto e meu genro estavam com o sistema de saúde bastante complicado, devido a um rotavírus, na cidade de Araguaína. Meu neto, de oito anos, não conseguiu, meu Presidente Cidinho, internamento infantil numa cidade de 180 mil habitantes. Eu tive que realmente fazer algo que há muito tempo não fazia, desde a minha mocidade, Presidente Cidinho: sair de carro às 5h da tarde, da cidade de Palmas, para levar meu neto, de carro, para



Belém, a 1.200km, dirigindo a noite toda para isso, porque não havia internamento para a criança, numa cidade de quase 200 mil habitantes.

Isso é revoltante. Não digo revoltante por mim: graças a Deus, meu neto está bem, fora de perigo, pela graça de Deus, meu genro também, tudo sanado. Mas eu imagino o povo brasileiro que não tem essa mesma condição, meu Presidente. Como é triste depender do sistema público de saúde. E não é nem o público; nem o particular tinha. Imagine V. Exa. como é difícil. Então, por causa disso que, justamente...

Ah, e outra coisa: mesmo que você saiba o remédio que for necessário, você também não consegue comprar. É privativo de hospitais.

Não se pode mais continuar, Senadora Vanessa, com a saúde nesse nível em que está no Brasil. Não se pode.

Olha, a comida é importante, a segurança é importante, a educação é importante, o sistema viário é importante. Tudo isso é deveras de importância, mas a saúde tem uma importância ímpar, que nós não podemos relegar.

Se somos, Senadora Grazziotin, se somos, meu Presidente Cidinho, se somos representantes do Estado brasileiro, nós temos que fazer uma justa e santa guerra, como dizem os muçulmanos, uma *jihad*, em prol da melhoria da saúde do povo brasileiro, de melhor assistência médica, melhor assistência hospitalar, porque, realmente, Deus nos guarde de precisar de assistência médica.

A coisa está muito ruim no Brasil. Tudo se complica, tudo se complica. Para comprar um simples antibiótico, como já falei dias passados, tem que se ter uma receita; para comprar um antibiótico que custa R\$15, tem que se gastar 300. E isso não pode continuar. Nós temos que dar um basta nisso.

Bem, uma outra situação, Presidente, de que nós falamos hoje é o sistema de pontuação nas carteiras de motorista.

Eu não sou a favor de nenhuma violação de trânsito, de nenhuma violação das leis de trânsito, mas não pode ter o mesmo nível de igualdade a pessoa que usa o automóvel para um passeio, para um lazer, mas não tem do veículo o seu meio de ganhar pão, o seu meio de salário.

Presidente Cidinho, imagine que os caminhoneiros – esse povo que tem uma força imensurável e que, durante alguns dias em que pararam, parou o Brasil – têm a mesmo perigo de uma cassação de carteira que um motorista que dirige por lazer. São motoristas que V. Exa. conhece muito bem no Mato Grosso, no Pará. Quantos sofrem esses nossos caminhoneiros! Muitas vezes, por uma lanterna quebrada ou um farol queimado, a pontuação vai embora, e eles perdem a carteira. E, quando um caminhoneiro perde a carteira, ele simplesmente perde o meio de ganhar dinheiro, de sustentar a sua família. Então, isso é extremamente injusto.

Existe uma frase de Rui Barbosa que é mais ou menos assim: nada mais justo do que tratar desigualmente os desiguais. A frase é um pouco diferente, mas o sentido é esse.

Nós devemos muito aos caminhoneiros no Brasil, porque este é um País que optou... Nós esquecemos o sistema ferroviário; o sistema aquaviário, por rios, fluvial, não foi também privilegiado no Brasil; e o Brasil é movido por estradas. Vejamos bem, Presidente Cidinho. O Presidente Washington Luís tinha como frase, que depois foi usada também por Juscelino Kubitschek, que governar é abrir estradas. Então, o Brasil priorizou, desde os anos 20, a abertura de estradas. Isso foi acentuado com o Governo de Getúlio Vargas, e o Governo militar continuou priorizando o sistema rodoviário. E o sistema rodoviário cresceu muito no Brasil. Então, o progresso do Brasil, Senadora Grazziotin, está sob as rodas de um caminhão. Embora V. Exa. seja



de um Estado que tem as estradas naturais feitas por Deus, que são os grandes rios da nossa Amazônia, eu vejo, por exemplo, o meu Estado, Tocantins, cortado em todos os sentidos por rodovias.

Como o nosso caminhoneiro, que transporta as nossas riquezas, que ele pega dos rincões mais difíceis e leva para os nossos portos, para exportação, para as grandes cidades, para as zonas de comércio, se penalizado com 21 pontos, perde a carteira? Isso não pode continuar. Isso é extremamente injusto. A Nação brasileira, o Estado brasileiro está cometendo uma injustiça, uma grave injustiça contra uma classe que realmente move o progresso deste País.

Senador Cidinho, imagine um caminhoneiro, que pega uma daquelas nossas estradas não pavimentadas, onde queima lanterna, queima farol, arranca para-barro. Daqui a pouco, com tudo isso, ele pega um agente de trânsito com má vontade, que lhe aplica logo 21 pontos na carteira. Aquele profissional vai, Senadora, perder a oportunidade de trabalhar. A sua carteira vai ser recolhida. E como será o seu ganha-pão?

Senador Cidinho, nós precisamos nos mobilizar. Isso não pode continuar desse jeito. O caminhoneiro tem que ser protegido por nós, como todo cidadão brasileiro, mas o caminhoneiro em especial, porque, sem o sistema rodoviário operando no Brasil, esta Nação para.

Há agora milhões de motoristas profissionais, e se ameaça uma greve novamente no setor de transporte. A greve não aconteceu ainda – eu tenho amizade com alguns líderes caminhoneiros –, porque dizem que, como um Governo está terminando, e o outro ainda não começou, não seria prudente no fim do ano fazer uma greve que prejudicaria toda a Nação brasileira. Então, por um ato de patriotismo, por um ato pátrio, por um ato de amor à Nação, os caminhoneiros resolveram resguardar ainda para não fazer essa greve, mas, meu Presidente, Senador Cidinho, eles estão a ponto de explodir.

E um dos combustíveis para essa explosão social é justamente essa injusta pontuação na carteira de motorista, porque o motorista de um automóvel que dirige numa cidade, no dia a dia, anda aproximadamente 10 mil, 12 mil quilômetros por ano, e o motorista de caminhão anda 10 mil, 12 mil quilômetros por mês nas estradas mais difíceis. Eu não estou defendendo que alguém dirija embriagado, desse tem que tirar a carteira mesmo, tem que tirar a carteira de alguém que dirija sob efeito de tóxicos, de drogas pesadas, porque está pondo em risco também a vida de outras pessoas, mas, com qualquer infração acumulada, chega-se a 21 pontos, e a carteira se perde. Então, não se pode tratar no mesmo nível de igualdade. Isso nós temos que mudar e temos que mudar urgentemente. Nós temos responsabilidade com a nossa Pátria, nós temos responsabilidade com a nossa gente. Não se pode tratar do mesmo modo aqueles que usam o automóvel para se locomover ou por lazer no dia a dia e o caminhoneiro que usa para transportar o progresso, transportar o alimento, transportar a logística, transportar o que é necessário, transportar o material de construção, transportar o combustível para a Nação brasileira. Não pode que esses sejam penalizados de igual modo, porque isso é a profissão deles.

Agora, meu Presidente Cidinho, do que o nosso caminhoneiro vai viver? Normalmente, o caminhoneiro é uma pessoa que começou a trabalhar muito cedo, e a profissão dele é quase exclusivamente aquela. Nós vamos jogá-lo a quê? À mendicância? À indignidade? Não! Nós não temos o direito de fazer isso. Nós Senadores, nós que legislamos por este País, nós temos que ter sensibilidade social e vermos as dificuldades daqueles que são menos favorecidos. Chega de complicarmos tanto a vida dos outros! Neste País, parece que complicamos para as pessoas que mais precisam do nosso apoio.



Complicamos a vida do nosso agricultor, do nosso lavrador. Enchemos de leis ambientais, enchemos de leis que eles não conseguem resolver. Presidente Cidinho, o produtor rural tem ITR, CCIR, LAR, CAR. Muitas vezes, a coisa não custa nada, é insignificante, mas ele tem que contratar um contador para tirar esses respectivos documentos. Agora, vejam! Nós colocamos todas essas dificuldades em cima de quem tem que ser nosso protegido.

E, assim, meus colegas Senadores, o caminhoneiro é alguém que tem que ser protegido por nós. Então, eu defendo justamente que essa noção de pontuação igual é simplesmente injusta. Ela é simplesmente injusta! Por exemplo, há a lei da balança: uma carreta pode passar na balança com 31 toneladas, mas, se ela tiver em um dos eixos peso a mais, o motorista é multado, é ponto na carteira. Até quando nós vamos continuar desse jeito, com essa insensibilidade de pessoas que não conhecem nada de um setor fazendo lei para aquele setor que não conhecem? Com isso não podemos continuar, Presidente Cidinho! Nós não podemos continuar.

Que este seja aqui o meu brado de revolta contra esse sistema que prejudica as classes mais trabalhadoras, mais operosas deste País, como os motoristas de caminhões! São homens que vivem na estrada, se hospedando no próprio caminhão, dormindo na cabine do caminhão, sofrendo todas as agruras, com a insegurança que há hoje em nossas estradas. Estive vendo, ontem, se não me engano, em uma reportagem do Rio de Janeiro, que, neste ano, já foram cometidos 8 mil roubos de cargas na cidade do Rio de Janeiro. Quem é a vítima? É o caminhoneiro.

Até quando vai continuar desse jeito? Esse povo precisa ser favorecido por todos nós. Nós temos que olhar isso, é obrigação do Senado brasileiro, é obrigação pátria. Nós temos esse dever. Esse não é um dever, meu Presidente Cidinho, com uma classe de trabalhadores, não; é um dever com a Nação brasileira, nós temos um dever com a Nação brasileira. Nós temos de enxergar aqueles que produzem e produzem para todos nós.

É este o meu pronunciamento em defesa desta classe tão operosa que são os nossos caminhoneiros.

E desejamos a todo o Brasil, a toda a Nação brasileira que tenhamos um fim de ano repleto de bênçãos de Deus. Agora, no dia 25, vamos comemorar mais um aniversário de nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo, essa magna data da cristandade, mas que eu digo que vai muito além da magna data da cristandade, é a data do universo, porque comemora-se o dia em que o Filho de Deus veio da eternidade, que se tornou homem e morreu na cruz por nós. Então, se comemora o dia da oportunidade do ser humano. Ao povo brasileiro, ao meu Estado natal, São Paulo, e à minha cidade, Capão Bonito, um grande abraço! A meu Estado Tocantins, à minha gente do Tocantins, um grande abraço. Votos de paz, saúde e prosperidade. Que o ano de 2019 seja pleno de realizações. Aos meus colegas do Senado, aos funcionários desta Casa, a todos que nos ajudam e colaboram para o bom andamento desta Casa, que o ano de 2019 seja pleno de realizações e muito obrigado pelo apoio que nos deram até agora.

Deus abençoe a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Guaracy. Parabéns pelo seu pronunciamento, em que tocou em dois temas bastante relevantes para o Brasil, principalmente a questão da saúde, quando V. Exa. coloca da dificuldade de atendimento a uma criança, seu neto. Não se tem atendimento nem na rede pública, nem na rede privada. Quando você consegue um remédio, o remédio está na mão de poucas pessoas, você não consegue ter acesso. Então, essa é a realidade do Brasil, que vem de muitos anos. E nós temos que



cada vez nos indignarmos mais, para ver se conseguimos mudar essa realidade. Parabéns! E também a questão dos caminhoneiros.

Agora, passo a palavra para a Senadora Vanessa, para fazer o pronunciamento.

E registro aqui o aniversário da nossa Secretária da Mesa Adriana Zaban. Um feliz aniversário a você, um Feliz Natal. Parabéns! Que Deus a abençoe! Muitas felicidades.

Passo a palavra para a Senadora Vanessa, ao tempo em que agradeço a oportunidade de ocupar esta Presidência. Em um momento, vou ter que sair e transfiro a Presidência para o Senador Guaracy, logo após o início da palavra da Senadora Vanessa Grazziotin.

(O Sr. Cidinho Santos, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Guaracy Silveira.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discursar.) – Que minhas primeiras palavras também sejam de cumprimentos a nossa querida Adriana, com quem convivemos nestes últimos anos aqui, no Senado Federal – como todo servidor e servidora do Senado Federal, extremamente competente, extremamente disponível. Então, receba meus cumprimentos pelo seu aniversário.

Sr. Presidente, Senador Guaracy, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, ontem não foi apenas o dia do encerramento das votações deste ano legislativo. Ontem também foi o dia de muitas decisões importantes, muitas conflitantes entre si. E eu vejo isso como algo que sinaliza um aumento da preocupação que nós temos que ter com o nosso País, com o nosso futuro não distante, mas com o nosso futuro muito próximo deste presente que estamos vivenciando.

Eu não vou aqui me referir a todos os fatos ocorridos no dia de ontem, porque muitos foram os fatos importantes ocorridos no dia de ontem, com decisões de Ministério Público, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do próprio Poder Legislativo, Sr. Presidente, mas eu vou me centrar em apenas alguns desses fatos que considero da mais extrema relevância e sobre os quais temos que nos debruçar, fatos que temos que debater, no sentido de buscar uma saída e não debater e não fazer observações ou pronunciamentos que venham a aprofundar ainda mais a crise institucional que nós estamos vivendo.

Em primeiro lugar, que fique claro, Sr. Presidente, que eu tenho um entendimento de que é preciso que o Brasil se reencontre e que se reencontre, principalmente, com a democracia, que se reencontre com o Estado de direito, que são os princípios da nossa República, sem os quais nós não podemos viver numa sociedade harmoniosa, numa sociedade de progresso, em que as pessoas também tenham uma convivência harmoniosa entre si.

Falávamos muito isso antes da realização das eleições de 2018, dizendo que para nós as eleições eram uma grande esperança, antes de mais nada, de promover o reencontro do País com a democracia. Nós vivemos um momento em que o Presidente que está no poder não foi eleito e que lá chegou também não pelos meios legais... Ele chegou, aparentemente, pelos meios legais, porque o que aconteceu no Brasil foi um processo que eles denominaram de *impeachment*, mas foi apenas um instrumento para retirar uma Presidente da República democraticamente eleita que a maioria política – e, lamentavelmente, a maioria produtiva também e, reconheço, a maioria do povo brasileiro lamentavelmente, mas, sobretudo, a maioria política – decidiu que não continuaria mais no poder, por discordâncias políticas. Não foi por razões de corrupção ou de desmandos no processo administrativo ou na gestão do Estado brasileiro. Não! Foi por razões meramente



políticas, ao ponto, Senador Guaracy, de o próprio Michel Temer, que era Vice-Presidente da República, dizer, um dia desses – eu acho que tem dois, três dias no máximo –, que substituiu uma Presidente honesta, uma Presidente correta. A crise econômica de um país, de um Estado, de um Município jamais devia ser razão ou motivo para fazer o que fizeram no nosso País. Jamais! E, depois daquilo feito, Sr. Presidente, o que nós estamos vivendo? Um problema atrás do outro.

Nas duas questões a que eu vou me referir, venho com espírito da busca da unidade, da busca do reforço à democracia e não com o mero objetivo de fazer crítica a quem quer que seja. Não sou eu a dona da verdade, eu sou apenas uma Senadora cujo mandato se expira daqui a alguns dias, eu sou apenas uma militante de longa data do Partido Comunista do Brasil, uma militante dos movimentos sociais, dos movimentos democráticos do nosso País, mas sempre fiz questão, da forma mais respeitosa, de expressar as minhas opiniões, porque as minhas opiniões são as opiniões do nosso partido, o PCdoB, um partido que tem atuado sempre, a sua vida toda, em defesa da democracia, em defesa do Estado de direito. Então, eu não poderia, neste último dia, ocupando a tribuna, deixar de falar sobre um dos problemas vividos no dia de ontem, Senador Guaracy.

Primeiro, a concessão da medida liminar pelo Ministro Marco Aurélio Mello numa medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 54, que foi impetrada pelo meu partido, o PCdoB. E, aliás, essa não foi a primeira ação a chegar ao Supremo Tribunal Federal. Havia outra ação, que, por razões de decurso de prazo ou outras razões legais, deixou de vigorar, e o nosso partido, o PCdoB, depois de uma ampla discussão interna, decidiu por novamente reapresentar essa ação de declaração de constitucionalidade. E fizemos isso por quê? Será que foi porque visávamos tão somente a liberdade do Presidente Lula, que está preso injustamente e condenado injustamente, porque o foi sem uma prova contra ele apresentada, sem uma sequer? Não! O Presidente Lula ia ser um dos beneficiados, mas não o único. Apresentamos essa medida, essa ação, Srs. Senadores, em defesa do Estado democrático de direito, em defesa da Constituição brasileira, da nossa Lei Maior.

Vejam bem o que diz a Constituição. E a aniversariante do dia fez a gentileza de imprimir para mim, aqui, o trecho da Constituição. O art. 5º da Constituição, um dos mais importantes, que trata dos direitos e garantias fundamentais, diz o seguinte, no *caput*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Aí segue: são muitos os incisos, os parágrafos, mas vamos lá.

.....
LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
.....

O inciso LV, Senador Hélio José: todos os processados têm direito ao contraditório e à ampla defesa.

E aí vem o principal, o que diz respeito diretamente a essa ação declaratória de constitucionalidade com que o meu partido, o PCdoB, ingressou. Diz o seguinte o inciso LVII:

.....



LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

.....

O Código de Processo Penal também trata do assunto e diz exatamente isso, ele repete o que diz a Constituição Federal.

Aí o que aconteceu no Brasil? Em determinado momento, houve uma compreensão de que poderia, sim, haver prisão já, após o julgamento em segunda instância. Reuniu-se o tribunal e disse: "Não, não pode. Vamos cumprir a Constituição. Só após o trânsito em julgado, como determina a Constituição". Não há espaço para interpretações nesse caso específico. E, depois, de novo, novamente, mudou. E, agora, já há muito tempo, há mais de dois anos, o Supremo Tribunal Federal está envolvido nesse debate novamente. O Ministro Marco Aurélio, que é relator da matéria, há muito tempo, está pedindo para pautarem essa ação declaratória de constitucionalidade, a medida acauteladora a que foi dada entrada pelo nosso partido. Há muito tempo! E não há, como não houve, votação, porque a matéria sequer foi pautada pela Presidência daquele tribunal.

Ontem – ou antes de ontem, não sei –, nesses últimos dias antes do recesso do Poder Judiciário, o próprio Presidente do Poder Judiciário, o Ministro Toffoli, declarou que estava marcando a data para apreciação dessa matéria pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal para o mês de abril. Só que, após essa comunicação feita pelo Presidente do Tribunal, nós vivemos o que vivemos no dia de ontem. Primeiro, o Ministro Marco Aurélio concedeu uma liminar, determinando o imediato cumprimento do Código de Processo Penal e da Constituição Federal e que, portanto, todos aqueles que se enquadrassem nessa situação e que estivessem presos apenas com julgamento até a segunda instância fossem liberados. Um julgamento, Srs. Senadores, repleto de argumentações, que mostram o quanto o Ministro Marco Aurélio tem razão. E eu vou ler alguns trechos somente. Diz o seguinte o Ministro Marco Aurélio, na sua decisão, uma decisão completa, uma decisão embasada na doutrina da legislação brasileira e, inclusive, nos fatos ocorridos nas últimas decisões tomadas pela Corte Suprema:

O princípio da não culpabilidade é garantia vinculada, pela Lei Maior, ao trânsito em julgado, de modo que a constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal não comporta questionamentos. O processo consiste em reprodução de cláusula pétrea cujo núcleo essencial nem mesmo o Poder Constituinte Derivado está autorizado a restringir.

E ele segue também dizendo o seguinte:

Urge restabelecer a segurança jurídica [a segurança jurídica], proclamar comezinha regra, segundo a qual, em Direito, o meio justifica o fim, mas não o inverso.

Dias melhores pressupõem a observância irrestrita à ordem jurídico-normativa, especialmente à constitucional. É esse o preço que se paga ao viver em Estado democrático de direito, não sendo demasia relembrar [aqui] Rui Barbosa quando, recém-proclamada a República, no ano de 1892, ressaltou – abro aspas –: "Com a lei, pela lei e dentro da lei; porque fora da lei não há salvação".

Está plenamente embasado não apenas, Sr. Presidente – não apenas –, pela argumentação jurídica, mas por todo o retrospecto que faz o Ministro Marco Aurélio em relação às últimas



decisões adotadas pelo Supremo Tribunal Federal – as últimas decisões adotadas, as últimas decisões expressas, as últimas opiniões expressas.

Eu vou ler o último trecho que acho também muito importante de ser destacado. Diz o Ministro Marco Aurélio:

Tempos estranhos os vivenciados nesta sofrida República! Que cada qual faça a sua parte, com desassombro, com pureza d'alma, segundo ciência e consciência possuídas, presente a busca da segurança jurídica. Esta pressupõe a supremacia não de uma maioria eventual – conforme a composição do Tribunal –, mas da Constituição Federal, que a todos, indistintamente, submete, inclusive o Supremo, seu guarda maior. Em época de crise, impõe-se observar princípios, impõe-se a resistência democrática, a resistência republicana.

Então, Sr. Presidente, nós estamos diante de um momento muito grave, muito grave. E eu quero aqui dizer que tenho em mãos uma nota que foi publicada pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia logo após – logo após – a decisão proferida e publicada do Ministro Marco Aurélio de Mello.

Eu peço, Senador, que V. Exa. inclua nos *Anais* a nota inteira, porque eu tenho tanta coisa para falar aqui que não vou conseguir ler, mas é um primor essa nota da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – O pedido de V. Exa. é uma ordem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Já está incluída.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu quero...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sra. Senadora Vanessa...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Já concedo. Só para eu ler, Senador Hélio.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Vou conceder um aparte a V. Exa. Será um prazer, neste nosso último dia de fala aqui, Senador.

Eu só quero ler aqui o último parágrafo da nota. Diz o seguinte:

Esperamos, por fim, que nenhum artifício judicial seja utilizado para desfazer o julgado e que o Plenário do Supremo Tribunal Federal pautar, o mais rápido possível, as ações de controle concentrado de constitucionalidade, para, no mérito, reafirmar o princípio constitucional da presunção da inocência.

Esse último parágrafo, a sua primeira parte, perdeu efeito, porque logo em seguida, Senadores, veio a decisão do Presidente do Tribunal Federal, provocado que foi pelo Ministério Público, que revogou, cancelou, anulou a decisão do Ministro Marco Aurélio de Mello, que, aliás, fez uma declaração um pouco dura hoje ao jornal *Folha de S.Paulo*, que diz, entre aspas aqui: "A autofagia é péssima para a instituição". Esta foi a declaração dada pelo Ministro Marco Aurélio, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* hoje, repito: "A autofagia é péssima para a instituição".



Então, lamentavelmente essa decisão foi desfeita. Eu poderia levantar tantas outras que foram feitas e desfeitas nos últimos tempos. A entrevista que o Presidente Lula deveria ter concedido e até hoje não concedeu... Veja: não há nada na lei que diga que um preso não pode dar entrevista. Ele não é um preso perigoso. Aliás, já vi entrevistas de muitos presos. Nós, o Brasil, assistimos a entrevistas exclusivas a redes a ou b de televisão de presos perigosos, traficantes, assassinos, chefes de gangues, de milícias. Agora, o Presidente Lula não podia dar entrevista, como não deu, mas vamos deixar isso para lá, isso passou.

A primeira parte, então, não vale, porque já foi desfeita essa decisão, mas o que está em pé é a segunda e última observação que faz a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, que essa é a parte principal deste meu pronunciamento que está aqui.

Diante de tudo o que aconteceu, eu creio que não dá mais para o Supremo Tribunal Federal, através do seu Ministro, o Ministro Toffoli, a quem todos respeitamos, reconhecemos, deixar para pautar ou julgar essa matéria apenas no mês de abril. Ela tem que ser uma das primeiras matérias a serem colocadas em votação no retorno do recesso parlamentar. A bem de quê? A bem da segurança jurídica do País, a bem da tentativa de superar essa crise que está generalizada no Brasil. Nós assistimos a fatos nunca vistos antes na história recente da nossa democracia, Senador Hélio José, atos e solenidades de diplomação de Parlamentares eleitos transformados em ringues de guerra, porque alguns não aceitavam que outros defendessem a liberdade de Lula ou fizessem manifestação, não. A intolerância se manifestando... O que aconteceu em Minas Gerais foi algo condenável: um Deputado eleito apenas com uma plaquinha "Lula livre" foi agredido – agredido!

Então, o Supremo tem que entender o seu papel neste momento, o seu papel de mediador, o seu papel de analisar a constitucionalidade, como diz o Ministro Marco Aurélio, e não ao sabor das conveniências momentâneas, mas ao sabor do que diz a nossa Constituição Federal. Ela é a nossa arma maior. E, se fugimos dela, como diz Rui Barbosa, não há salvação para este País.

É um momento extremamente delicado que vemos...

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senadora, me permita um aparte?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É porque o Senador Hélio José pediu... Depois, V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – O.k.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senadora Vanessa Grazziotin, primeiro quero cumprimentar V. Exa. pelo excelente trabalho nesta Casa, um trabalho invejável. É uma pessoa incansável, é uma Senadora que, todos os dias em que podia, estava presente aqui e sempre se pronunciando e falando as coisas importantes para o nosso Brasil.

Quero cumprimentar o seu partido, o PCdoB, um partido aguerrido, um partido corajoso, um partido que não tem meias palavras, de militância muito aguerrida. Eu conheço bem os militantes do PCdoB.

Quero cumprimentá-la pelo seu partido, pela sua atuação e cumprimentá-la também por essas ações que trazem à luz a Justiça. Eu espero que, com a definição da data pelo Ministro Toffoli, um ponto final seja dado a essa questão das perseguições políticas. O Brasil não é um país com tradição de ficar perseguindo pessoas por diferenças políticas.

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Então, nós precisamos mudar essa situação, e o PCdoB tem contribuído muito para isso.



O Lula, todo mundo sabe, se fosse o candidato, teria ganhado as eleições. Se ele continuar como preso político e se uma anistia ou alguma coisa acontecer e ele puder ser candidato em 2022, ele ganhará as eleições. Então, o que acontece é que o Lula deixou muitas lembranças positivas. Por mais que queiram diminuir os feitos de Lula, jamais conseguirão fazê-lo, porque podemos separar o Brasil em duas fases: antes de Lula e depois de Lula. E nem vou entrar no mérito sobre a gestão Dilma, mas falo do Lula, que fez um governo diferenciado.

Então, falam-se muitas coisas, mas não se consegue provar nada, como não se conseguirá provar nada com relação às acusações feitas. Daí, o seu partido estar promovendo essa importante solicitação desse julgamento, essa análise e o fim dessa perseguição, na minha visão, doente.

Eu respeito – até lhe desejei muito sucesso há dois dias – o novo Presidente da República – e todo mundo sabe que eu fiz campanha e apoiei o Haddad –, porque eu quero que ele faça um ótimo governo, se Deus quiser, mas nós não podemos continuar com esse regime de perseguições.

Então, quero cumprimentar V. Exa., dizer que me honrou muito poder trabalhar com V. Exa. aqui na 55ª Legislatura e dizer que V. Exa. é um exemplo para o Amazonas, para Santa Catarina, que é a sua terra natal, para o Brasil e para todos os partidos.

Quero também cumprimentar o nosso Presidente, Senador Guaracy Silveira, um *gentleman*, uma pessoa que realmente é também muito bacana nesta Casa.

Muito obrigado, Senadora Vanessa, que Deus a abençoe e que o PCdoB e o Brasil – porque, na verdade, o PCdoB está falando o que o Brasil gostaria de falar – sejam vitoriosos nessa causa.

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador Hélio José, e incorporo o aparte.

Aproveito a oportunidade para também – não poderei ficar aqui durante o pronunciamento de V. Exa. – desejar-lhe muito êxito nessa nova etapa e dizer, como disse ontem quando fiz a gravação, que foi um prazer ter convivido nesses últimos quatro anos aqui, no Senado Federal, com V. Exa.

O que marca, pelo menos na minha opinião em relação ao mandato de V. Exa., é a sua defesa intransigente dos trabalhadores. V. Exa., que é trabalhador, servidor federal do sistema elétrico brasileiro, tem sido e foi, sem dúvida nenhuma, muito importante nesses últimos anos aqui para que a gente conseguisse algumas conquistas e evitássemos alguns absurdos que queriam fazer. Alguns outros não conseguimos, mas alguns nós conseguimos evitar.

Então, muito obrigada e também meus cumprimentos a V. Exa., Senador Hélio José.

Senador Guaracy.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senadora, realmente, nós vivemos sob a égide de dificuldades entre os Poderes. Mas as coisas acontecem quando o próprio Poder não absorve a inteireza do que ele pode. E eu me preocupo, Senadora, quando o Supremo legisla. Essa função é nossa, essa função é dos Deputados e Senadores, é dos Vereadores. Isso não pode acontecer. Mas acontece por quê? Falha nossa? Falha das nossas Casas Legislativas? Porque, por mais competência que os Srs. Ministros de Estado tenham, eles não têm a sensibilidade social que V. Exa. tem, Senador Hélio José, e que nós temos no convívio com o povo. Porque, dificilmente, Senadora, a senhora vai encontrar algum Ministro do Supremo ou das nossas Cortes Superiores que tenham vindo de origem simples; normalmente, são de berços nobres, vêm de uma tradição



jurídica. Quem tem sensibilidade social e conhece o povo é a classe política, com todos nossos defeitos ou virtudes, mas nós conhecemos o povo brasileiro, nós conhecemos a nossa Nação.

V. Exa. conhece lá do Careiro, talvez Barcelos, ou a Cabeça do Cachorro lá em cima.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Exa. conhece, hein? Conhece tudo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Ou Presidente Médici.

Então, V. Exa. conhece o nosso povo e a nossa gente, assim como o Senador Hélio José e como todos os nossos colegas, desde as Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e o Senado, que é a Câmara Alta. Nós conhecemos a nossa gente, nós conhecemos a nossa Nação.

Então, quem tem o direito constitucional de legislar somos nós, e disso nós não podemos abrir mão. E quando abrimos mão disso daí, as coisas erradas acontecem – as coisas erradas acontecem. Por quê? Por mais competência que eu falei que eles têm – e eu tenho certeza da competência de todos os Ministros, senão lá não estavam –, eles não têm a sensibilidade nem o conhecimento.

Vejo com mais preocupação, Senadora, quando o Ministério Público faz o sistema chamado TAC (Termo de Ajustamento de Conduta).

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senadora, o que é isso? O Termo de Ajustamento de Conduta, que hoje o Ministério Público faz, assumem os três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, num tratado só, porque diz o que é para o Executivo fazer, diz o que o Legislativo tinha que ter feito, afinal, a coisa tem que se ajustar. Os Poderes não podem mais continuar desse jeito, nesse desajuste que está. O desajuste que leva a uma insegurança jurídica, a uma insegurança do Estado.

Então, minha Senadora, esse é o meu pronunciamento, parabenizando sempre como uma Senadora extremamente atuante, sabemos disso, sei que o seu trabalho foi profícuo, é profícuo e continuará.

Deus a abençoe!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Guaracy.

Quero dizer que V. Exa. tem plena razão. E essa é a razão que me traz à tribuna e foi a razão, inclusive, pela qual levou o nosso partido a apresentar ação de declaração de inconstitucionalidade. Porque nós sabemos que é muito tênue a linha entre o controle da constitucionalidade, da legalidade com a linha de atuar ou definir ou estabelecer decisões que invadam a atribuição do Legislativo e tão somente dele, que é a de legislar. É uma linha tênue.

Portanto, a vigilância tem que ser não só entre nós, mas entre os membros do Poder Judiciário também. Veja: nós fomos obrigados, Sr. Presidente, a entrar com uma ação pedindo a declaração de constitucionalidade dos termos da Constituição contra uma interpretação...

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... que vinha prevalecendo até então.

Mas, enfim, eu quero aqui concluir essa parte do meu pronunciamento dizendo isto. O nos resta agora, Senador Paulo Rocha, sabe o que é? É solicitar, clamar, pedir ao Supremo Tribunal



Federal que antecipe o julgamento da matéria pelo Pleno, que traga o julgamento dessa questão logo para o início dos trabalhos. Isso é muito importante. Isso é o que a sociedade espera, é o que o nosso País merece ter.

Mas outra questão que me traz aqui, Sr. Presidente – aliás, fruto de um debate bastante caloroso no dia de ontem no Plenário desta Casa –, foi uma outra decisão também do Ministro Marco Aurélio, a partir de um pedido encaminhado por um Senador desta Casa, que decidiu que, aqui, as eleições para Presidente da Casa terá voto aberto.

Olha só, a prevalecer isso nas eleições, no dia 1º de fevereiro, para a Mesa da Câmara e Mesa do Senado, a Mesa do Senado terá votação secreta e a Mesa da Câmara terá votação aberta. Não comporta! Nós debatemos de forma exaustiva essa matéria. Eu debati, todos nós debatemos, Senador Paulo Rocha, e nós abrimos. Não há mais voto secreto no Parlamento brasileiro, com algumas exceções; aliás, algumas exceções não, duas exceções: veto... E por que veto? Para prevalecer a liberdade do Parlamentar, porque veto é uma manifestação contrária a uma atuação do Presidente da República e a gente sabe o poder que tem o Executivo dentro de todas as Casas Legislativas – essa é uma exceção. A outra exceção foi a votação de nomes, de autoridades, inclusive dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

De todos os últimos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não há um que lá chegou com o voto aberto do Senado Federal. Nenhum! O voto é secreto. E por que o voto é secreto? Para garantir a liberdade do Legislador, dos Senadores e das Senadoras. Com as agências, é a mesma coisa. Para Presidente da Mesa do Senado Federal, idem. Sabem por quê? Esse que é o voto moderno, esse que é o voto atual, porque é esse que garante a independência do Parlamento, principalmente em face do Poder Executivo.

Imaginem V. Exas., Senador Paulo, Srs. Senadores, voto aberto para a Mesa do Senado, para a Mesa da Câmara. Na Câmara de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, quem vai ganhar? O candidato apontado e apoiado pelo Governador, o candidato apontado e apoiado pelo Presidente da República, que detém a chave do cofre, que detém o poder de mando. Então, veja bem: defender o voto secreto é defender a liberdade, é defender o justo, Presidente, é defender o justo; é garantir que o Parlamento tenha liberdade para escolher quem quer que seja. Aqui eu volto às palavras do Ministro Marco Aurélio: nós não podemos agir de acordo com a conjuntura, com os interesses momentâneos.

Por isso, eu faço um apelo ao próprio Ministro Marco Aurélio para rever essa sua decisão – para rever essa sua decisão.

Eu concedo, Senador, se a Presidência me garantir, o aparte a V. Exa.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Vanessa, primeiro, eu queria saudar V. Exa. É uma perda muito grande para o nosso Senado Federal a sua ausência na próxima legislatura, porque a situação que vai viver e já está vivendo o Brasil hoje precisa aqui de Parlamentares que tenham exatamente esta posição política, que se preocupam com a democracia, com a independência dos Poderes, com a soberania do nosso País. O que nós estamos vendo ou está se aproximando, avizinhandose, são tempos difíceis para o nosso País, não só na sua própria soberania, que nós já tínhamos conquistado. Estão aí os leilões do pré-sal. Está aí o futuro Ministro de Relações Exteriores de quatro para os países imperialistas, sinalizando já essa postura de dependência total. Todos sabem aqui no Parlamento brasileiro – e o nosso povo precisa entender isso – que não se constrói um país soberano, com justiça, com paz, com dignidade se não for através da democracia. E o Parlamento brasileiro é exatamente a



expressão maior da democracia de uma nação, de um povo. Por isso que aqui tem que haver, de todos os pensamentos, Parlamentares firmes e fortes, que vêm para cá defender as suas posições políticas, mas, principalmente, o interesse do nosso País. E é a democracia que produz um Parlamento forte, um Parlamento digno da expressão da democracia, da soberania do nosso País, do desenvolvimento das regiões, do desenvolvimento econômico, social e político de um povo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, todos esses temas, como o voto aberto para expor a perda de autoridade política, que já se prenuncia do próximo governo, enfim, são preocupantes. Por isso, a ausência de V. Exa. na próxima legislatura, para quem está precisando aqui de parceiros de luta e de democratas como V. Exa., é realmente uma perda muito grande.

Mas eu queria parabenizar e colocar nos *Anais* desta Casa, talvez no seu último discurso, nesta última intervenção aqui, pelo menos, neste momento, para que a gente chame a atenção do nosso povo, da nossa gente e das instituições brasileiras.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Foi através da democracia que nós constituímos as nossas instituições fortes, como precisa, mas tem que haver harmonia e independência entre os Poderes. Harmonia não significa submissão de um ou de outro. Por isso, nós temos que nos rebelar contra essa ação autoritária vinda do Executivo ou Judiciário, que quer se sobrepor à vontade do povo aqui no Congresso Nacional.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu, Senador Paulo, agradeço a V. Exa. e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

E esta é a tarefa maior daqueles que continuarão, como V. Exa...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Exa...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... concederei –, como V. Exa., continuarão aqui no Parlamento: é buscar a harmonia da Nação brasileira; é buscar o reencontro nosso com a democracia, porque é isso que está em risco. A crise que nós vivemos é uma crise que se aprofunda lamentavelmente, que se aprofunda, uma crise institucional, além da econômica...

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... além da social.

Eu dizia aqui, Senador Paulo Rocha e Senador Jorge, do que aconteceu nos atos de diplomação. A gente nunca viu isso. A intolerância não pode prevalecer.

Eu sou do Partido Comunista desde os meus dezessete anos de idade e até achava graça quando antigamente diziam que comunista comia criancinha, e agora a gente começa a conviver com pessoas dizendo que o comunista é o terrorista. Vejam, vejam! Assim, sem ter noção da teoria, sem ter noção dos fatos, sem ter noção da história. Mas foi com esse discurso que muitos dos dirigentes do meu partido morreram a partir de 1964, foram assassinados.



E eu, menina ainda, aos 14 anos de idade, nunca esqueço, peguei uma *Veja* para ler, uma revista para ler, "morte na Lapa". A matéria era que teriam matado terroristas. Anos depois, Senadores, eu descobri que eram...

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... dirigentes políticos, militantes, que nada mais faziam do que lutar pela liberdade.

Senador Jorge Viana, concedo aparte a V. Exa.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu sei que estamos aqui diante de um momento, pelo menos para as nossas vidas, histórico. A Senadora Vanessa está fazendo o último pronunciamento. Daqui a pouco, o Senador Hélio José, a quem eu queria agradecer pela permuta que fez. Está aqui meu amigo Angelim, está ali o Gilberto, está a Mariama, enfim. Eu também, já, já, vou subir à tribuna para fazer pelo menos um último comunicado e eu não poderia deixar, agradecendo ao Presidente Guaracy, de cumprimentar essa querida amiga, irmã Vanessa, uma lutadora, uma Senadora que deixou o seu nome na história do Senado, na Procuradoria da Mulher. Eu soube que V. Exa. deu uma entrevista muito bonita ontem. Eu não tenho dúvida de que V. Exa. tem uma história para contar da sua passagem no Parlamento, mas especialmente aqui no Senado, onde as mulheres são minoria, ainda são minoria, onde muito ainda tem que ser feito.

Quando nós achávamos que os desafios nossos eram aperfeiçoar a legislação, aperfeiçoar a nossa democracia, agora estamos vivendo essa crise gravíssima de valores. Quais são os valores que contam para os brasileiros hoje? Para se chegar à Presidência, você tem que fazer determinadas coisas na vida ou deveria fazer outras coisas na vida? Deveria ter alguns valores ou deveria ter esses que agora estão sendo colocados? Nós estamos vivendo uma crise profunda.

Eu sempre aprendi que nós deveríamos fazer tudo correto, que a gente deveria pensar nas minorias, que a gente deveria respeitar os diferentes. Eu sempre aprendi que, para a gente poder subir na vida e ser alguém na vida, a gente tem que ser honesto, a gente tem que ser solidário, a gente tem que trabalhar pelo bem comum, a gente tem que ser ético, a gente tem que dar bons exemplos; mas me parece que isso, na vida nacional, já não vale. Há um emocional que entrou, com um egoísmo que tomou conta deste País, que está nos destruindo...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E movido pela mentira, Senador Jorge.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... nos dividindo. Eu lamento.

Eu tenho o maior respeito pela classe jornalística, eu tenho, mas, agora, ouvi a frase de um dos grandes influentes da República, da nova República, que mora nos Estados Unidos, um intelectual, Olavo de Carvalho, que diz que o mal maior que nós temos são os jornalistas. Fiquei estarecido, porque agora é um homem influente na República nova, no Governo novo que se instala. Não é por aí.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas, obviamente, eu imagino que os donos dos veículos de comunicação, mesmo os jornalistas, devem



estar se perguntando: "O que é que eu fiz, quanto de colaboração eu dei para chegarmos neste ponto de todos contra todos?".

Eu fiz discursos aí desta tribuna que V. Exa. ocupa com tanta dignidade durante o período do *impeachment*, falando: "Não façam isso, não sejam intolerantes, vamos respeitar a democracia, não há crime de responsabilidade". E, de lá para cá, só piorou. A situação se agravou muito de 2014 para cá.

E, agora, nós vivemos um episódio ontem terrível, que V. Exa. descreveu, Senadora. Está escrito na Constituição Federal, e nós juramos respeitá-la. Está escrito. Está escrito. Eu queria poder abrir cabeça de cada brasileiro com calma, dizendo: "Olha, está escrito na Constituição". A decisão de permitir, em casos excepcionais, prisão a partir da segunda condenação de um tribunal só se dá em casos excepcionais, quando houver ameaça, preso muito perigoso. Virou uma regra. E alguns daqueles que defendiam essa tese agora estão sendo vítimas delas, porque, quando a gente aponta um dedo para lá, há três apontando para o lado da gente. Isso é muito ruim.

Eu passei este período aqui, fui, por quatro anos, Vice-Presidente desta Casa, presidi mais de 400 sessões, aprovei propostas de emendas à Constituição, sou autor do projeto mais popular desta Legislatura. Sabe qual é o meu projeto? Recebeu quase 2 milhões de voluntárias manifestações, que estão no e-Cidadania do Senado, e propõe um rearranjo no tamanho do Senado e da Câmara, da ocupação. Essa é uma fórmula. Não é para diminuir o Senado, nem a Câmara, nem o Congresso.

Eu proponho lá que, em vez de três Senadores por Estado, sejam só dois. Meu propósito não é diminuir. É valorizar o papel do Senador e da Senadora. Diminuir, na Câmara, de 513 Deputados e Deputadas, para 385.

Esse projeto recebeu quase 2 milhões de manifestações no e-Cidadania. É o projeto mais popular que existe. Eu nunca fiz campanha em favor dele. Mas é um propósito. Os Estados Unidos, que têm mais de 300 milhões de habitantes, só têm dois Senadores por Estado. Por que nós temos que ter três? A política tem que ser valorizada e não diminuída.

Quando Niemeyer e Lúcio Costa fizeram a Praça dos Três Poderes aqui em Brasília, Deputado Angelim, Senadora Vanessa, eles puseram o Congresso, a Câmara e o Senado, mais à frente e mais ao alto. É o prédio que se vê de qualquer lugar de Brasília. Não foi à toa que eles o fizeram, arquitetos e urbanistas, pensando o futuro. Olhem este prédio, olhem o Senado. Isso foi feito há mais de meio século e segue moderno e contemporâneo.

E foi colocado aqui, lá mais ao fundo e mais abaixo, o Supremo; lá, mais ao fundo e mais abaixo, o Executivo. Não para diminuí-los, porque eu aprendi também que a divisão dos três Poderes não é para ter um mais outro menos, é exatamente para combater isso, para que não haja um superpoder. Este Poder aqui de que nós estamos nos despedindo fez uma interferência, uma intervenção, no outro Poder, no Executivo, e cassou o voto de pessoas. Agora, aquele outro Poder, o Supremo, faz intervenção aqui.

Eu, por uma decisão do Supremo, fui colocado na Presidência do Senado, e eu não fiquei brigando para derrubar, nem para assumir aquilo para o qual eu não tinha sido eleito. Eu fui lá no Supremo, conversar com os Ministros – eu fui –, com cada um deles, trabalhar em meu desfavor, mas trabalhei em favor da democracia e do fortalecimento institucional. E falei: "Olha, há uma decisão que eu tenho que cumprir, porque é de um Ministro do Supremo", inclusive era o Ministro Marco Aurélio. "Eu só não vou cumprir se essa decisão foi reformada pelo órgão colegiado do



Supremo". E eles se reuniram e decidiram que não se tiraria da Presidência de um Poder, por liminar, o Presidente do Poder, tiraria da linha sucessória.

Eu fui tentar fazer o entendimento. E talvez eu tenha ficado esses oito anos na lista do Diap por conta disto: procurar sempre trabalhar pelo bem comum – que tem que ser a causa maior nossa –, pelo povo do Acre, pelo povo do Brasil, pela nossa Nação e também procurar ser parte da solução dos problemas.

Esse evento de ontem – e eu queria concluir parabenizando V. Exa. – é muito grave. Eu lamento o Brasil estar vivendo isso e ficar como se fosse uma torcida.

Gente, nós não vamos a lugar nenhum nos dividindo, nos agredindo, nos xingando. Acabamos de viver os 50 anos do AI-5. Há uma semana, lamentavelmente, a juventude, esses intolerantes que estão nas redes sociais nos agredindo, agredindo tudo, pessoas que eles não conhecem, levando adiante histórias mentirosas... Fizeram isso comigo na campanha. Eu não tenho um único processo, nenhum, eu sou um político ficha-limpa, mas isso não me põe melhor do que os outros que possam estar aí tendo que prestar contas. Não, não me põe. Há uma semana, estávamos lembrando os 50 anos do AI-5. Sabe por que o AI-5, a mais perversa das tentativas de fazer leis ou regras...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ele derrubou e prendeu três Ministros do Supremo, do Supremo Tribunal Federal. Não se brinca com isso, não se brinca com as Forças Armadas.

As Forças Armadas têm um papel extraordinário na Constituição, que é de proteger a Nação e a todos nós. Não tem nada a ver com política. Em democracias já consolidadas, isso que a gente vem discutindo no Brasil não aconteceria nunca, nunca. Então, não custa nada.

E a última coisa que eu queria falar, Senadora Vanessa, ninguém foi mais agredido e atacado ao longo desse tempo do que o Presidente Lula. Ninguém neste País. Não há referência. Ontem mais uma denúncia, uma denúncia aí já contra o Presidente Michel Temer, que, daqui a poucos dias, será ex-Presidente.

Não se trata um ex-Presidente de qualquer jeito, nenhuma nação vai para frente assim. Aí ficam dizendo: "O Lula roubou". Roubou onde? Falavam que era o dono da JBS, que tinha fazendas, que tinha tudo. Vasculharam a vida dele e da família dele e não acharam. Não é não acharam...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não tem.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Está evidente que não tem.

Agora, o Presidente sempre foi influente, sempre estimulou os negócios no País, dentro e fora, sempre. E fez isso para o bem do País. Fez tão bem a quem hoje o está condenando, ele fez tão bem a quem hoje o está agredindo, fez tão bem a essas pessoas que estão com ódio no coração. Foi ele quem talvez tenha ajudado a transformar em classe média alguns que não aguentam nem ouvir falar o nome dele, porque se criou, na época do Governo dele, uma classe média de 100 milhões de pessoas e parte dessa classe média parece que não se aceita, não aceita ganhar R\$10 mil por mês porque queria ir a Miami três, quatro vezes ao ano, queria ir para o Nordeste, mas não quer conviver com os mais pobres. Essa intolerância é terrível. Essas pessoas podiam ponderar um pouco.



Eu queria concluir aqui fazendo só uma observação...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... além de cumprimentar V. Exa., de um texto do Saramago, um pequeno texto: "Estamos a destruir o planeta e o egoísmo de cada geração não se preocupa em perguntar como é que vão viver os que virão depois. A única coisa que importa é o triunfo do agora. É a isto que eu chamo a cegueira da razão". Nós estamos cegos da razão, nós estamos cegos dos valores e deixando-nos ser tomados por um emocional intolerante, preconceituoso, que não reconhece quem nos ajuda, não reconhece quem faz o bem, e, numa cegueira da razão, aponta-se o dedo para todo mundo, quer-se armar todo mundo e quer-se destruir tudo e todos.

Eu, daqui a pouco, vou falar, Senadora Vanessa, mas certamente minha fala não estará à altura da de V. Exa...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Guaracy, primeiro muito obrigada. V. Exa. compreende perfeitamente o significado deste momento para todos nós. Hoje não há hora para a sessão acabar, Senador Jorge Viana. Eu acho que o limitador de hoje são apenas os voos e horários de voos de quem, porventura, deva viajar para os seus Estados. Então, muito obrigada, Senador Guaracy.

Quero dizer, Senador Jorge Viana, que para mim é orgulho ouvir essas palavras de V. Exa., como foi a dos Senadores que também fizeram aparte.

E eu, enquanto V. Exa. falava, Senador Jorge Viana, quero dizer que, depois do resultado da eleição, muita gente nos procura lamentando: "Poxa, o Senado vai perder alguém...". Eu digo: "Eu acho que vocês se impactaram mais com o resultado do que eu própria", porque, veja, nós continuaremos na luta, nós somos jovens, nós temos ainda muito que dar para este País. Eu comecei a militar politicamente, Senador Jorge Viana, com 17 anos de idade e V. Exa. estudou, foi para fora e, quando voltou, foi cuidar do seu Acre na Prefeitura, no Governo, e é assim que a gente segue, porque a gente não faz política para ter ganho pessoal. Não, a gente faz política para ter ganho coletivo.

Eu saio daqui, Sr. Presidente, dessa etapa, de cabeça erguida, eu não amealhei riqueza, eu não amealhei bens nenhuns e nunca traí o direito do povo. As críticas que fazem contra mim sabe quais são? "Invadiu a mesa do Senado para não deixar votarem a reforma trabalhista", e faria mil vezes; "Votou contra o *impeachment*", faria mil vezes, porque é isso que diz Jorge Viana em defesa do Estado democrático de direito.

Então, Senador Jorge, queria só que V. Exa... Quando V. Exa. falava, passava pela minha cabeça o seguinte – e, aí, isso me emociona, isso mais me emociona e me toca profundamente: Senador Jorge, este é o nosso último pronunciamento, mas nós vamos continuar falando pela internet, nós vamos falar nos atos de que vamos participar, em todo lugar a que vamos. Nós temos liberdade, Senador Jorge Viana. O que dói é ver o maior líder deste País não ter liberdade. É isso que toca. Como V. Exa. disse, o Presidente Lula – e eu não sou do partido dele, nunca fui pedir a ele um cargo sequer para indicar no meu Estado –, mas é muito triste um país viver o momento que está vivendo... Uma pessoa que não cometeu crime. Cadê a prova? Eu vejo os meus colegas



subirem aqui: "Ah, porque roubou, porque está lá, no processo, porque foram três julgamentos", mas, não, leia o processo aqui, desta tribuna, mostre: "Olhe, o apartamento está no nome dele". Não, o apartamento é do dono, é da OAS, é da empreiteira. Aí, dizem: "Ah, mas a OAS era laranja do Presidente Lula", "Ah, mas a intenção era dar para o Presidente Lula", a intenção.

Então, é isso e eu quero dizer aqui ao Presidente Lula que nós continuaremos lutando pela sua liberdade, porque a liberdade do Presidente Lula está diretamente ligada ao reencontro da democracia, do Estado de direito. É isso, eu não tenho dúvida.

Então, seguiremos, Senador Jorge, seguiremos adiante, com muita luta, com muita força, com muita fé. Temos saúde, mas, o mais importante, temos liberdade, o que foi arrancado da maior liderança política deste País.

E, por fim, Sr. Presidente, abusando da sua benevolência, eu quero falar um pouco desse Governo que toma posse no dia 1º, porque eu quero desejar ao meu País o melhor, porque é para o meu povo.

Eu quero dizer que eu tenho muito orgulho de ter passado por aqui inúmeras vezes e defendido a Zona Franca, e a gente deixa um legado da prorrogação de 60 anos; a BR-319, que um dia, sairá; o desenvolvimento do interior do meu Estado, recursos canalizados para lá. Tenho muito orgulho, mas tenho muito orgulho também de defender a democracia, de defender o País, porque o futuro do meu Estado, o futuro da minha gente passa pelo futuro do País.

Esse Presidente, lamentavelmente, tem que mudar se ele quiser fazer um bom governo. Ele tem que mudar e tem que esclarecer coisas importantes, fatos importantes. Hoje, a notícia é que o Ministro escolhido, futuro Ministro do Meio Ambiente, foi julgado e condenado, perdeu direitos políticos. Tem que ser demitido do cargo antes de assumir. Por que alguém que perdeu direito político só não pode se candidatar, mas pode ser Ministro de Estado? Veja, e um Presidente assim tão contra a corrupção escolheu alguém assim, que ele sabia que tinha processo e um monte de problemas, processos que favoreceram grandes empresas no Estado de São Paulo? Hoje é essa a notícia, mas há outra notícia.

No dia de ontem, o assessor de Bolsonaro, o Fabrício Queiroz, que é esposo de uma assessora, pai de duas Assessoras inclusive – uma assessora do próprio Presidente eleito –, não foi depor. Queiroz, Fabrício Queiroz, que, segundo as notícias, movimentou R\$1,2 milhão na sua conta.

Desde essa notícia, ninguém mais viu esse cidadão – ninguém mais viu esse cidadão –, e ainda vêm falar de ética – de ética? Explique, tem que explicar, porque o Brasil tem que começar bem. Eu não quero mal, eu não vou fazer como muitos fizeram aqui, dizer que, depois do resultado das eleições de 2014, o principal não era superar a crise, o principal era tirar um Presidente da República.

Então, com essas palavras, Sr. Presidente, eu me despeço e peço a gentileza de V. Exa. de incluir nos *Anais* o pronunciamento, porque eu estou com ele há uma semana pronto. Aqui fala de números...

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... projetos. Acho que eu tinha que fazer o meu último pronunciamento, como eu sempre fiz: chegar aqui e falar com o coração...

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Está incluído, Senadora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... e com aquilo que a minha mente fala.



E também tenho aqui, Sr. Presidente, um relatório. Ontem estive com o Ministro das Relações Exteriores, Ministro Aloysio Nunes Ferreira, para entregar em mãos o relatório a ele e falar sobre providências que têm que ser adotadas a uma viagem que nós fizemos recentemente à Coreia do Norte e à China, dois países que têm forte destaque no mundo e, sem dúvida nenhuma, uma importância fundamental para o equilíbrio.

O Senador Jorge Viana é o responsável pelo meu momento emocional aqui desta tribuna.

E que minhas últimas palavras sejam, Sr. Presidente: viva o nosso Brasil, a nossa democracia e Lula livre. Obrigada. (*Palmas.*)

E ao meu Estado do Amazonas e à minha querida Zona Franca, que não sofram com esse Governo que aí está.

Obrigada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

(*Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.*)

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*) (Vide item 2.1.3 do Sumário)

Matéria referida:

– Nota da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senadora Grazziotin, nós temos aqui visitando o Senado o Deputado Raimundo Angelim, esse nome tradicional da nossa Amazônia brasileira, lembrando o revolucionário Eduardo Angelim, que em 1820 trabalhou, Senador Paulo Rocha, pela província do Grão-Pará. E, na verdade, Angelim não era o nome dele, mas Angelim é o nome de uma das nossas madeiras mais bonitas que há na Amazônia. Então, como o Angelim era um homem muito rígido, muito duro nas suas convicções, ganhou o codinome de Eduardo Angelim.

Então, V. Exa. se sinta à vontade. E, com prazer, concedemos a palavra ao brilhante Senador, pelo Acre, Jorge Viana, esse moço competente, que vamos ouvir com prazer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discursar.) – Obrigada, Presidente, Senador Guaracy, Gilberto, Mariama, que está ali, Angelim. Angelim, eu sou engenheiro florestal. Há o angelim-pedra, que é muito forte, mas não é o caso do Angelim. Ele é um amor de pessoa, é sensível, é competente, é um bom amigo. Então, o bom da floresta também é que dá para a gente identificar, aliás, isso se chama biomimética, é a gente copiar um pouco o que a natureza faz, em vez de destruí-la. É óbvio. Mas o Senador Guaracy é um estudioso da história nossa. Ele conhece muito bem.

Mas, Sr. Presidente, eu sei que há alguns colegas. Queria agradecer ao querido colega Senador Hélio José, à Vanessa, pelo aparte que me permitiu.

Eu queria aqui deixar uma última mensagem.

No encerramento de mais uma etapa em minha vida, me refiro ao meu mandato como Senador pelo Acre, subo a esta tribuna primeiramente para agradecer. Queria agradecer a Deus, a todos os amigos, a todos os servidores deste Senado, às pessoas que trabalham aqui na Mesa, que trabalham na TV, na Rádio, na Agência, que tanto nos ajudam a repercutir para o Brasil, para os nossos Estados o nosso trabalho, aos servidores desta Casa, na pessoa do Zezinho, um amigo; e



dizer que também devo agradecimento muito especial ao povo do Acre, que me permitiu, me deu o privilégio de ser Senador do Brasil, representando o meu Estado.

Quero agradecer a todos do meu Partido, do PT, da Frente Popular, e dizer que a política, a opção de trabalhar na política, é uma oportunidade extraordinária que a vida oferece de fazer algo diferente, sem o egoísmo, aquilo que falei ainda há pouco, tão bem colocado pelo Saramago. Mas eu queria agradecer a todos que me ajudaram nesse importante trabalho, que cumpri com honra e muita responsabilidade. De fato, muita gente pensa que o mandato político, seja no Parlamento ou no governo, significa subir e representa uma conquista pessoal. Sempre pensei justamente o contrário: um mandato é uma ordem de serviço que recebemos do povo, uma oportunidade de trabalho, uma autorização para fazer o bem, para trabalhar pelo bem comum. Foi isso que procurei fazer.

Desde a primeira vez que me candidatei ao cargo de Governador em 1990, apresentei um plano de trabalho. Não fui eleito naquela ocasião – fui até para o segundo turno –, mas ajudei a mudar a política no Acre. Ao invés de votar pela simpatia pessoal ou em troca de favores, cada pessoa tinha oportunidade de avaliar os planos dos candidatos e escolher o que era melhor para todos. E o plano que apresentei era simples e direto: um conjunto de propostas para valorizar, proteger as riquezas da nossa terra. Ninguém falava de meio ambiente nessa época. E o Chico Mendes tinha sido morto, assassinado, há dois anos. Parecia que não dava voto, parecia que não teria repercussão. Mas foi defendendo em 1990 essas teses que consegui, de alguma maneira, ajudar a promover uma profunda mudança na política do Acre.

Então, a ideia era um conjunto de propostas para valorizar e proteger as riquezas da nossa terra, proporcionar trabalho e renda para as famílias, modernizar e dar qualidade aos serviços públicos, aplicar com honestidade e eficiência cada centavo dos recursos do Estado. Quando fui Prefeito de Rio Branco em 1992 – o Angelim também trabalhava comigo nessa época, e depois fui também oito anos Prefeito de Rio Branco –, coloquei esse plano na prática. Angelim era secretário. Formei uma equipe capacitada e dedicada que trabalhou todos os dias, durante quatro anos e conseguiu dar vida nova à capital acreana. Esse era o nosso *slogan*: "Vida nova na cidade". Recebemos uma cidade suja, desmantelada; entregamos uma cidade moderna e bonita, com identidade amazônica, restaurada, com a criação de parques e áreas verdes. Organizamos o transporte público, com um terminal urbano e a pavimentação de ruas, sem esquecer da segurança, dos pedestres e dos ciclistas. Naquela época, em 1992, nós fizemos a primeira ciclovia de Rio Branco.

Tenho o orgulho de dizer que a nossa capital foi proporcionalmente a que alcançou o maior número e quantidade de ciclovias. Organizamos o comércio nas áreas centrais, voltamos a cidade de frente para o rio, de onde ela tinha nascido, criamos parques, urbanizamos bairros e regiões inteiras, como a Baixada da Sobral, e revitalizamos o Segundo Distrito. Resgatamos o patrimônio histórico de Rio Branco, construímos centros e postos de saúde, levamos o atendimento às famílias nas casas, com a cooperação – e foi a primeira cooperação de médicos cubanos com os médicos da família, que eu, atendendo a um convite do Comandante Fidel Castro, fui com a secretária e fiz o primeiro convênio para implantar as primeiras unidades de Saúde da Família, em 1994. Na educação, merenda regionalizada, reconstrução de escolas, melhoria da qualidade, ampliação de vagas e um plano decenal para manter os avanços rumo ao futuro.

Planos de salários, pagamentos em dia, finanças recuperadas. Não por acaso foi uma administração premiada. Fomos premiados pelos polos agroflorestais e pela Casa Rosa Mulher.



Fomos premiados pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, uma organização americana. E recebi da população o reconhecimento expresso nas eleições para o Governo quando me candidatei, em 1998, e fui vitorioso no primeiro turno.

Eu lembro que, outro dia, comentava com Jarbas Vasconcelos que eu e ele éramos os dois Prefeitos praticamente empatados: nós tínhamos 74% de ótimo e bom – de ótimo e bom! Não era só de aprovação. Que tempos, Presidente Guaracy! E o Jarbas estava um pouquinho na minha frente – acho que ele tinha 74%, e eu, 73%.

Eu comentei com ele, ainda nesta semana, Senador Hélio José, que até os opositores mais radicais reconhecem que a realidade do Acre mudou com o Governo da Floresta. Valorizamos nossas riquezas naturais e apoiamos as comunidades do interior em todos os rios e regiões, na sua luta por uma vida digna.

Pavimentamos alguns ramais, toda a BR-317 e os trechos mais difíceis da BR-364, que liga o nosso Estado inteiro até Cruzeiro do Sul.

No início do meu mandato como Governador, o Vale do Purus estava de costas para o Vale do Juruá. Quatro anos depois, tínhamos um Acre integrado economicamente, socialmente e culturalmente.

Enfrentamos e vencemos o crime organizado, que dominava as cidades e as fronteiras.

Tiramos o Acre do último lugar na avaliação nacional de educação e colocamos entre os primeiros.

Sonhos antigos e sempre adiados, como ter uma faculdade pública de Medicina, o Hospital do Juruá do idoso e da criança e a implantação de UTIs, foram finalmente realizados, vale ressaltar, com a imprescindível ajuda do então Senador e médico Tião Viana.

E todos, absolutamente todos os Municípios foram apoiados, sem deixar que eventuais divergências políticas prejudicassem a população – tudo isso mantendo a economia em pleno vapor.

Lembro que, quando assumi o Governo do Acre, nós arrecadávamos um pouco mais de R\$3,5 milhões de ICMS por mês. Sem aumentar imposto, tirando a fiscalização de dentro das empresas e modernizando o sistema, nós conseguimos multiplicar por mais de 15 vezes esse valor de arrecadação de receita. Tudo isso foi feito com muita dedicação e com uma equipe de verdade.

Quero ressaltar também que introduzimos a cultura, como fizemos na prefeitura, de pagar os salários atrasados. Recebi com cinco de meses de salários atrasados e, na capital, três meses, e introduzimos o critério de pagar salário em dia para os servidores públicos, com valorização desse salário.

E queria ressaltar aqui a pensão dos hansenianos. No Acre, havia a maior prevalência de hanseníase, e era o último a receber, ou seja, cinco meses de salário atrasado, atrasa a pensão dos hansenianos; só depois de pagar todos, eles eram pagos.

Eu fiz uma inversão, desde lá, funciona assim: os primeiros a receberem salários ou pensões no Acre são os hansenianos. Desde 1999, funciona assim.

Queria, então, dizer que o Produto Interno Bruto do Acre aumentou em mais de quatro vezes durante os meus oito anos de governo, quatro vezes. O PIB era em torno de 1,6 bilhão e, quando eu deixei, estava em 5 bilhões, quase R\$6 bilhões.

Sei que o Binho e o Tião também deram o seu melhor em tempos diferentes. Organizamos a gestão e as finanças do Estado. O acre passou a ter crédito.



Penso que essa experiência no Executivo foi o que definiu, desde o início, o mandato de Senador que agora estou encerrando. Foi um mandato em que as obrigações políticas e até as polêmicas de um tempo de crise, que foram muitas, não atrapalharam a produtividade dos projetos e das ações práticas para o desenvolvimento do Acre e do Brasil. Atuei em várias frentes de trabalho e tenho certeza de que consegui dar uma boa contribuição em todas elas.

Defini, desde o início, que o meu mandato tinha que ser produtivo para a população acreana. Por isso, dediquei emendas que destinavam recursos a todos os Municípios do Estado em projetos de obras e serviços para órgãos públicos ou de investimento direto nas comunidades. Dei atenção ao transporte aéreo tanto na busca de diminuir os preços das passagens quanto de aumentar a frequência de voos, pois não é um luxo para a população da Amazônia, mas uma grande necessidade. Há lugares em que serviços básicos só podem chegar de avião.

Defendi os consumidores. Reivindiquei a baixa dos preços dos combustíveis, que considero absurdos em nossa região. Mantive a constante vigilância sobre o juro dos cartões de crédito, desde o fortalecimento da Defesa Civil para o atendimento nas grandes enchentes e secas até o apoio ao livre comércio na fronteira.

Dos transportes e a mobilidade urbana em todos os assuntos referentes aos direitos do cidadão, procurei atuar de forma constante.

No plano nacional, cuidei da modernização do Estado brasileiro e de suas condições de desenvolvimento. Fui relator e articulador da aprovação do novo Código Florestal, que pacificou as relações no campo, que deu uma nova segurança para os produtores rurais e, ao mesmo tempo, mantém a proteção imprescindível do meio ambiente.

Aprovei a lei do acesso à biodiversidade, a nova lei da ciência, tecnologia e inovação, com as quais o Brasil pode ter um grande ciclo de desenvolvimento com ciência, inovação, pesquisando e aproveitando riquezas naturais, um dos segmentos que mais crescem na moderna economia do século XXI.

Fui autor de projetos de grande repercussão e que são de interesse nacional.

Trabalhei na atualização do Código Penal para que o Brasil tenha novos instrumentos legais no combate à violência.

Fui autor da proposta de emenda à Constituição que torna o crime de estupro, tão noticiado agora, imprescritível, matéria essa que está esperando votação na Câmara dos Deputados. Proposta, aliás, aprovada quase à unanimidade aqui no Senado Federal. Um assunto que, hoje, diante das denúncias que lemos diariamente nas manchetes dos jornais, ganha urgência para votação na Câmara dos Deputados.

Também sou autor de uma proposta de emenda à Constituição para reduzir o número de Parlamentares na Câmara e no Senado. Essa proposta, aliás, foi uma das que mais recebeu apoio popular no Portal e-Cidadania do Senado, com quase dois milhões de internautas ali manifestando o seu apoio.

A proposta que vem em seguida no *ranking* de apoio popular não chega à metade das indicações que essa minha proposta de mudança na composição do Parlamento recebeu. Orgulho-me muito, em nome do povo do Acre, ter apresentado a proposta que teve o maior apoio popular da história desta Legislatura do Senado.

Fui Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Relator da Política Nacional de Banda Larga na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; presidi a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.



Temos duas Comissões mistas, a do Orçamento e a de Mudanças Climáticas. E eu, ainda ontem, fiz a última reunião daquela Comissão.

Espero sinceramente que os novos ocupantes das cadeiras desta Casa possam dar uma atenção especial a esse tema, que é um tema de todos nós que ocupamos este Planeta, porque, sem ele, a vida fica comprometida e, especialmente uma economia que possa ser contemporânea e, de fato, do século 21, também fica inviabilizada.

Fui integrante de diversas Comissões, onde procurei dar a minha parcela de contribuição para aperfeiçoar a legislação do nosso País.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senador Jorge Viana, por gentileza.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já lhe passo a palavra. Estou só concluindo, querido amigo Hélio.

Muito obrigado.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Procurei manter viva, no Senado, a perspectiva de um desenvolvimento sustentável no Brasil nesses tempos em que a crise econômica prejudica as nossas perspectivas de futuro e em que a crise política paralisa o debate das alternativas. E, mesmo nas questões específicas da política, procurei manter uma constante disposição para o diálogo e para a construção de consensos, embora enfrentando incompreensões, num ambiente de disputa que contaminou os Poderes e as instituições da República.

Não permiti que a crise nacional afetasse a participação do Senado brasileiro nos debates internacionais em que os interesses do Brasil precisam ser defendidos. Mais ainda: vinculei meu mandato a temas cruciais para a humanidade neste século, como as mudanças climáticas e o desenvolvimento tecnológico.

Representei o Brasil em importantes reuniões e negociações internacionais, ao mesmo tempo em que trazia para o Congresso Nacional o conhecimento e as propostas para colocar o Brasil em compasso com os avanços dos demais países.

Fico feliz com o reconhecimento de ter sido o único Parlamentar acreano a ser indicado, por oito anos seguidos de mandato, como um dos cabeças do Congresso Nacional em levantamento realizado pelo Diap

Posso dizer que fiz um bom trabalho, sem falsa modéstia, que honrei o povo acreano, que dei uma contribuição positiva ao Brasil. Se cometi erros – e certamente os cometi –, foi na tentativa de acertar, e tenho a tranquilidade de consciência de que são superados pelos acertos. Sou ficha limpa. É muito difícil passar na vida pública ou estar nela e poder pronunciar esta frase: ser ficha limpa. Eu fui Prefeito, fui Governador, oito anos, e agora concluo o mandato de Senador e sou ficha limpa, sem processo a responder na Justiça. Por isso, exponho agora o trabalho realizado prestando contas do que fiz e pedindo que minha contribuição seja reconhecida.

Sei que o Brasil e o Acre passam por grandes mudanças e que a atuação dos representantes políticos é fortemente questionada. Mas, como diz antiga expressão popular: "Não se deve jogar fora a criança junto com a água do banho". O que foi mal feito deve ser corrigido.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O que foi bem feito deve ser reconhecido e continuado. Meu desejo sincero é que as boas causas que defendi continuem a ser defendidas pelas instituições do Estado, pelas organizações civis, pelas



empresas e, principalmente, pelos cidadãos e cidadãs do Acre. Todos sabiam, todos sabem que podem contar comigo, com o meu apoio pessoal e profissional em tudo que for para o bem do Acre e do Brasil.

Mas não posso deixar de expressar minhas preocupações, e o faço em forma de perguntas. Quem continuará a luta em defesa do consumidor e da população da Amazônia, uma região que tem sido tratada como problema, mas que tem sido a grande solução para o desenvolvimento do Brasil? Como será a prática, o aproveitamento da biodiversidade para gerar empregos e renovar a economia em nossa região? Como serão usados os novos instrumentos legais do Código Florestal e as oportunidades de conciliar a manutenção da floresta com outras atividades produtivas? Os Municípios do interior continuarão contando com atenção e recursos? O Acre será prestigiado e apoiado? Terá financiamento e continuará tendo o respeito que conquistou no Brasil e no exterior? E já concluindo, Sr. Presidente – para ouvir o Senador Hélio –, os projetos das Prefeituras, do Governo do Estado e das empresas e organizações civis terão a mesma qualidade e contarão com assistência técnica, como nos tempos em que governamos? Creio que as autoridades públicas e os representantes eleitos pelo povo têm suas responsabilidades e obrigações, mas se não houver participação da sociedade, acompanhando e cobrando, por parte dos cidadãos, a tendência é a perda da qualidade nos serviços e nos projetos de interesse público. Por isso, eu queria concluir.

Eu e o Gilberto Braga ontem conversávamos, fazer – isso eu falo com tranquilidade, com consciência bem tranquila do dever cumprido – um bom mandato não garante a eleição, o que garante a eleição, lamentavelmente, é mais a campanha. E aí voltamos para aquilo que falei ainda há pouco. Normalmente, as decisões são tomadas em cima de um emocional. No caso da política, isso não é bom. Na vida pessoal e particular, eu acho que é bom. Tudo vale a pena e tem que ser buscado. Eu falo sempre – e aprendi com Oscar Motomura – que coragem é a voz do coração. E a vida tem que ser com coragem para poder seguir buscando o melhor, viver os melhores momentos, viver, ser feliz, fazer os outros felizes e trabalhar pelo bem comum.

Mas na política deveria haver mais razão, para não vivermos aquilo que o Saramago chamou de cegueira da razão. Deveríamos ter valores. Os valores estão sendo abandonados. Como é que eu posso ser representante de um Estado, de um País, se eu não me comprometo com valores humanos? Até os direitos humanos são questionados hoje, Presidente! Os direitos das minorias, os direitos dos índios, meus irmãos, agora estão sendo questionados, estão sendo transformados em categoria social, algo que a Constituição de 1988 já tinha superado com a ideia assimilacionista, que é de assimilar – Angelim, você que foi secretário da área social – os índios como uma categoria social e as terras indígenas como imóvel rural e não como a Constituição estabelece, no seu art. 231, como um direito originário à terra, que é tão emblemático no tratamento desses irmãos, desses parentes, que eu respeito tanto, que eu venero tanto e com quem aprendo tanto. Agora vou ter mais tempo de conversar, de visitar os parentes nas aldeias.

Então, eu queria dizer que nós estamos vivendo uma crise de valores, que segue dividindo e, do meu ponto de vista, destruindo esta Nação tão bonita que é o Brasil. Eu fico me perguntando: poxa vida, que País que está sendo feito? Este País está andando para trás, está virando o País do atraso, está deixando de ser referência. Nós estamos vivendo uma espécie de inquisição do século XXI, onde professor e professora são questionados por serem nossos professores, onde quem tem conhecimento técnico-científico é questionado, numa bestialização, num fanatismo, num ato de intolerância, em que tudo vai piorando.

E agora nós temos que lidar com coisas que pensávamos...



(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... que era da Idade Média, que era feudal, que era do século passado.

Os desafios do País são enormes, mas eu tenho fé que, de algum jeito, com mandato ou sem mandato, todos nós que temos compromisso com esta terra vamos estar dando a nossa parcela de contribuição.

Eu já comprometi a minha vida nisso. Estou condenado a seguir lutando por dias melhores e acreditando neles, ainda mais inspirado por tudo que a gente conseguiu fazer no Acre, com os nossos conceitos do Governo da Floresta e de, inventando palavras, como "florestania", ter um sonho de uma vida melhor para todos, e que agora tenta se vulgarizar e absolutamente de maneira irresponsável pessoas tentam agredir e, ao mesmo tempo, distorcer. Mas, enfim, são os tempos de alguns.

Por isso, quero encerrar este relato de uma etapa importante da minha vida e do meu trabalho com palavras de incentivo a todos: mantenham uma esperança ativa, vigilante e participativa. Nossa história é de heroísmo, baseada na solidariedade e no amor à nossa terra. E somos nós mesmos que a escrevemos, em cada momento decisivo, quando defendemos as conquistas de nossos antepassados. Como diz o Hino Acriano, "sem recuar, sem cair, sem temer".

Muito obrigado, Presidente.

Eu ouço o Senador Hélio José e, em seguida, o Paulo Rocha, pedindo desculpas a quem nos acompanhou, mas para mim é muito importante, pelo menos, prestar conta, mesmo que sujeito a muitos erros do trabalho que tenho orgulho de ter feito aqui no Senado.

Senador Hélio.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senador Jorge Viana, V. Exa. é um *gentleman*, um trabalhador, um engenheiro – acho que Brasília perde muito – que veio aqui da Universidade de Brasília. Eu também sou engenheiro da Universidade da Brasília. Cristovam é engenheiro mecânico, V. Exa. é engenheiro florestal e eu sou engenheiro eletricitista. São três perdas para a engenharia nesta Casa.

Eu quero dizer que V. Exa. deixa um legado excepcional tanto para o Acre, onde fez o governo das florestas, junto com os seus amigos, Tião Viana, irmãos, com o Angelim, com o Binho, quanto para o Brasil, onde fez um mandato excepcional aqui, defendendo a tecnologia, defendendo os avanços, defendendo o meio ambiente. Agora mesmo, eu estive com V. Exa. na COP 24, com o seu entusiasmo, o seu trabalho em defesa do clima, em defesa da sustentabilidade, em defesa das coisas corretas. Eu fui Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aqui do Senado e sei o tanto que V. Exa. contribuiu ao longo do tempo para essa área. E também agora na Comissão Senado do Futuro e em outros temas que V. Exa. acompanha.

Então, quero cumprimentá-lo, dizer a V. Exa.: muito sucesso! Que Deus o abençoe! Que continue sendo essa pessoa acessível, amiga, realizadora e que possa, com certeza, realizar um grande futuro pela frente. O Acre ganhou muito com a família Viana. Eu sei que o Acre, o Rio Branco sofre muito com as enchentes e uma série de outras questões, mas vocês procuraram amenizar aquele sofrimento. Que Deus o abençoe! Que Deus o ilumine! E que nós possamos trilhar, continuar trilhando bons caminhos a partir do próximo ano.



Muito obrigado, Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Hélio José, pelas palavras, de que não sei se sou merecedor, mas é muito importante que V. Exa. também guarde a amizade que construímos aqui. Eu sei que vamos seguir trabalhando por este País, que precisa tanto do que cada um de nós temos de bom. Lamentavelmente, hoje as pessoas oferecem...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... o que têm de pior, mas eu insisto: nós temos que oferecer para este País, que está precisando, o que temos de melhor e tentar guardar os nossos problemas, os nossos defeitos para nós mesmos.

Senador, amigo e irmão Paulo Rocha. Paulo Rocha foi meu... Quando nós estávamos na prefeitura, Angelim – você era secretário –, eu não tinha Deputado Federal nem Senador para apoiar. E ele e o Moraes, lá do Amazonas, adotaram a prefeitura. Então, devo o meu sucesso na prefeitura a você, Paulo. Depois construímos uma relação de amizade que, quando tive o privilégio de conviver com você aqui no Senado, se estreitou mais. Eu vou sentir falta disso.

Amigo Paulo.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Companheiro Jorge Viana, eu costumo dizer lá no Pará que nós somos de uma geração sacrificada, mas nós somos de uma geração vitoriosa.

Por tudo que nós construímos no Brasil, a partir dum momento muito difícil, que era se organizar para defender interesses, direitos, principalmente dos pobres e dos trabalhadores. E mais ainda, nós da Amazônia, porque nós tínhamos que enfrentar não só o momento político de falta de liberdade, mas nós tínhamos que enfrentar os chamados caciques da região, porque a política lá era feita de donos do pedaço, donos. E com certeza era lá no Acre o maior controle das elites, combinado com a elite que resolvia os problemas na bala, não só no controle da opinião...

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... da consciência, mas também no controle da vida. Quem se rebelava contra eles perdia a vida. Temos exemplos lá. O maior deles é o nosso...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Chico Mendes.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Chico Mendes.

Você é um desses companheiros. E é importante, Jorge, você fazer esse último discurso, lembrando a sua história, o papel que você cumpriu como cidadão. Lembra quando nós nos encontramos pela primeira vez? Foi lá no Acre, quando eu era o vice-presidente da CUT do Brasil. Você estava ajudando a construir a CUT lá – você, a Marina. E depois virou autoridade, Prefeito, Governador. Mas é importante você registrar isso nesta Casa, porque é um legado da nossa geração. E você é um desses companheiros que tem não só um legado aqui, mas um legado no Brasil e no mundo, por causa da luta de vocês, naquilo que vocês chamaram de "florestia".

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – "Florestania."



O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – "Florestania."

Então, companheiro, com certeza você vai deixar um vácuo na nossa bancada e no Senado, porque o que se horizontaliza, o que se avizinha são momentos difíceis do nosso País. Jorge, é difícil. Você está acompanhando neste período aí este processo de a gente ter essa capacidade de articulação. Como você é nosso professor na nossa bancada, vai precisar de gente que tenha essa tranquilidade, essa firmeza na posição política, firmeza na posição de cidadão, na defesa duma sociedade igualitária e humana; mas é preciso...

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... saber fazer os diálogos, essas conversas, dos quais você é o nosso professor. Vai precisar muito disso neste momento.

Jorge, se é verdade o que um general disse aqui do Ministro Marco Aurélio: que a decisão dele... Que ele não era um ministro, ele era um comparsa de criminosos... Um general falou isso. Se for verdade, isso é grave.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Gravíssimo.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É grave o que se avizinha.

Então, vai precisar aqui nesta Casa... Eu acho que o Senado Federal tem um papel muito importante nessa mediação de conflitos que há não só entre as pessoas, a forma odienta, em que inclusive os responsáveis pelas instituições estão se transformando. O que se avizinha é um futuro Ministro de Relações Exteriores falar o que está falando.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é nas relações internas, políticas, mas nas relações internacionais. Nós já conquistamos soberania perante outros povos, mas estamos colocando em cheque isso, prometendo, inclusive, guerra com os nossos irmãos latino-americanos.

Então, Jorge, a sua ausência, além de ser uma injustiça, é aquilo que você disse muito bem: não basta a gente fazer um bom mandato ou deixar um bom legado, ter dedicação, mas temos que que enfrentar as campanhas – e essa campanha foi muito difícil para todos nós, principalmente porque enfrentamos uma mentira como instrumento da disputa política.

Portanto, Jorge, naturalmente você está mudando apenas de trincheira. Quem conhece a sua história, a sua luta...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... sabe que é importante você estar aqui por perto da nossa bancada para poder nos ajudar a estabelecer diálogo com todos os setores, porque, no tempo em que você passou aqui no Senado, você construiu e abriu portas. E precisamos que essas portas estejam abertas para que o diálogo seja mantido, porque o nosso principal objetivo aqui é construir um País justo, um país soberano, onde a relação, inclusive na política, seja democrática, respeitosa, digna e cidadã, independentemente da posição política ou da ideologia de cada um.



Todos os que vieram para cá vieram a mando do povo, não é? Inclusive, os Ministros do Supremo estão lá colocados pela vontade do povo, porque fomos nós que os autorizamos a ir para lá.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, eu queria saudá-lo. Você é uma pessoa que não só sabe fazer política, mas sabe combinar a política, a dureza da política, com o humanismo, com a pessoa humana e amiga que você é.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Companheiro, volte sempre por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senador Jorge Viana, ouvindo o aparte do companheiro e amigo Senador que nós não chamamos de Paulo Rocha, mas carinhosamente de Paulinho, eu queria dizer que V. Exa. tem se portado como um moderado.

Muitas vezes, nós, em trincheiras políticas diferentes, temos preconceito, mas V. Exa. é um *gentleman*, um cavalheiro, uma pessoa urbana. A sua moderação ganhou respeito de todo o Senado e de todos os brasileiros, porque, meu Senador, afinal o que é um radical? Roosevelt dizia: "Um radical é um homem com os pés firmemente plantados no ar".

E V. Exa., emocionado, dá ao povo brasileiro e ao Acre, de um modo particular, a sua grande folha de serviço, a folha de serviço de um patriota.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Presidente.

Eu queria, então, agradecer ao Paulo Rocha e a V. Exa. as palavras. Agradeço a todos no Acre que me ajudaram: jornalistas, pessoas dos diferentes segmentos sociais que sempre me trataram com muito respeito. Agradeço à turma do gabinete de lá e daqui, que me aguenta e me ajuda.

Senadora Ana Amélia, ouço V. Exa.

A Sra. Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Jorge Viana, nós, ao longo destes oito anos, tivemos uma convivência muito respeitosa, fraterna. Estive na sua Rio Branco, no seu Estado do Acre, com amigos. Fui acolhida também fraternalmente pela sua esposa, Dolores, que é gaúcha.

Eu quero lhe dizer que um dos momentos mais relevantes da sua passagem aqui, entre todos eles...

Mesmo sendo de oposição, tivemos sempre uma relação muito respeitosa. O que faz da política grande é exatamente esta capacidade que temos, na tolerância e no respeito, de ter posições divergentes, sejam ideológicas, sejam partidárias, sejam das próprias convicções que temos.

Mas um momento que eu não esqueço e reconheço, que é por merecimento, foi quando, na companhia do saudoso e inesquecível Luiz Henrique da Silveira, Senador aqui, V. Exa. repartiu a responsabilidade de produzir à Nação brasileira um Código Florestal à altura das necessidades da relevância do nosso País, um país que é um dos maiores produtores mundiais da produção agropecuária, que tem um protagonismo destacado no mundo. Esse Código Florestal, eu penso, foi um dos maiores avanços, conquistado graças à sua habilidade e à de Luiz Henrique de construir de



um texto que se adequou às necessidades do País, um país em que apenas 10% do território, 10%, um pouco menos do que 10%, é ocupado com agricultura e pecuária.

Imagina-se, na narrativa destruidora da Amazônia – o nosso pulmão brasileiro, também dito pulmão do mundo, mas ele é brasileiro soberanamente, está no Território brasileiro –, que somos nós que temos a responsabilidade de proteger esse pulmão brasileiro.

Também o significado disso, Senador Jorge Viana, por pertencer à Região Amazônica, é saber que 80% da área lá precisa ser preservada da produção do setor agropecuário.

Então, a contribuição foi extraordinária.

E V. Exa. deixa o Senado com a certeza e a consciência do dever cumprido com zelo, como exemplo de trabalho, de comprometimento com os interesses nacionais. Nunca V. Exa. colocou os interesses do seu partido acima dos interesses nacionais, e eu penso que isso é também um reconhecimento que fazem pessoas como eu, Senadores como eu, seus colegas aqui, que tiveram a confirmação dessa sua atitude tão nacionalista, tão comprometida com os interesses do nosso País.

Parabéns ao senhor e muito sucesso nos seus novos desafios. Que continue olhando com esse olhar de interesse, de preservação e cuidado não só a Região Norte, a Amazônia, mas todo o Brasil, o nosso Rio Grande, que V. Exa. conhece bem.

Parabéns, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço, Senadora Ana Amélia. As suas palavras me tocam muito. Nós estivemos, nesses períodos todos, envolvidos em crises, em enfrentamentos, mas, talvez, a maneira como nós nos relacionamos seja pedagógica, no sentido de dizer: "Olha, é possível pensar diferente, ter posições diferentes e ter uma boa convivência, uma convivência sincera". Em quantos momentos eu disse: "Ana Amélia, dá para a gente fazer isso..."

O Código Florestal, quando eu cheguei aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... tinha uma diferença enorme entre a minha posição e a do Senador Caiado, e depois, com o meu querido amigo Luiz Henrique, batalhando, lutando, chegamos a um impasse. Ele falou: "Não vai ter Código Florestal, a insegurança jurídica vai seguir, o confronto vai seguir". Só tinha uma solução: eu e o Caiado tínhamos que nos entender.

Peguei o telefone e liguei para ele. Ele tomou um susto: "Você quer falar comigo?" Eu disse: "Vou ao seu gabinete". Cheguei lá e falei: "Caiado, tem 14 pontos no código, que empancaram, que não têm solução. Vamos nós dois aqui encontrar um jeito. Se o Brasil não vota, nós não vamos avançar numa área que é fundamental. Primeiro, preservar o meio ambiente e, segundo, tirar da insegurança jurídica os produtores da agropecuária, do agronegócio e da agricultura familiar". E o Caiado falou: "Vamos! Qual é a sua ideia?" Eu falei: "Olha, vamos botar as nossas equipes, a tua e a minha, para trabalhar juntas até o final do dia nesse tema". Chegou o final do dia, Senadora Ana Amélia, os 14 pontos... Chegou o Edvaldo Vasconcelos, que era meu chefe de gabinete na época, e falou: "Senador, não deu". Eu disse: "O que que não deu, rapaz? Vocês passaram o dia todinho..." Ele falou: "Nenhum entendimento aconteceu nos 14 pontos. A nossa equipe e a do Caiado não deram certo". Aí eu voltei: "Caiado, o pessoal não se entende, tem que ser nós dois mesmo". Sentamos... Eu falei: "Vamos sentar nós..." Ele falou: "Vamos". Eu falei: "Tem 14 pontos aqui. Quais são os pontos que não têm jeito para você?" Ele separou. Eu falei: "Eu vou separar os que para mim não têm jeito". "E esses aqui?" "Esses aqui são difíceis e tal..."



Botamos alguns para serem regulamentados, tiramos, e ficamos com uns seis pontos que não tinham jeito.

Eu falei: "Agora, Caiado, como é que faz? Alguém tem que ceder". E ele falou: "Eu não posso ceder". Eu falei: "Então vamos fazer um acordo de procedimento. Nós vamos pegar esses seis pontos, eu vou levá-los para a Comissão de Meio Ambiente e vamos votá-los. Os pontos que eu ganhar de você... Porque os seis eu defendo de um jeito e você defende de outro. Os que você perder para mim, eu prometo a você que eu levo para o Plenário da Casa para você debater de novo, mesmo que tenha perdido na Comissão". Ele apertou a minha mão e falou: "Está fechado o acordo".

E assim nós conseguimos votar uma lei que agora... Sabe o que que eu mais vi na COP, no espaço Brasil? O debate do uso do Código Florestal novo, que nós fizemos, como instrumento econômico para uma economia de baixo carbono.

A Sra. Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Um instrumento econômico, por empresas... Todo mundo montando os negócios para usar a Lei da Biodiversidade, de que fui Relator e ajudei a fazer; a nova Lei da Ciência e Tecnologia, de que fui Relator e ajudei a fazer, com a ajuda do Sibá, na Câmara, que também é do Acre; e o novo Código Florestal.

E, graças a Deus, passados mais de cinco anos, o desafio do novo código é a sua implementação.

Aqueles mais que ficam tentando... Esses dias eu vi uma pessoa do Imazon falando bobagem sobre o Código Florestal. Não é o Código Florestal que está permitindo novos desmatamentos, porque a lei não mudou em nada, o que está permitindo novos desmatamentos...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... é comando, controle, falta de política, de incentivo e de estímulo para o uso sustentável da floresta. Mas essas são as contradições que vão seguir. Só para dar um exemplo, Senadora Ana Amélia...

A Sra. Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Sra. Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou usar a palavra apenas, desculpe-me, só para complementar e falar sobre a relevância do diálogo que V. Exa. teve com Ronaldo Caiado, representando os produtores rurais no debate do Código Florestal. Senador Jorge Viana, aconteceu no meu Estado do Rio Grande do Sul, com o seu partido: o Governador eleito Eduardo Leite – com essa capacidade negociadora que teve V. Exa. e o Caiado no entendimento de um conflito – foi buscar apoio da Bancada do PT na Assembleia, tão aguerrida quanto a Bancada do PT nesta Casa ou na Câmara Federal, para prorrogar, pelo menos por mais algum tempo, a cobrança de um aumento do ICMS num Estado que está com uma dificuldade financeira extraordinária, em uma crise muito profunda, como vários Estados – Minas Gerais, Rio de Janeiro e tantos outros.

E essa negociação, esse entendimento viabilizou a integralidade e o apoio de todos os votos da Bancada do PT a um Governo do PSDB numa coligação que tive a honra de apoiar com meu partido, o Progressista. Eu penso que a política feita dessa maneira é a política que a população entende e quer. É não fazer tábula rasa, mas contribuir, como V. Exa., para construir uma solução para um problema de questão de divergências profundas no Código Florestal e também divergências partidárias e ideológicas no meu Estado, mas com um bom diálogo, maduro e



respeitoso. Houve uma contrapartida: a bancada, para apoiar, fez algumas ponderações, que serão atendidas pelo Governador. Isso é um exemplo muito típico e muito, eu diria, exemplar de boa política, Senador Jorge Viana.

Então, é o seu partido que está envolvido. Considerei aquilo um ato de interesse pelo interesse maior: o interesse do nosso Estado. Essa negociação foi feita para aprovar uma lei tão importante para a garantia de uma melhor estabilidade nas finanças do nosso Rio Grande do Sul.

Muito obrigada, Senador, e boa sorte em seus novos desafios.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora concludo mesmo, deixando aqui o agradecimento especial a todos que trabalharam comigo em meu gabinete aqui em Brasília, em meu gabinete no Acre, a todos os segmentos da sociedade acriana. Quero deixar bem claro que já fiz isto: estou mandando uma cartinha para quem eu posso, porque não há nenhum ressentimento com o resultado da eleição. Nenhum ressentimento! A máxima que uso é: não votaram em mim agora, mas já tinham me ajudado antes...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... em outras lutas, me apoiaram, apoiaram os que indiquei. Então, sem ressentimentos, verdadeiramente sem ressentimento. E isso é que conta, porque os desafios e os problemas se multiplicam. Imagine se alguém vai atrás também de mais um acerto de contas?

Então, eu não tenho certos de contas. Graças a Deus minha vida é vitoriosa. Tenho saúde. E não é que vou seguir em frente andando. Agora inventei de correr, faz algum tempo. E vou seguir correndo. Gosto de ser mais rápido, de chegar. Vou seguir correndo, mas como diz a música: "Eu vou indo, em busca de um sono tranquilo... Quem sabe?" Em busca de viver em paz... Quem sabe? Como eu tenho vivido. Em busca de ser feliz.

E eu acho que esse deve ser o sentimento, e não o da raiva, do enfrentamento, que tomou conta de todo mundo, que faz um país tão fantástico parecer que é um país ruim, parecer que é um país amaldiçoado com tantas crises.

Eu não vou me curvar a isso, eu não vou nessa história de que tem que ter lado, tem que ter um inimigo. A gente não precisa tratar o inimigo do mesmo jeito que ele trata a gente ou o adversário. Não precisa! É isso que faz a mudança de um conflito que não vai dar em nada para um conflito que pode gerar até uma situação melhor, um passo adiante.

O Senador Cristovam chegou e queria dar uma palavrinha. Eu já estava encerrando, mas é com muito orgulho que eu ouço V. Exa., e até temos aí pactuado alguns compromissos, se eu ficar por aqui, de nos encontrarmos, para pensar, pensar isso, reunir ideias às vezes conflitantes e tirar uma ideia que possa nos unir e que nos faça sonhar com um futuro melhor, principalmente para os outros, porque, quando nós fazemos um trabalho pelo bem comum... Trabalhar pelo bem comum é ser ético. E, aí, trabalhar pelo bem comum é ser cristão, é ser gente.

Eu ouço V. Exa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Jorge Viana, existe Senador, Parlamentar, que é menor do que o mandato. Chega aqui e não está à altura. Mas existem alguns que são maiores do que o mandato. O senhor é um desses.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.



O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sua vida, sua participação, sua militância, sua presença no cenário nacional é maior do que o mandato. Era antes atividade, passou aqui um belo mandato, pela capacidade de diálogo, pela firmeza de posições, pelas bandeiras, sobretudo meio ambiente, índios, que eu creio que é o grupo que mais vai precisar de apoio da sociedade brasileira.

Nós, talvez, estejamos caminhando para um novo genocídio, que talvez não seja tão grande, do ponto de vista de números, porque já não há tantos índios...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... mas, tirando o tamanho, do ponto de vista quantitativo, qualitativamente podemos estar caminhando para um genocídio, como o do começo da nossa colonização, e com o mesmo argumento: usar a terra dos índios para produzir bens comerciais. Era pau-brasil, agora pode ser arroz, pode ser soja, podem ser outros produtos.

Então, o senhor carregou essa bandeira aqui, que poucos têm: a bandeira dos índios, do meio ambiente, e fez um mandato que o mandato, em si, está a sua altura, mas o senhor é maior do que o mandato.

Por isso, não há porque ter nenhum – não foi constrangimento que o senhor disse... – ressentimento com o eleitor. Não tem mesmo. E é natural que o senhor não tenha.

As pessoas, às vezes, acham que pode não ser, mas é: não há por que ter ressentimento, porque o senhor não fica menor sem esse brochinho aí, na lapela – nem um pouquinho.

O senhor é maior do que o seu mandato, e, nesse sentido, como brasileiro, eu tenho certeza de que o senhor continua. E esse deve ser o grande verbo nosso, que estamos terminando agora a nossa carreira parlamentar, mas não carreira política, não carreira de militância, não carreira de dedicação ao País.

Parabéns pelo que fez, e estamos olhando na frente. Quem olha para frente não se despede. E, lá, na frente, eu tenho certeza de que o Brasil continuará contando com o senhor, porque o senhor continuará na luta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, querido Professor, Reitor, colega, amigo Cristovam Buarque. É muito importante eu ouvir essa sua manifestação, pela autoridade que V. Exa. tem, especialmente aqui nesta Casa. E, quando a gente trata de vida pública, a sua vida pública...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... é uma vida pública que lhe dá autoridade, e não sei se sou é merecedor dessas generosas palavras.

Mas encerro aqui também esse período no Senado – vou chamar assim –, porque, como diz V. Exa., e ficou uma frase que nos contaminou a todos e faz parte deste encerramento dos trabalhos: quem olha para o futuro não se despede – não é, Senadora Ana Amélia? Já repetimos essa frase. É uma frase muito feliz.

Nós estamos encerrando esta quadra, este período. Eu não sei, mas eu não pretendo desistir de lutar por um Acre, por uma Amazônia, por um Brasil melhor, por um mundo melhor para todos. De jeito nenhum. Senão, eu vou me sentir mal.

E eu quero, enquanto eu tiver vida, saúde, estar nessa causa, porque nós não temos essa causa; é ela que nos tem. Então, não há como sair. E eu não quero sair.



E queria cumprimentar, então, o Governador Tião Viana, meu irmão, que também está saindo agora, no dia 31. Nosso mandato vai até o dia 31 de janeiro, o dele encerra-se agora, em dezembro. Foi um extraordinário Senador. Teve muita dificuldade agora no Governo do Acre, com essas crises. Talvez tenhamos errado muito na política. Eu prefiro, em vez de ter algum ressentimento, assumir os erros. Eu acho que nós erramos. Erramos muito. No diálogo com a sociedade, com a população... Perdemos interlocução com os setores importantes... Mas isso faz parte: são as idas e vindas.

Mas, no Acre, durante 20 anos, fizemos um trabalho muito importante. Mudamos muita coisa para melhor. E, agora, esse trabalho também chega ao fim, com o encerramento do mandato do Governador Tião Viana, grande médico, extraordinário Senador. E o mesmo acontece com alguns colegas, como o Angelim, que está aqui e está encerrando um mandato. Uma pessoa que está muito acima também dessas coisas pequenas, que ora nos põem para frente e ora nos põem para trás. O Angelim é uma pessoa respeitadíssima e, lamentavelmente, também foi vitimado – não pelo eleitor – pelos nossos erros, os erros políticos, de direção, de comando, de decisões.

Mas isso eu também quero avaliar só quando o Carnaval passar. Não é quando o Carnaval chegar; só quando o carnaval passar. Neste dia, eu quero apenas aqui dizer uma palavra. Não vou dizer nenhum "até breve", mas uma palavra só, que expressa muito, quando levada adiante: obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senador, o seu discurso emocionado realmente é muito tocante e fala, Senador Jorge Viana, do seu comportamento como um homem moderado. E cabe bem lembrar uma palavra, Senador Cristovam, do pensador Dirceu Azevedo...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – ... "O bom senso contrapõe o radicalismo e suaviza as relações".

E penso também num versículo bíblico de Provérbios 15:1, que diz: "A palavra dura suscita a ira, mas a palavra branda desvia o furor".

Que todos nós saibamos ter uma palavra amiga, contemporizadora. E, nisso, V. Exa., quando falou do seu relacionamento com o Ronaldo Caiado e a moderação, realmente foi elementar e contribuiu para o Brasil. Parabéns.

E lembro do Acre com muito carinho, pois em 1989 eu estive lá, fazendo uma palestra para a Assembleia Estadual Constituinte, em 1989, nesse Estado tão belo, tão bonito, da gente que quis ser brasileiro pela luta de Plácido de Castro.

Com a palavra, o brilhante Senador do Distrito Federal, Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para discursar.) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Guaracy da Silveira; cumprimentar o Senador Cristovam, a Senadora Ana Amélia, Senador Santana, do Piauí, todos os Senadores e Senadoras desta Casa, nossos ouvintes e telespectadores da Rádio e TV Senado, nossos queridos servidores aqui do Senado, servidores aqui do Plenário, comandados aqui pelo Zezinho, pelo João, pelo nosso Zé; a turma da cinegrafia, todos os fotógrafos, e dizer que é com muita honra que a gente sobe aqui. Quero cumprimentar de forma muito especial os servidores terceirizados do Senado Federal, todos que contribuem, de uma forma ou outra, para o funcionamento desta Casa, e dizer que é uma honra, Senador Guaracy, subir aqui a esta tribuna, para fazer este discurso hoje, aqui. É aquela questão:



não é despedida, mas é uma avaliação do quadro, do trabalho que aqui fizemos nesses quatro anos, quando, como o nobre Senador Cristovam falou, nós olhamos para frente. A luta continua.

Eu só tenho a agradecer os mais de 17 mil eleitores que foram às urnas, votaram em mim e colaboraram comigo. O meu Partido não conseguiu o coeficiente eleitoral, conseqüentemente ficamos de fora, mas foi muito importante a disputa, e a disputa faz parte do jogo. Ganhar e perder é normal. A gente permanece na batalha.

Nesta despedida, eu exalto principalmente os servidores do Senado.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, considerem a seguinte história, contada por Deepak Chopra, no livro *Como conhecer Deus*:

Em 1924, um velho habitante de uma vila francesa está a caminho de casa. Com um dos olhos perdido na Primeira Guerra Mundial e o outro gravemente danificado por gás mostarda nas trincheiras, ele mal consegue enxergar.

O Sol poente é ofuscante, de modo que o velho não percebe os dois jovens de bicicleta que dobram a esquina e se precipitam contra ele.

No momento do impacto, surge um anjo e segura a bicicleta da frente pelas duas rodas, ergue-a no ar e a coloca em segurança, no gramado ao lado da rua. A segunda bicicleta para a pouca distância, e os jovens ficam tremendamente agitados. "São dois! São dois!", grita um deles, querendo dizer que não havia apenas o velho, mas duas outras figuras diante deles na rua.

A vila inteira se alvoroça, alegando mais tarde que os jovens estavam bêbados ou inventaram aquela história fantástica.

Poderíamos nós mesmos chegar a uma conclusão? [Será que poderíamos?]

Acontece que o velho homem era um sacerdote, o conhecido Padre Jean Lamy, [meu nobre Presidente Guaracy da Silveira, e o aparecimento do anjo chegou até nós através de seu próprio testemunho, antes de morrer]. [Parece que] A [Jean] Lamy [um homem santo e amado] eram atribuídos muitos eventos em que Deus enviava anjos ou outras formas de ajuda divina. [...]

Por causa da vocação religiosa de Lamy, é fácil desdenhar esse incidente como uma história para devotos. Os céticos não se deixariam comover.

Entretanto, nobre Senador Guaracy da Silveira, Presidente, fico fascinado pela simples possibilidade de ter acontecido, de podermos abrir a porta e permitir a entrada de anjos protetores em nossa realidade, juntamente com milagres, visões, profecias e, finalmente, esse grande forasteiro, o próprio Deus [que é fundamental para nossas vidas]. Nesta importante ocasião, nobre Senadora Ana Amélia, revejo a minha vida como num filme e relembro todos os percalços vividos para chegar ao Senado da República. A semelhança com o episódio do Pe. Jean Lamy não é mera coincidência. Várias bicicletas dobraram a esquina e se precipitaram contra mim, mas jamais conseguiram atropelar-me nessa luta.

Por isso, nesta hora magistral, eu gostaria primeiramente de agradecer a Deus, por aplinar os caminhos e endireitar as veredas de acesso ao Parlamento brasileiro, para agraciar-me como Senador da República, cargo de tão nobre honraria.

E, na sequência, meu nobre Presidente, eu gostaria de agradecer à minha esposa e companheira de todas as horas, Edy Gonçalves Mascarenhas, enfermeira, servidora pública, que tanto contribuiu para Brasília e para o nosso Brasil; à minha amada filha, Maíra Virgínia, hoje



médica e também bacharel em Direito pela Universidade de Brasília; à minha querida filha Isabella Tainá, bacharelada em Letras-Francês; à minha querida filha Potira Gabriella, que é bacharel em Gastronomia e está terminando agora o curso de Engenharia Florestal na UnB; ao meu querido filho Hélio Gabriel, meu adorador filho, que está fazendo o curso de Tecnologia da Informação.

E quero falar, meu nobre Senador Cristovam, da saudosa memória àqueles que nos trouxeram, como a saudosa memória de meu pai, João da Silva Lima, um político nato, que, com apenas três dias de campanha, foi o mais votado na minha cidade em algumas eleições – e, naquela época, a eleição era muito rápida; distribuíam cedulazinha e coisa e tal; e também à minha mãe querida, Vicentina Rodrigues Lima, os grandes baluartes da minha vida desde os meus primeiros passos.

Agradeço aos meus queridos irmãos – Senador Cristovam, sou de uma família grande: oito irmãos; sou o mais novo dessa família –: meu irmão Wilson, meu irmão Itamar, meu irmão Iron, meu irmão Ilderico, minha irmã Ilza, minha irmã Hilda e meu irmão Ilzair, que sempre estiveram presentes em todas as minhas jornadas.

Aos meus sobrinhos, às minhas sobrinhas, aos meus cunhados, às minhas cunhadas, a todos os meus amigos, um agradecimento muito grande.

Um agradecimento especial aos 80 Senadores desta Casa, meu nobre Senador Cristovam, meu nobre Santana, minha nobre Senadora Ana Amélia e meu nobre Presidente Guaracy Silveira.

Consegui aqui conviver em harmonia com os 80 Senadores desta Casa, independentemente de partido político A, B, C e D e de ideologia, no respeito, no trabalho mútuo. Então, o meu agradecimento é muito grande aos 80 Senadores, pela salutar convivência, pela amizade e pelo apoio, nas convergências e também nas divergências, porque é normal haver divergência e convergência. O que nós precisamos, aqui na Casa, é fazer o bom combate, a boa discussão, não é, nobre Senador Cristovam? Então, para mim foi uma honra muito grande.

Em especial, agradeço a meu amigo e querido Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal de 2015 a 2017, que fez um extraordinário trabalho nesta Casa no primeiro período da minha Legislatura, da 55^a, e também ao Senador Eunício Oliveira, que o sucedeu e foi Presidente desta Casa no período de 2017 e 2018.

Agradeço a meus Líderes, que puderam me indicar como membro titular da CMO (Comissão Mista de Orçamento) em duas oportunidades, onde eu pude trazer tantos recursos para o Distrito Federal.

Agradeço a meus colegas Senadores e Deputados Federais, que me elegeram coordenador da Bancada nesse período de Legislatura, por dois mandatos, onde pude coordenar nossos 11 Parlamentares de forma democrática, de forma tranquila, e encaminhar as questões.

Aos meus nobres Presidentes de comissões e Líderes, que me indicaram como titular da CPI da Previdência. Fui o Relator na CPI da Previdência, fazendo um relatório no qual desmistifiquei a questão de haver déficit na Previdência, que não havia. E aprovamos o relatório por unanimidade nesta Casa, inclusive com o voto do Líder do Governo, provando que não havia déficit na Previdência.

Aos meus queridos Líderes, que me indicaram membro da CPI do Carf, da CPI do Futebol, nas quais pude contribuir com altivez e trabalhos importantes para esta Casa.



Aos meus Líderes, que me colocaram como Presidente da Comissão do Senado do Futuro, na qual pude, nesses dois últimos anos, fazer um trabalho extraordinário, numa comissão idealizada pelo nobre Senador Cristovam, que traz o debate transversal dos vários projetos desta Casa.

Aos meus Líderes, que me colocaram em comissões importante e nobres, como a Comissão de Direitos Humanos, nesses quatro anos, na qual pude trabalhar bastante a questão dos direitos dos cidadãos; a Comissão de Constituição e Justiça, comissão mais importante desta Casa, onde pude trabalhar nos quatro anos; a Comissão de Assuntos Econômicos, na qual trabalhei nos primeiros dois anos de meu mandato aqui; como Vice-Presidente e agora como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Senado Federal, da qual o nobre Senador Cristovam foi Presidente um período, e eu fui Vice-Presidente do nobre Senador Cristovam.

Foi uma honra ter servido a esta Casa, com todos os trabalhos que fiz como Presidente de Medida Provisória, como Vice-Presidente, como Relator de medidas provisórias, em que pude contribuir.

Meu nobre Senador Cristovam, eu sei que, sem rodeios desnecessários, me sinto no dever de, hoje, manifestar os meus mais sinceros e singelos agradecimentos pelos anos aqui dispensados.

V. Exa. pediu um aparte, então passo para V. Exa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Hélio José, eu sou muito grato pela maneira como o senhor presidiu a Comissão do Futuro, a qual o senhor lembrou que fui eu que tive a iniciativa de criar. E foi criada pelo Presidente Renan Calheiros, quando ele era aqui Presidente do Senado, que aceitou imediatamente, tomou a medida... E o senhor fez um belíssimo trabalho nesse período em que foi Presidente.

Eu quero agradecer ao senhor por ter sido Senador da energia eólica, o único que carregou essa bandeira para valer. Muitos de nós defendem isso, dão apoio, mas o senhor que carregou.

Eu quero lhe agradecer a maneira como o senhor, às vezes, esbaforidamente, mudava de uma comissão para outra, participando de quase todas ao mesmo tempo, num trabalho que poucos de nós, Senadores, fizemos nessa intensidade.

Mas não vou agradecer isso; vou agradecer por ter assumido aqui o Senado como substituto do Senador Rollemberg, quando este assumiu o Governo, e ter feito um belo trabalho para o Distrito Federal.

Como morador, como habitante do Distrito Federal há 40 anos, eu quero lhe agradecer como cidadão brasileiro, não apenas como seu colega, como Senador.

O senhor honrou o cargo que ocupou. E, nos tempos de hoje, não são muitos os que podem dizer que honraram o cargo que assumiram de Senador, de Deputado. São poucos os Parlamentares que a gente pode dizer que honram o cargo. O senhor honrou esse cargo, e, como brasileiro, eu lhe agradeço por isso.

Um grande abraço, e valeu a pena tê-lo nesta Casa por esses quatro anos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, Senador Cristovam. O senhor, que é um exemplo de governo para o Distrito Federal...

Toda a população de Brasília sente saudades do nosso governo do Paz no Trânsito, do nosso governo do Saúde em Casa, do Parceria Popular, do Provi, do nosso governo do Bolsa Escola, do nosso Governo Cidadão, quando nós não tínhamos pessoas abandonadas nos semáforos e nas ruas, pedintes, cujo número, hoje, cada vez aumenta mais.



Então, meus cumprimentos e os meus agradecimentos também, em nome da população de Brasília, pelo excepcional mandato que V. Exa. exerceu aqui nesta Casa fez e pelo governo que fez aqui.

Muito obrigado pelas palavras carinhosas e gentis de V. Exa. Para mim, é uma honra muito grande, e vou levar eternamente, para a minha vida, essas palavras de V. Exa.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

Eu quero dizer que, em relação às comissões, meu nobre Senador Guaracy, nesses quatro anos, também fui membro ativo da Comissão de Relações Exteriores, o que me honrou muito, tanto sob a Presidência do Senador Fernando Collor quanto sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, quando pudemos sabatar uma infinidade de embaixadores, pessoas que colaboram muito com o nosso Brasil e com o nosso mundo.

Eu acho que o Brasil deveria ter uma embaixada em todo país reconhecido pelo ONU, porque, quanto mais embaixadores o Brasil tiver, quanto mais representação o Brasil tiver, mais o nosso povo vai ser valorizado em cada canto deste mundo, porque o povo brasileiro é um povo muito bem acolhido em todos os lugares, porque é um povo hospitaleiro – não é, nobre Senador Cristovam?

Não se trata de um acerto de contas, meu nobre Senador Guaracy, mas sim de uma espécie de satisfação pública pelos serviços prestados, nesses quatro anos de mandato, como representante senatorial pelo Distrito Federal.

Em primeiro lugar, foi de emblemático reconhecimento o processo gradual e impactante de amadurecimento pessoal e profissional nesta Casa, seja na condição de Senador, seja na condição de servidor público concursado que sou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ninguém cabe contestar o significado largo do vocábulo "público", quando se tem a oportunidade rara e excepcional de conviver com a família institucional do Senado, que é uma família importante.

Aos meus amigos e servidores, que tanto me assistiram nesses quatro anos de mandato, eu gostaria de expressar os meus mais sinceros agradecimentos. Mais enfaticamente dirijo-me, sobretudo, àqueles lotados em meu gabinete, os quais dedicaram tempo, esforço e competência às inúmeras e espinhosas demandas institucionais. De fato, foram todos tão indispensáveis quanto generosos nas longas e instrutivas participações nas comissões às quais me associei, como integrante designado pela Bancada.

Na condição de Líder da Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, que reúne três Senadores e oito Deputados Federais representantes do DF, também pude contar com a contribuição inesgotável de todo o corpo de servidores desta Casa, a quem eu quero agradecer muito.

Em todas as atividades e competências previstas regimentalmente, não pude me furtar às imprescindíveis consultas e trabalho de diversos setores da Casa.

Ao ressaltar, em especial, os servidores da Agência Senado, que se compõe da TV Senado, da Rádio Senado e do *Jornal do Senado*, com as suas coberturas excepcionais, eu gostaria de exaltar o nível elevado de conhecimento desses profissionais, a qualidade das publicações, que fazem sempre com o compromisso, com a verdade dos fatos. Sem dúvida, Sr. Presidente, cabe reiterar que a minha atuação parlamentar, no período entre 1º de janeiro de 2015 até o dia 30 de janeiro de 2019, se assentou estritamente em quatro eixos principais. No topo de prioridades, destacou-se a minha ênfase em políticas públicas envolvendo o setor energético, as energias limpas, as energias



renováveis, a energia solar fotovoltaica, a energia eólica, a energia da biomassa, o Brasil que é rico, o Brasil que é forte, o Brasil que tem todas as condições de ser uma das maiores potências do mundo, principalmente porque é um País que tem 28,5 mil gigawatts de disponibilidade de energia solar fotovoltaica, enquanto toda a nossa energia é de 172GW. Então, o Brasil é uma potência, Guaracy, e tem tudo para se destacar no cenário mundial. Sem dúvida, Sr. Presidente, no topo das prioridades, destacou-se a minha ênfase nessas políticas públicas envolvendo o setor energético, seguido do meu interesse no setor produtivo, com foco no microempreendedor individual e na micro e pequena empresa. Tive a oportunidade, no meu primeiro ano de mandato, na CMO (Comissão Mista do Orçamento), de ser o Relator da indústria, do comércio e da micro e pequena empresa, a maior geradora de emprego deste País. A partir daí, priorizei a defesa social dos brasileiros menos favorecidos, seguida do apoio às reivindicações amplas do servidor público.

A julgar pela extensão dos compromissos assumidos, eu já antevia que a estrutura funcional teria de ser aproveitada a todo vapor. Dito e feito. De mediato, pude me servir do apoio notável de todos os consultores da Consultoria Legislativa, seja na confecção de discursos, pareceres e requerimentos, seja na elaboração de projetos, estudos, emendas, seja nos atendimentos presenciais, sem os quais poderia não ter destrinchado...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... os caminhos corretos e necessários para bem conduzir os trabalhos nas Comissões.

Mais uns dez minutos, e eu concludo, Sr. Presidente.

Mais precisamente, e com sincera modéstia, entre janeiro de 2015 e 29 de outubro de 2018, apresentei 245 proposições legislativas, das quais: 46 projetos de leis; 2 propostas de emenda à Constituição, em coautoria com outros Senadores; e 1 projeto de resolução do Senado Federal.

E eu me orgulho, Senador Guaracy, de ter aprovado nesta Casa, por unanimidade, a lei que garante a democratização dos meios de comunicação, aumentando os canais das rádios comunitárias de um para dois e ampliando a sua potência de apenas 25W para 150W, dando condição para que todos os brasileiros possam ouvir a voz de cada esquina e de cada cidade que é reverberada pelas rádios comunitárias. Então, me orgulhou muito a aprovação aqui desse meu projeto.

Há mais outros projetos que continuam nesta Casa, tanto de energia solar – vários foram aprovados aqui – quanto de energias eólicas, fotovoltaicas e de energia limpa. Há também outros em prol do direito, em prol das igualdades sociais, em prol do fim das discriminações, como o projeto da minha relatoria que garante aos advogados, homens e mulheres, o direito de acesso a todas as informações do processo e garante às mulheres advogadas que, quando elas estiverem naquele período insuportável, tenham o direito de mudar o dia do ato formal judicial, para que elas possam ter condição de bem fazer a defesa das suas causas. Isso ocorre no momento menstrual ou no momento de dar à luz, de ter um parto, coisa assim, ou em um acidente. Então, essa lei eu consegui aprovar aqui nesta Casa.

Certamente muito mais poderia ter sido feito...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... se não houvesse tantos entraves regimentais e políticos a confundir e a adiar decisões legislativas de inquestionável urgência para o País.



A despeito desses entornos estruturais, percebo agora que, caso não considerasse a assistência institucional do quadro dos servidores do Senado, meu desempenho parlamentar seria prejudicado em demasia.

Ciente disso, Sr. Presidente, vale destacar que, com essa invulgar orientação dos servidores, pude bem desenvolver minhas participações na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, como Vice-Presidente e membro titular.

Contando com esse mesmo quadro de excelência, também exerci a titularidade na Comissão de Serviços de Infraestrutura, dando procedimento a avaliações sobre a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, como a energia solar fotovoltaica, a energia eólica e a de biomassa.

Não por acaso, de março de 2017 até o presente momento, tenho ocupado cadeira de titular na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na Comissão Mista de Meio Ambiente e também na Comissão em que a nossa excelente Senadora Ana Amélia foi a Presidente, que é a Comissão de Agricultura, em que pude contribuir sobremaneira nos meus primeiros dois anos de mandato.

E essa acumulação gigantesca e bem-sucedida de tarefas só pôde ser realizada graças ao desempenho extraordinário de todo o quadro de pessoal do Senado, que conosco colabora.

Sr. Presidente, no âmbito das comissões especiais, tive a honra de ser membro titular tanto da CPI do CARF quanto da CPI da Previdência.

Nesta última, aliás, fui designado autor do relatório final. Não é verdade que a previdência social seja deficitária e que seja preciso retirar direitos e ameaçar os servidores públicos civis e militares. Não é justo com os servidores e também não é justo com a sociedade. Estudo criterioso realizado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) mostrou que, de 2005 a 2016, os números da seguridade social produziram, em média, R\$50,2 bilhões de superávit anuais, mesmo considerando o resultado negativo de 2016, o único da série. Proponho que cada Parlamentar eleito leia e estude o relatório da CPI da Previdência de forma criteriosa e que se promova um debate mais aprofundado sobre a questão. Quero agradecer aqui o Senador Paulo Paim, Presidente dessa CPI, que comigo trabalhou lado a lado. Conseguimos mostrar para o Brasil que a previdência não é deficitária. Vale ressaltar que o trabalho realizado na CPI da Previdência, entre abril e outubro de 2017, foi intenso e muito importante para a sociedade brasileira.

Ali, pude jubilosamente constatar o apoio inarredável dos consultores da Conleg e da...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... Secretaria-Geral da Mesa e também dos servidores da Consultoria de Orçamento, que tanto trabalharam para o êxito da relatoria.

Convém, igualmente, recordar que, em 2016, ao participar como membro titular da Comissão Especial das Obras Inacabadas, das grandes obras deste País, bem como titular da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, recorri por diversas vezes aos servidores de múltiplos setores do Senado.

Para tanto, os serviços prestados pela Gráfica, pela Diretoria-Geral, pelo RH, pela Relações Públicas, pela Polícia Legislativa, bem como pela 1ª Secretaria foram de enorme competência e boa vontade.



Por isso, eu quero, em nome de todos, agradecer à Diretora-Geral, Dra. Ilana Trombka, e, em nome de todos, agradecer ao meu nobre Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, uma pessoa pela qual todos nós aqui temos o maior carinho, o maior respeito.

Sublinho ainda os esforços empenhados pelos servidores do Interlegis, por intermédio do qual realizamos relevantes seminários e reuniões ao longo desses quatro anos.

Na mesma alentadora toada, devemos enaltecer os serviços prestados pelo pessoal da Biblioteca, cuja determinada e impecável colaboração nos permitiu promover exposições de arte e lançamento de livros.

De não menor relevância, Sr. Presidente, como se sabe, ocupei a vaga de suplente na Comissão Especial do Impeachment de 2016. Naquele dramático episódio, não foram escassas as valiosas sondagens jurídicas e processuais junto à Consultoria Legislativa do Senado, graças às quais nossa equipe pôde fundamentar decisões e procedimentos normativos. E eu, o Senador Cristovam e o Senador Reguffe, nós três, em unísono, votamos favorável ao *impeachment*, naquele momento, entendendo o trabalho e a prestação de serviços que foram feitos por todos esses assessores, que provaram para nós três da bancada de Brasília que, naquele momento, era inevitável o *impeachment*.

Mesmo atualmente, nos últimos dias de meu mandato – estou concluindo, Sr. Presidente –, como integrante titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, além de Presidente da Comissão Senado do Futuro, não deixo de reconhecer o enorme apoio que recebo dos servidores desta Casa, como o meu nobre Dirceu, apoiador das Comissões, que sempre me ajudou.

Em suma, Sr. Presidente, diante do exposto, despeço-me do Senado Federal convicto e orgulhoso do alto nível dos servidores públicos que encontrei no Legislativo. Por isso, ao retornar ao cargo de Analista de Infraestrutura do Ministério das Minas e Energia, como servidor que sou do Ministério do Planejamento, levo comigo as melhores impressões do corpo técnico desta Casa, convencido de que o Legislativo dispõe de um dos mais qualificados quadros de servidores públicos do País.

Meu enorme agradecimento ao limpador de chão, à pessoa que me serviu o café, aos servidores terceirizados, que são uma família aqui, no Senado, que todos nós temos que abençoar. Meus enormes agradecimentos ao Zezinho e a toda a equipe de apoio aqui do Plenário, que sempre me acolheu, meus amigos, meus companheiros, aos cinegrafistas etc. e tal.

Era o que eu tinha a dizer, meu nobre Presidente.

Nobre Senadora Ana Amélia, a senhora estava em pé aqui. É um aparte a V. Exa.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Tudo bem. Então, muito obrigado à senhora. Quero agradecer à senhora aqui por tudo.

Eu quero dizer ao meu nobre Senador Guaracy: o senhor é um exemplo nesta Casa. Muito obrigado...

O Sr. Zé Santana (Bloco Maioria/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Pois não, nobre Senador Santana, do meu querido Estado do Tocantins. A minha esposa é de Tocantínia, do seu Estado. O senhor está com a palavra.

O Sr. Zé Santana (Bloco Maioria/MDB - PI) – Do Estado do Piauí, meu querido.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Ah, do Piauí, Piauí, do meu querido Wellington Dias.



O Sr. Zé Santana (Bloco Maioria/MDB - PI) – Meu querido Senador Hélio José, é apenas para cumprimentá-lo e manifestar aqui a nossa satisfação, a nossa alegria por esta nossa passagem transitória, numa convivência tão amigável, em que pudemos ter essa afinidade e essa admiração por esse trabalho que você desempenhou aqui durante esse período. Como disse aqui o Senador Cristovam Buarque ainda há pouco, você foi o Senador da energia eólica.

E, no Piauí, graças a Deus, nós que temos vento e sol em abundância temos nos destacado em matéria de energia limpa, com a energia eólica, com a energia solar.

Por isso, nesta passagem aqui, como eu disse, por mais transitória que seja, foi realmente um motivo de alegria poder conviver com pessoas como você. E a gente tem, neste pequeno espaço de tempo, a oportunidade de testemunhar esse trabalho, que orgulha o nosso País. De fato, certamente será uma das vozes que fará falta neste Senado.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, meu nobre Senador Santana, do Piauí. Eu gosto demais do Piauí, do Piauí do meu nobre Senador Wellington, Governador e ex-Senador Wellington, do meu nobre Marcelo Castro, que vem agora para esta Casa, da Regina Sousa, que agora é Vice-Governadora, e também do meu nobre Ciro Nogueira. Então, muito obrigado a você. Lá há Pedra do Sal, aquela usina eólica maravilhosa. É o Piauí do meu nobre Senador Elmano Férrer, que é meu amigo, meu companheiro – é "O Vein Trabalhador". Então, eu me orgulho muito do povo piauiense.

Eu quero dizer, meu nobre Senador Guaracy – o senhor que é do Tocantins, e eu tinha misturado aqui as palavras –, que me honrou muito... Eu quero agradecer ao povo de Brasília, agradecer a Deus e agradecer a todos os Senadores e Senadoras e aos servidores do Senado. Muito obrigado a V. Exa. pela condescendência do tempo...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... e pelo apoio que V. Exa. sempre me deu nesta Casa, inclusive quando elegemos aqui o nosso querido Nilson Rodrigues, que foi Secretário de Cultura de seu Estado, para receber aqui o prêmio Câmara Cascudo. Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senador Hélio José, V. Exa. certamente abrilhantou esta Casa.

E lembro a todos os Srs. Senadores, mesmo os que estão encerrando o mandato, que ainda temos um nobre serviço parlamentar, porque, Senadora Ana Amélia, somos nós o Congresso Nacional atual que daremos posse, dia 1º de janeiro, ao Presidente eleito Jair Bolsonaro.

E aproveito a oportunidade para relatar à Nação brasileira que nós trabalhamos muito pela campanha do Presidente eleito Jair Bolsonaro. Trabalhamos no Tocantins, trabalhamos do Estado de São Paulo também, pelas redes sociais, e muito mais pelo Estado do Amapá. E, graças ao bom Deus, conseguimos essa brilhante vitória. E eu anuncio que, desde alguns dias passados, fui convidado para fazer parte do Partido de S. Exa. o Presidente da República Jair Bolsonaro. Então, assumi como Senador filiado ao Partido do Presidente da República, ao PSL (Partido Social Liberal).

E, com prazer, concedemos a palavra à elegante e competente Senadora representante do Rio Grande do Sul, da querida Lagoa Vermelha, essa mulher que realmente é um brilho de inteligência, a Senadora Ana Amélia.



A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discursar.) – Obrigada, Senador Guaracy. Obrigada pela generosidade das referências.

Meus caros colegas Senadoras e Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, não, eu não venho me despedir. Eu venho aqui apenas dizer, Senador e Senadores, um até breve, um até logo, porque eu gostei também, Senador Cristovam, da sua frase: "Quem fala do futuro não se despede". Nós temos muitos desafios. Estamos deixando o mandato, mas não deixando a política. Também repito uma frase muito emblemática de um conterrâneo seu pernambucano: às vésperas da sua trágica morte, Eduardo Campos declarou numa entrevista que não podemos, não vamos desistir do Brasil. E essa é a nossa missão.

Eu vou repetir aqui também que, nos oito anos de mandato no Senado, aprendi mais do que em toda a minha carreira de jornalista de quatro décadas e aprendi mais sobre a natureza humana em cinco campanhas eleitorais do que em toda a minha vida. E eu não sou muito jovem. Então, foi um aprendizado que tenho de agradecer.

A primeira palavra, agora, é para as pessoas, os internautas que estão seguindo, todos os dias, as nossas falas da tribuna, o trabalho nas comissões temáticas, seguindo quando se manifestam, quando compartilham as nossas manifestações ou os nossos pronunciamentos ou as opiniões que emitimos nas redes sociais, no Facebook, no Twitter, no Instagram ou no próprio *e-mail* oficial do Senado ou no meu *e-mail* particular. A convivência e o encorajamento de vocês, diária e permanentemente, foi aquele alimento, aquela vitamina, que me ajudou a enfrentar os momentos mais turbulentos de todo este mandato.

E não foram momentos muitos fáceis, como quando tivemos aqui que exercer o papel de juízes, para julgar dois colegas na cassação de mandato. Nossa missão não é ser juízes, Senador Cristovam; nossa missão é legislar. Também tivemos aqui o momento dramático do *impeachment*, mas tivemos que cumprir com o nosso dever, e o fizemos seguindo as nossas convicções, os nossos entendimentos e a nossa percepção das necessidades e daquilo que a sociedade brasileira esperava de todos nós.

Não podemos, de maneira alguma, na sociedade, terceirizar a ética. Não é somente esta Casa que precisa de ética. Todos nós, fora do Congresso, em qualquer atividade que estejamos, precisamos ser éticos, para termos, inclusive, coerência e autoridade moral, para exigir que o Congresso seja ético.

Ninguém chega aqui por suas próprias pernas, por sua própria vontade. Só chega aqui quem é eleito pelo voto direto, popular e secreto. Portanto, a escolha de quem está aqui é o seu representante. Então, na hora da escolha, é preciso exatamente o critério de ver a ficha: o que fez e o que poderá fazer.

Também concordo, Senador Guaracy: o novo Governo chega, e não podemos dar um voto de desconfiança ao novo Governo. Ao contrário, vamos dar um voto de confiança. Eu estava no primeiro turno, numa campanha eleitoral liderada por Geraldo Alckmin, com a honra de ser sua Vice-Presidente. Foi o conhecimento de um Brasil real, de um Brasil profundo, onde andei pelo interior do Sertão de Sergipe, de Alagoas; andei pelo interior de Minas, de Goiás, do Paraná, de Santa Catarina – andei muito, Senador –, de São Paulo. Conheci este Brasil grande e profundo que é. Isso foi muito rico também, foi uma bela experiência.

Entendo como disse o Mario Quintana, nosso grande poeta, prosador e escritor: "Não venci todas as vezes que lutei, mas perdi todas as vezes que deixei de lutar". Eu acho que esse pensamento maravilhoso de Mario Quintana expressa o meu sentimento hoje, neste momento, em



que eu renovo o meu agradecimento aos meus internautas, aos meus servidores, milhares deles, que me encorajam. E digo a vocês: vamos continuar juntos. Eu vou continuar nas redes sociais para esse contato.

Quatro anos, Senador Cristovam, passam muito rápido, para o senhor e para mim. E eu já estou em campanha para 2022, Senador. Eu já estou em campanha, porque quem pensa no futuro não se despede. Por isso, eu digo que este é um até breve, é um até logo ao Senado Federal, uma Casa de que eu gostei muito.

Eu trabalhei muito para honrar, Senador Zé Santana, esta Casa, que é a Casa de Rui Barbosa, nosso patrono, e representar a minha Lagoa Vermelha, referida pelo meu querido Senador Presidente Guaracy, que conheceu Lagoa Vermelha pelas andanças todas que fez pelo Brasil. Então, é muito gratificante estar aqui neste momento para agradecer.

Agradeço também especialmente aos meus funcionários, aos da minha equipe, liderada pelo Marco Aurélio, uma equipe pequena, mas uma equipe altamente comprometida com os interesses coletivos.

Agora, eu não podia ocupar esta tribuna, nesta hora, sem mencionar a minha preocupação com os aspectos da insegurança institucional, da insegurança jurídica que ontem nós vivemos no País. Senador Zé Santana, V. Exa., que é um advogado praticante, deve entender do que eu estou falando.

Ontem, numa decisão liminar, monocrática do Ministro Marco Aurélio, foi suspensa a prisão em segunda instância. Por uma outra decisão monocrática do Presidente da corte, o Ministro Dias Toffoli, isso foi suspenso. Era esperado, não foi a primeira vez que isso aconteceu na Justiça brasileira. Também o Ministro Marco Aurélio e a Justiça, ontem, também tiveram outras decisões que inspiram preocupação de todos nós, da sociedade brasileira, que tem na Suprema Corte ou deveria ter o grau máximo de confiança e de respeito. A Suprema Corte precisa assegurar ao País estabilidade institucional, estabilidade da segurança jurídica. E nós não estamos vendo isso acontecer na Suprema Corte do nosso País, formada por 11 Ministros, que precisam pensar nas suas decisões – não nas suas convicções pessoais, mas na leitura e na interpretação da lei como ela é, não como seus desejos e não também como a sociedade quer, mas exatamente no estrito rito da interpretação dos termos na lei.

Ora, se o Supremo Tribunal Federal, há dois anos, consagrou a prisão em julgamento em segunda instância, como você, numa canetada, como se fala no popular, derruba esse princípio? Mais ainda: o Presidente da Suprema Corte já antecipou pautar essa matéria para o Colegiado examinar em abril, o que também significa uma preocupação. Que País é o nosso, que vai alterar um entendimento, exarado há dois anos, pela maioria da Suprema Corte, do seu Colegiado, que, agora, pode mudar o entendimento? Pode parecer e será um retrocesso se esse entendimento for alterado, não há dúvida.

Essa instabilidade, essa insegurança jurídica é o pior dos mundos que nós podemos ter em nosso País, mas não foi só isso. Outra liminar, também monocrática, do Ministro Marco Aurélio suspende os efeitos de um decreto presidencial que trata da venda dos ativos da Petrobras, Senador Cristovam. Aí nós criamos uma insegurança jurídica na área econômica, mas é tão relevante, nos seus aspectos de impacto na economia, a liminar do Ministro Marco Aurélio sobre o decreto presidencial dos ativos da Petrobras...



Foi a segunda decisão da Justiça de São Paulo que, pela segunda vez, suspende o acordo entre a Boeing e a Embraer, duas empresas privadas, uma com capital participante da União e outra uma empresa estrangeira privada.

Essa insegurança jurídica vai gerar, sem dúvida, um impacto muito negativo sobre todos os investidores internacionais, que estão olhando o Brasil com um grande interesse em um Governo que se apresenta como liberal na economia e abrindo as portas para mais investimentos.

Nós não temos poupança interna capaz de alimentar, de estimular novos investimentos. Nós precisamos do capital estrangeiro, Senador Cristovam, e V. Exa. conhece muito bem a economia, mas o capital estrangeiro só virá na hora em que ele entender que aqui há segurança para fazer esses investimentos.

Essa insegurança jurídica vai afastar o interesse, vai atemorizar todos os investidores que haviam programado, participaram inclusive de uma programação de parcerias público-privadas, que talvez seja o melhor caminho para o entendimento de melhorar a nossa infraestrutura, a nossa logística, que é tão deficiente e tão cara.

Nós avançamos na área do setor aeroportuário, mas precisamos avançar muito mais na área das rodovias, das ferrovias e das hidrovias.

Que País nós vamos construir com essa insegurança jurídica?

Nós não podemos esperar. Precisamos pedir, eu acho que o Poder Judiciário precisa entender o custo que uma decisão dessas representa e o seu impacto sobre o futuro do País. Exatamente, é nessa medida que essas decisões precisam ser olhadas e interpretadas.

No campo econômico, tão grave quanto no campo institucional, em que os Poderes precisam ter equilíbrio nas suas competências e responsabilidades. Não pode a Suprema Corte impor manifestações de decisões desta Casa, que são próprias desta Casa, são responsabilidades desta Casa.

Da mesma forma que nós não podemos impor a nenhum juiz quanto tempo ele deve julgar alguma sentença ou alguma Ação Direta de Inconstitucionalidade quando se tratar da Suprema Corte. Até porque, no caso da Petrobras, em abril deste ano – nós estamos em dezembro, nós estamos entrando no recesso do Poder Judiciário, no recesso do Legislativo –, o Partido dos Trabalhadores entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre o decreto presidencial que tratava da venda dos ativos da Petrobras. E só agora, neste apagar das luzes de 2018, vem a decisão liminar.

Tudo isso pesa sobre o entendimento internacional da situação de instabilidade jurídica, de insegurança jurídica e de insegurança institucional, porque a democracia se fortalece cada vez mais exatamente no equilíbrio entre Judiciário, Legislativo e Executivo. Quando há um desequilíbrio, quando um poder se sobrepõe a outro, como aconteceu em relação à Suprema Corte e a esta Casa ou ao Poder Executivo, nós estamos criando uma insegurança jurídica inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senadora...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu antes concedo o aparte, porque já levantou, meu Presidente, ao Senador Cristovam Buarque, mas como ele está ali já falando sobre essa questão da insegurança, eu fico muito grata também de ouvir V. Exa., sempre judiciosamente manifestando as suas palavras.

Pelo respeito ao Senador Cristovam também, que já havia manifestado anteriormente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora Ana Amélia, fico feliz de estar participando já do seu primeiro discurso de campanha.



A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai ser muito prazeroso e honroso, Senador. O magistério, a educação do Rio Grande gosta muito do senhor. O senhor sabe disso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E a senhora está trazendo uma bandeira fundamental: a estabilidade nas instituições. Não há democracia plena com instituições que funcionam na base de sustos, suspiros, vontades individuais nem de Presidente nem de juiz. Todo processo exige uma estabilidade em que as pessoas não se surpreendam.

Ontem, como a senhora disse, não...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não se assustem.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não se assustem.

Ontem, como a senhora disse, não foi um susto, foram diversos sustos. Agora, a senhora lembrou bem. Isso não é apenas um susto para nós, que ficamos inseguros onde estamos. Por exemplo, de repente, com uma canetada poder liberar 169 mil pessoas tanto condenadas por crime de colarinho branco, corrupção, como estupradores, bandidos etc. Pois bem, lá fora a repercussão pode ser até maior, porque aqui a gente tem um susto num dia contra e no outro dia tem um susto a favor. Lá fora, o susto contra fica, porque as pessoas ficam pensando: "Será que esse País é sério ou se eu for agora investir lá amanhã as leis mudam?".

Então, quero dizer que a senhora tem uma bela bandeira de luta: a estabilidade de nossas instituições jurídicas. Podemos ir dormir com uma lei, acordar com a mesma lei e, no outro dia, dormimos outra vez com a mesma lei sem que ela esteja de acordo com a vontade de um juiz, mas aí se diz: "De acordo com a vontade do Congresso". O Congresso leva anos para mudar uma lei. São comissões, comissões, debates, votações e, no fim, se decide porque as leis também têm que mudar, mas não a critério de um soberano, seja um soberano que chegou ali com voto, um presidente, seja um soberano togado. Não dá para a gente viver com base nas togas, como também não nas batinas, que é outra forma perigosa, daqui para a frente, de estarmos subordinados à vontade de líderes religiosos. Nem togas, nem batinas, nem fardas. Quem deve mandar num país são os civis, que são todos, até porque os fardados usam roupa civil de vez em quando. São os civis, e nós aqui os representamos.

É preciso reconhecer que às vezes não estamos representando bem, às vezes os juízes decidem porque deixamos falhas e brechas nas leis e, aí, eles interpretam como lhes parece melhor. É triste essa crise de instabilidade que a gente tem. Alguém me perguntou do exterior: "Vocês estão em crise de estabilidade democrática?". Eu disse: "Não". "E, de instabilidade jurídica, têm?" Eu disse: "Temos". Daí ele disse, essa pessoa: "É quase que a mesma coisa". A instabilidade jurídica é uma forma de instabilidade democrática.

Por isso, a senhora tem uma bela bandeira com a qual está encerrando esse mandato, o último dia, nos últimos momentos, e só falta, que eu saiba, o Senador Wellington e eu para falar. Então, a senhora está encerrando bem esse mandato, está iniciando bem a campanha para o próximo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam.



O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E eu espero que tenha muito sucesso nessa campanha para o seu próximo mandato.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

De fato, me preocupa, exatamente, por conviver muito, ter viajado a convite de Governos do Japão, ter viajado aos Estados Unidos, ter viajado a Taiwan, ter viajado a vários países, ter viajado à Argentina, ter convivido, dentro do Mercosul, que é tão vizinho nosso... Meu Estado faz a maior fronteira com a Argentina, é o único Estado brasileiro que tem fronteira com o Uruguai.

Então, ao conviver... Ao Paraguai também, um país com que nós temos uma relação, o Embaixador Cáceres está se despedindo, vai para a sua missão nos Estados Unidos, em Washington.

Então, nós temos motivos muito grandes de estarmos preocupados com essa instabilidade. E, se nós, Senador... Eu só desejo, como V. Exa. disse muito bem, e seria muito melhor se nós dormíssemos e acordássemos sempre com a mesma lei. Lamentavelmente, o que nós estamos tendo são certos pesadelos – não são soluções, são medos, são preocupações e tensões –, porque nunca como agora se viu até uma hostilidade aos magistrados. Não é uma situação boa, não é uma situação confortável. Nós temos que ter pelas autoridades o respeito que as autoridades merecem. E é exatamente nessa medida que eu venho, com todo o equilíbrio, com toda a responsabilidade, Senador Guaracy, é exatamente essa a minha preocupação.

Temos que dar estabilidade, temos que acreditar. Não podemos misturar ideologia com a interpretação da lei, não podemos misturar o nosso voluntarismo ou a nossa vontade pessoal e individual ao interesse coletivo e nacional. O País é maior que nós.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Exatamente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O País precisa de todos e precisa de responsabilidade de todos, desta Casa, que é uma Casa Legislativa ou Casa da República, porque representa a Federação, do Supremo Tribunal Federal, da Justiça, do sistema jurídico brasileiro, em todas as instâncias, do Ministério Público, em todas as instâncias, da Polícia Federal, de todos os instrumentos legais do sistema jurídico brasileiro.

Nós vivemos numa democracia e essa democracia, para ser quanto mais consolidada, precisa que as suas instituições tenham um equilíbrio de relacionamento, a equipotência dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Se esse equilíbrio morrer, Senador, ou se ele ficar capenga...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... será um desserviço à democracia e nós, aí, sim, estaremos correndo risco. Esse é o maior risco que nós corremos, não o risco de outras conspirações que se fazem, mas esse é um risco que a mim, como cidadã e como Parlamentar que estou encerrando um mandato, me atemoriza, exatamente porque é nesse ponto de segurança jurídica que reside a confiança de quem quer investir mais no Brasil para gerar riqueza, gerar renda e desenvolvimento.

Então, agora, eu, encerrando, eu queria muito – muito – ouvir as suas palavras, meu caro Presidente dessa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senadora Ana Amélia, eu me lembro, na década de 60, do megainvestidor Daniel Ludwig. Ele queria muito investir no Brasil, mas tinha medo, porque o Brasil, naqueles anos conturbados, desde 50 até 64, não dava segurança jurídica para ninguém.



Então, o Daniel Ludwig queria investir na América do Sul, queria investir precisamente no Brasil, mas estava contido pela insegurança de Estado e insegurança jurídica. Aí, entrou um conterrâneo seu na história, entrou Luís Fernando Cirne Lima, que eu acho que a senhora o conheceu...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – ... que foi Ministro da Agricultura, eu acho que de 69 a 73, no Governo de Emílio Garrastazu Médici. Outro gaúcho, não é? E o Sidnei Lima telefona para Daniel Ludwig convidando para vir investir no Brasil. Então, disse: mas eu posso investir? Há segurança jurídica? Ele disse: agora o Brasil tem segurança jurídica para isso, pode vir, *Mr.* Daniel, investir no Brasil porque há segurança jurídica.

Isso foi nos anos 60. Daniel Ludwig veio e investiu no Brasil. Na década de 60 a 70, investiu U\$5 bilhões, mas porque encontrou segurança jurídica. Isso daí ele começou a produzir a celulose branqueada, uma das de maior qualidade no mundo. Mas ele veio investir por quê, Senadora? Porque havia segurança jurídica. Ninguém vem para um país onde não haja segurança jurídica, onde não haja segurança do Estado. Então, isso foi um conterrâneo seu que disse essas palavras: agora há segurança jurídica.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Guaracy. Eu, a propósito, lembro do meu grande amigo, que eu admiro muito, ex-Ministro também a essa época, Antônio Delfim Netto. Um emérito professor de economia, conhecido e um respeitado mestre da Ciência Econômica. E ele falando sobre o Brasil, eu acho que esta frase é muito emblemática para representar os momentos...

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que estamos vivendo: no Brasil, até o passado é imprevisível.

Então, eu acho que isso tem o significado dessa imprevisibilidade que estamos vivendo nesse momento. Mas que é preciso que os Líderes do Congresso Nacional, da Suprema Corte, do Poder Executivo – Presidente da República – tenham a consciência de cada um cumprir o seu dever e assumir as responsabilidades. E, a cada vez que usar a caneta, pensar nas consequências que esse gesto, seja uma liminar, seja um decreto, seja uma lei, terá não só sobre a vida do cidadão, mas sobretudo sobre a confiança da sociedade brasileira e a confiança de quem quer trazer mais recursos para o nosso País.

Muito obrigada...

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora Ana Amélia, por favor, eu gostaria também aqui de poder fazer um aparte a V. Exa...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que bom! Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco Moderador/PR - MT) – ... mas muito mais um reconhecimento pelo seu trabalho aqui nesta Casa. Eu fui presidido por V. Exa. na Comissão de Agricultura. O seu Estado, o Estado do Rio Grande do Sul, é um Estado que nós mato-grossenses reconhecemos o papel de todos que para lá foram. E a gente lá chama todos os sulistas, seja catarinense, riograndense, paranaense, de gaúchos.

E também Mato Grosso teve o seu papel do desenvolvimento em algumas fases, primeiro os bandeirantes à procura do ouro; depois, os garimpeiros nordestinos, dos diamantes; e, depois, vieram os sulistas para desbravar o Cerrado. E aí, os seus conterrâneos hoje desempenham um



papel extremamente importante na tecnologia no Mato Grosso. Um Estado que se modernizou muito, dados os programas que foram criados, desde a época de Dante de Oliveira, que foi estimulado pelos produtores rurais do Rio Grande do Sul. Pequenos proprietários lá do Rio Grande do Sul que foram para Mato Grosso se transformaram hoje em grandes produtores. E também pela criatividade. No caso de Rondonópolis, a minha cidade, temos lá a Fundação Mato Grosso, que foi uma engenharia tecnológica, pela inteligência dessas pessoas que para lá foram.

E V. Exa. também esteve conosco lá no parque de exposição de Rondonópolis, como Presidente da Comissão de Agricultura, fazendo a integração de todo esse trabalho.

Mato Grosso hoje é um Estado com 900 mil quilômetros quadrados, um Estado que tem uma população pequena, portanto, temos capacidade de abrigar brasileiros de todos esses recantos e aumentar a nossa produção, com capacidade de produtividade gerada por essas pesquisas que estão sendo desenvolvidas ao longo do tempo.

Mas também quero destacar o papel de V. Exa. aqui comigo na área de defender o FEX, que é o Fundo de Compensação das Exportações. Todos os anos sempre foi uma luta para tê-lo aprovado e, no caso, o Mato Grosso, como o Rio Grande do Sul, depende muito dele, porque nós fazemos um esforço muito grande na exportação das nossas matérias-primas, produtos agropecuários, principalmente as *commodities* agrícolas e os manufaturados. Nós tivemos a oportunidade também de relatar aqui esse projeto, que faz com que possamos melhorar a questão do Fundo de Compensação das Exportações, oriundo da Lei Kandir.

Defendemos, como V. Exa. também defende, que exportar imposto não é o melhor caminho, mas o Governo Federal precisa ter atenção com esses Estados brasileiros que produzem e ajudam a balança comercial brasileira a ser positiva. E o produtor rural, sem dúvida nenhuma – e aí eu quero deixar bem claro, como sempre defendemos, e V. Exa. sempre foi firme na Comissão de Agricultura: defender o pequeno, o médio, o grande... Então, essa questão da Lei Kandir eu penso que representa praticamente uma reforma tributária se a gente aprovar realmente e for sancionado aquilo que votamos aqui no Senado, no Congresso Nacional. Hoje para mim, nesse aspecto, é um dia até um tanto frustrante, porque nós votamos mais uma vez os recursos do FEX esse ano, o Senado fez a sua parte, e infelizmente não chegou à Câmara. Ontem à meia-noite era o último prazo, e esperávamos – e ainda vou esperar, a esperança é a última que morre – que o Presidente da República pudesse editar uma medida provisória.

O Rio Grande do Sul precisa muito, o Mato Grosso precisa muito, o Goiás precisa, todos os Estados produtores, como o Tocantins. Esse recurso é fundamental para os governos dos Estados e também para as prefeituras, já que as prefeituras recebem 25%...

(Soa a campainha.)

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco Moderador/PR - MT) – ... desses recursos.

Então, eu estou falando isso porque V. Exa. sempre foi atuante. É uma jornalista competente, uma pessoa que tem uma atuação nesta Casa de forma muito dinâmica em todas as áreas. Olha, eu fiquei até bastante surpreso, primeiro, de V. Exa. deixar uma eleição certa como Senadora da República para ser candidata a Vice-Presidente da República. Mas cumpriu o seu papel também. E após o primeiro turno, V. Exa. continuou também defendendo para que tivéssemos eleições limpas, em que, acima de tudo, o eleitor brasileiro, o cidadão pudesse exercer a sua verdadeira cidadania.

E aqui também várias vezes ouvi discurso de V. Exa.: "Acabaram as eleições – terminaram depois do segundo turno –, terminaram as eleições, está definido. Vamos ajudar o Brasil!", porque



essa crise que vivemos nesse mandato, em que tivemos acumuladas uma crise política e uma crise econômica ao mesmo tempo – e eu sempre tenho dito que a crise política é que vai resolver a crise econômica... Se o próximo Governo entrar com a melhor das intenções e não tiver apoio político, não tiver um Congresso Nacional voltado para não só votar as leis, mas para apoiar também aquilo que precisa ser feito, e de avanço para o Brasil... Por isso é que eu deixo aqui agora o sentimento da ausência de V. Exa. nesta Casa, com a sua experiência, com a combatividade, com discursos sempre muito lúcidos, discursos sempre bem concatenados não só com as ideias, mas também com propostas que sempre foram propostas no sentido de ajudar o Brasil.

Mas eu tenho certeza de que político não se despede. Eu ouvi ontem aqui: político não se despede. E V. Exa., com a sua trajetória, com a sua experiência, também estará presente aqui em Brasília, estará presente nas decisões deste País.

Então, em nome...

(Soa a campanha.)

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco Moderador/PR - MT) – ...de todo o Congresso Nacional, dos companheiros Senadores e, principalmente, em nome do meu Estado também, eu gostaria aqui de reconhecer o trabalho que V. Exa. fez, sobretudo à frente da Comissão de Agricultura.

Então, quem ganhou? Quem ganhou foi o Brasil. Eu tenho certeza de que o Brasil precisa muito ainda da sua inteligência, da sua competência e da sua força.

E eu percebi que, logo após as eleições, a senhora se entusiasmou mais, como se tivesse sido a vitoriosa, como se fosse quem ganhou as eleições. É por isso que eu quero trazer aqui esse entusiasmo de uma pessoa que... Ao ganhar as eleições, eu acho que a responsabilidade é maior. Quem perde tem que ter exatamente...

Estou aqui cumprindo o meu papel. Eu fui candidato a Governador também e nunca fui de fazer oposição por oposição. Temos que fazer uma oposição de construção, que é o que eu vejo que V. Exa. fez e está fazendo aqui.

Eu desejo muita saúde, muita felicidade. Que Deus continue a iluminá-la! Que possa ter um grande Natal e que não nos abandone aqui. Nós precisamos muito da presença de V. Exa. aqui, iluminando-nos e trazendo as boas contribuições.

Muito obrigado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Wellington Fagundes. Eu quero lhe agradecer imensamente por essas referências confortadoras, encorajadoras, estimulantes e tão generosas.

Quero dizer que eu tive muita honra de conhecer o seu Estado como jornalista. Em Lucas do Rio Verde, eu vi em uma plateia cuja metade estava com a camiseta do Inter e metade estava com a camiseta do Grêmio. Fiquei impressionada àquela época. Depois, como Senadora, fui a Rondonópolis, a Cuiabá.

A bancada de Mato Grosso me impressionou pelo seu talento, pelo seu envolvimento com temas com muita afinidade comigo pelo setor agropecuário e por eu ter presidido a Comissão de Agricultura: o Senador Blairo Maggi, que brilhantemente comandou o Ministério da Agricultura e comanda até agora; o Senador Cidinho Santos também, lá de Rondonópolis; V. Exa., de Rondonópolis, ligado, pelas suas atividades empresarias, com o setor; e Senador José Medeiros. Então, é uma bancada extraordinária – por aqui passou também o atual Governador Pedro Taques. Eu tive essa convivência e um grande respeito.



Quero lhe falar sobre a Lei Kandir. Eu acho injusto que a União, a prima rica da Federação, cobre, eu diria, draconianamente, no acordo da dívida com os Estados, quando os Estados exportadores, como o seu Mato Grosso ou o meu Rio Grande, têm créditos com a União procedentes da Lei Kandir. Uma coisa racional seria um acerto de contas entre o crédito que nós temos e o que nós devemos no acordo da dívida. Por que não se faz esse acerto de contas – contábil que seja –, sem despendar recursos? Isso já aliviaria aquilo que o Estado mensalmente tem que mandar. Por uma liminar do Ministro Marco Aurélio, essa matéria está em exame pelo Supremo Tribunal Federal. Então, é uma matéria que temos que resolver dentro do processo... E esta é a Casa da Federação.

Parabéns pelo trabalho...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que vem fazendo, vem realizando, Senador Wellington.

Como V. Exa. disse, muita gente me olha... O senhor foi a primeira pessoa que me disse: "Mas você está se comportando como se tivesse ganho a eleição". Acontece que eu entendo, Senador, que, quando você toma uma atitude consciente com o dever cumprido, como eu tomei, abrindo mão... Ninguém abre mão do poder certo pelo poder incerto. Eu fiz isso pelo País, eu fiz isso pelo País. Tenho a consciência tranquila.

Então, o que aparentemente para alguns pode ser uma derrota, para o meu sentimento, é uma vitória, porque eu saio desta Casa pela mesma porta por que entrei, pela porta da frente; e da mesma forma como eu cheguei aqui, Senador Wellington, de ficha limpa, saio ficha limpa; e com a consciência de ter aprendido muito com todos os senhores, de ter presidido essa Comissão, em que chegava pontualmente, às 8h. Muitos achavam que eu era impaciente, eu sempre sou, porque quero tudo na hora certa: "A Senadora está impaciente", sou, realmente eu quero as coisas certas.

Então, muito obrigada mais uma vez.

E essa posição da eleição também foi um aprendizado, porque eu conheci a equipe de Geraldo Alckmin, de extraordinário valor, de uma integridade pessoal – ele próprio, a família e todos os seus colaboradores que trabalharam no programa de governo.

Eu penso que o Brasil queria outra solução, queria, digamos, uma polarização. E foi isso que aconteceu, e temos que respeitar a vontade do eleitor. Terminada a eleição, no dia 28 de outubro, eu cheguei aqui, subi à tribuna e disse: "O meu Estado não aceita neutralidade, por isso, hoje, estou apoiando Jair Bolsonaro". Foi o que eu fiz. E eu acho que isso é uma forma também de se posicionar politicamente. E eu desejo que ele acerte, que faça um governo bom, e não porque é para eu ter apoio – como o senhor que é do partido dele, que o apoiou desde a primeira disputa do primeiro turno –, mas é uma convicção que temos que ter, é uma responsabilidade nossa. Temos que construir o Brasil que é para todos nós. É assim só que será um País melhor.

Muito obrigada ao senhor também pela generosa referência.

Obrigada, Senador Wellington, mais uma vez.

E à minha Lagoa Vermelha, um grande abraço.

Em breve, eu estarei de volta.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senadora Ana Amélia, chamou-me a atenção uma das suas últimas frases: "Fiz isso pelo Brasil". Seria muito bom que a classe política brasileira pensasse igual, fazermos pelo Brasil. Chega de um Brasil desunido, vamos dar



estabilidade. O Brasil não crescerá, o Brasil não será pleno de realizações se nós não nos unirmos, se nós não trabalharmos. Vamos deixar a equipe trabalhar, vamos dar apoio, porque assim o Brasil vai se desenvolver.

A Nação brasileira é muito mais importante que nossas paixões, que nossas vontades, que nossas emoções. O Brasil é mais importante que nós, o Brasil é muito maior que nós, maior que qualquer político. É o Brasil que nós temos que amar, é a Nação do futuro, a Nação do porvir. E, para isso, nós temos que construir a Nação do presente. E, nisso daí, a senhora é um exemplo de quem pensa no futuro, de quem pensa nos nossos filhos, nos nossos netos, na geração do porvir, de quem pensa como patriota. "Fiz isso pelo Brasil", vamos levar essa frase.

Com prazer, concedemos a palavra ao Senador, por Mato Grosso, Wellington, que tem o nome do grande Gen. britânico Duque de Wellington, o único que conseguiu derrotar o grande Gen. Napoleão Bonaparte.

Então, o nosso Gen. Wellington, Senador, tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu agradeço muito a V. Exa., porque somos de Estados vizinhos. Tenho certeza de que V. Exa. começa os elogios muito mais pela sua generosidade.

Tocantins é um Estado muito importante para o Estado de Mato Grosso. Nós temos ali algumas lutas, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Vicentinho e V. Exa., que aqui está, mostrando o brilhantismo, o conhecimento das questões nacionais, fazendo a defesa do seu Estado e da nossa região. Precisamos concluir a BR-242, ligando a BR-158 a São Félix do Araguaia e atravessando toda a Ilha do Bananal. Precisamos resolver.

Agora mesmo, eu tenho a felicidade, Sr. Presidente, de anunciar que conseguimos a licença ambiental da BR-080, que liga Luiz Alves, no Estado de Goiás, com a ponte também sobre o Rio Araguaia, para ligar até a BR-158, claro, aproximando com isso a Ferrovia Norte-Sul, que sobe pelo Tocantins – ou, como dizem alguns, desce, se for referência o Rio Araguaia – e vai até Itaqui, no Maranhão.

Então, para a carga de Mato Grosso, essas ações são extremamente importantes para viabilizar o seu transporte. Toda ligação que se faz de Mato Grosso com Goiás ou com Tocantins é extremamente relevante para aumentar a produção brasileira. Claro, sem nenhum problema de agressão ambiental, respeitando.

E é bom dizer que o Brasil tem uma das legislações mais modernas. O ICMBio, o Ibama têm todo o cuidado com essa questão das licenças ambientais. Por isso, agora, caberá ainda ao Ibama fazer a licença ambiental de instalação para que as obras possam começar.

É claro que a gente sempre fica angustiada quando um projeto demora tanto, não é? Um projeto ambiental demora tanto tempo para ser aprovado, mas as pessoas lá estão porque querem produzir, gerar riquezas, e o Brasil precisa disso.

Então, eu quero aqui, inicialmente, dizer da minha satisfação por estar aqui hoje também para comemorar com toda a população da cidade de São Pedro da Cipa, uma cidade pequena da minha região. Entre a minha cidade, Rondonópolis, Juscimeira e Jaciara, está lá São Pedro da Cipa, às margens do Rio São Lourenço, um dos rios que mais contribuem com o nosso Pantanal mato-grossense, que é um patrimônio da humanidade.

Então, lá agora, inclusive, fizemos as obras de contenção das margens do Rio Vermelho, onde vamos fazer, no futuro, toda uma área de preservação ambiental e também de lazer para a população. E, hoje, o Prefeito Alexandre Russi com a sua esposa, a Primeira-dama Rafaela, junto



com o Vice-Prefeito, o Eduardo Português, e todos os Vereadores, estão lá comemorando o aniversário de São Pedro da Cipa.

E isso é importante, porque, no Brasil, nós temos muito a mania de querer ser o "maior" – a maior cidade, o maior desenvolvimento –, e, às vezes, em uma cidade pequena, é possível ter uma melhor qualidade de vida. E é por isso que eu quero aqui parabenizar o Prefeito Alexandre Russi, porque, embora administre uma das menores cidades de Mato Grosso, conseguiu transformar a cidade, inaugurando obras, como está lá hoje inaugurando o ginásio de esportes e várias outras tantas obras, como Centro do Idoso, o asfaltamento da cidade. Temos recursos liberados, com os quais ele vai deixar 100% da cidade asfaltada.

Também estamos trabalhando na duplicação da obra da BR-163 e 364, que liga Rondonópolis a Cuiabá. Está previsto para o dia 28, agora, já inaugurarmos o trecho de Jaciara até Cuiabá, todo ele duplicado, onde se está fazendo a substituição, inclusive, daquilo que foi originalmente o asfalto por concreto em toda a rodovia. É uma obra de alta tecnologia. O próprio Presidente da República ficou bastante impressionado quando apresentamos o que está sendo feito lá em Mato Grosso. Essa obra foi inclusa no programa Chave de Ouro. Agora, no dia 28, então, nós teremos a inauguração desse trecho, mas, claro, lutando para fazer toda a conclusão, ano que vem, de Rondonópolis a Cuiabá.

Só com as obras que já foram feitas, nós já conseguimos diminuir mais de 70% o número de acidentes. Portanto, concluir obras é cuidar das pessoas, salvar também vidas. E eu fico muito feliz de poder estar aqui trabalhando intensivamente para que a gente melhore a infraestrutura. Como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem e por ser de Mato Grosso, por estar no centro do Brasil, nós entendemos que melhorar a logística é fundamental.

Temos a ferrovia que chegou na minha cidade, Rondonópolis, onde temos o maior terminal ferroviário da América Latina – a Ferronorte está lá –, mas nós queremos que ela avance, que vá para Cuiabá, que ligue ao Nortão de Mato Grosso, que nós possamos fazer a Ferrogrão, ligando também o Nortão até Miritituba, a Fico, que é a Ferrovia de Integração, para exatamente fazer a interligação da Norte-Sul até Água Boa.

E aí eu quero aproveitar também, já que estamos aqui no último discurso, finalizando o nosso trabalho – por isso, eu peço paciência de V. Exa., porque eu quero falar de outro assunto aqui, vou me delongar um pouco –, para parabenizar também a equipe do Ministério dos Transportes, através do Ministro Valter Casimiro, que fez um brilhante trabalho. E eu gostaria aqui de registrar, em nome do Ministro Valter Casimiro, toda equipe do Ministério de Transportes e também a equipe do Dnit, que faz parte do Ministério do Transporte, através de toda a sua...

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Senador, só um apartezinho, porque V. Exa. abordou justamente num assunto que realmente me toca muito.

Hoje, pela parte da manhã, fiz um pronunciamento. E, quando falava de transportes, preocupa-me muito a situação do caminhoneiro. Hoje Mato Grosso é um Estado extremamente dependente do caminhoneiro, porque a ferrovia ainda é muito ineficiente, as hidrovias que nós podíamos ter também não temos.

V. Exa. vê, por exemplo, a Rússia, que tem bem menos rios que o Brasil, tem 180 mil quilômetros de vias navegáveis. Nós podíamos ter 200, 300 mil quilômetros de vias navegáveis. Mas não fizemos isso, esquecemos as ferrovias, esquecemos as hidrovias e privilegiamos, desde o Governo de Washington Luís, as rodovias. E é a nossa realidade.



E vejo com muita preocupação quando nossos motoristas, nossos caminhoneiros podem perder a sua carteira, seu ganha-pão por 21 pontos na carteira, como qualquer outro motorista. O motorista caminhoneiro vive disso. V. Exa. está num Estado extremamente dependente do rodoviário.

Então, eu entrei com uma emenda para mudar essa pontuação da carteira do motorista. Nós estamos em cima de uma situação em que pode haver uma nova greve de caminhoneiros, paralisar o Brasil, se isso continuar desse jeito. Então, nós temos que olhar para os nossos irmãos caminhoneiros. E, justamente, vejo o seu Estado e o meu Estado extremamente dependentes dos caminhoneiros. Nós temos que tratar de modo diferenciado.

Mas ouço com atenção o brilhante discurso de V. Exa., discurso de um patriota.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, inclusive, a minha cidade, Rondonópolis, é hoje a capital do bitrem. Nós temos a ATC (Associação dos Transportadores de Cargas) em Rondonópolis, que é a associação com o maior número de associados do Brasil.

Eu fui o Relator da área de Defesa e Justiça e tive a oportunidade, então, de conversar muito com as Forças Armadas. Agora de manhã, eu estava num café da manhã lá na Aeronáutica, conversando com os Brigadeiros, como também estive com o Gen. Villas Bôas. Para minha surpresa, Rondonópolis foi o ponto nevrálgico na questão da greve dos caminhoneiros. A informação que as Forças Armadas, principalmente o Exército, nos passaram – lá nós temos a unidade do 18º GAC – é que ali, exatamente por ser um grande entroncamento da BR-364 com a 163, é uma cidade onde temos milhares de caminhoneiros que lá residem. Com isso, ali foi um ponto extremamente nevrálgico, onde poderia praticamente haver uma guerra civil.

Por isso, quero parabenizar o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, do Exército Brasileiro, de todas as Forças Armadas, que lá estiveram trabalhando com inteligência. Ao invés de criar o conflito, foi exatamente na negociação que conseguimos fazer com que essa greve não pudesse se agravar muito mais, levando a conflitos a que não teríamos como chegar, que nem saberíamos dimensionar.

Então, eu quero ainda, Sr. Presidente – poderíamos falar aqui na logística de um modo geral, que é muito importante para nós que somos do Centro-Oeste –, dizer que, além dessa obra da duplicação da BR-163, também conseguimos incluir as obras da conclusão do Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá, uma magnífica obra, no programa Chave de Ouro. Eu quero registrar o trabalho do Senador Blairo, que, junto comigo, trabalhamos muito e convencemos o Presidente da República, o Ministro Marum e toda a equipe, a incluir essa obra, que é fundamental para Mato Grosso e para a Região Amazônica.

Cuiabá hoje atende a questão da saúde não só do Estado de Mato Grosso, mas do Estado de Rondônia e da Bolívia – muita gente acaba indo para Mato Grosso. Conseguimos a liberação de R\$100 milhões para a conclusão, de forma muito rápida – aí quero parabenizar também o Prefeito Emanuel Pinheiro, porque ele até mudou a sede da Prefeitura para dentro da construção do Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá. Vamos ter agora a conclusão, já com os equipamentos.

E quero anunciar que hoje tivemos a liberação do restante, dos R\$30 milhões, já liberados na conta da Prefeitura, para a conclusão do Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá. Então, são R\$100 milhões liberados fora do Orçamento que estava definido para Mato Grosso. Por isso, é relevante registrar aqui o papel também do apoio que tive, juntamente com o Senador Blairo Maggi, e depois de toda a Bancada.



Além disso, tivemos a liberação dos recursos para a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. A Santa Casa tem mais de 80 anos. Então, os recursos foram liberados fruto de emendas da Bancada. São 16 milhões no total que foram liberados – 16,07 milhões –, sendo uma emenda de 12,406 milhões. Então, esse recurso está liberado. Já quero aqui anunciar a toda a população de Cuiabá, de Mato Grosso, como também registrar aqui o trabalho do Deputado Valtenir Pereira, do Deputado Galli. Quero registrar o Pr. Sebastião, da Assembleia de Deus, que é uma igreja muito tradicional. É a Assembleia de Deus de Belém. O Pr. Sebastião é um dos pastores mais renomados do Brasil. Ele também nos pediu muito para atender a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, como também fizemos para a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis e todas as filantrópicas.

Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer um pronunciamento que para mim é extremamente importante. Por isso, eu até tinha colocado aqui para o Senador Cristovam se ele queria falar na minha frente, porque eu teria que me delongar um pouco.

Mas eu quero aqui registrar, Sr. Presidente Guaracy, a todo o público que nos assiste aqui pela TV Senado, que nos acompanha pela Rádio Senado e todos os meios de comunicação do Senado da República: este ano, um dos momentos marcantes na minha vida aconteceu no final de novembro, quando tomei posse como membro da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, sediada no Rio de Janeiro.

Trato esse ato como extremamente relevante, porque, em última análise, foi a opção pela Medicina Veterinária que me fez vencedor como homem e como pai de família. Foi ainda pela Medicina Veterinária que comecei a minha história na política, após me formar, aliás, na própria universidade, exercendo a política junto com os meus companheiros – fui presidente de comissão de formatura, de grêmio. Mas, após me formar, abri meu primeiro negócio no ramo agropecuário, fato que me levou à Associação Comercial e Industrial da minha cidade natal, também à Secretaria de Planejamento da Prefeitura da minha cidade natal, Rondonópolis, e, em seguida, a um convite para me candidatar a Deputado Federal, em 1990.

Portanto, quero dizer que eu sou extremamente grato à minha profissão, extremamente grato aos mestres que me orientaram no aperfeiçoamento do saber, extremamente grato a todos que me incentivaram nesse caminho.

O caráter da imortalidade auferido ao ser acolhido como membro da Academia Brasileira de Medicina Veterinária faz com que, na verdade, a honraria me acarrete um acréscimo à responsabilidade para com a Nação brasileira e com o próprio desenvolvimento da Medicina Veterinária do Brasil, focando a sua importância e também as suas oportunidades – e elas são muitas, muitas e grandiosas, o que me impõe enormes desafios.

Dados da FAO, órgão das Nações Unidas para alimentação e agricultura, informam que, em 20 anos, a população mundial aumentará em 20 bilhões de pessoas. Por outro lado, nenhum outro país do mundo dispõe de capacidade de aumentar a sua produção de alimentos para suprir essa demanda do crescimento populacional de todo o mundo.

A China, de maior população do Planeta, já se exauriu na sua capacidade de aumentar a produção, por diversos motivos, inclusive de caráter ambiental. Lá o lençol d'água diminui 1m a cada dez anos. Por isso, sem condições de suprir as culturas vegetais de valor econômico, bem como de atender com água a população animal e humana, já está praticamente exaurida. Por essa razão, a China tem aumentado vigorosamente a importação de produtos, de proteína, de produtos para a alimentação do seu país.



Os Estados Unidos, que são os maiores produtores e exportadores de alimentos em geral para todo o mundo, também estão com a sua capacidade no limite.

A Europa segue o mesmo caminho, com o aumento das importações, vide a busca incessante de parceiros comerciais mundo afora.

A Rússia, onde estive inclusive com a Senadora Kátia Abreu para discutir a exportação de produtos brasileiros, principalmente da proteína animal, que é o maior país em dimensões territoriais do mundo, com 176,5 milhões de quilômetros quadrados, também enfrenta questões de ordem climática, com baixas temperaturas na maior parte do ano.

A África, com 57 países, por sua vez, vive, infelizmente há décadas, em conflitos políticos e tribais, que também impedem o desenvolvimento da agropecuária.

Diante desse conhecido quadro, o nosso Brasil figura como protagonista da segurança alimentar. Nós temos clima, abundância de terras e um povo extremamente trabalhador, algo que, de certa forma, já estava predestinado pela história. Somos, portanto, terra de produção agrícola, terra de produção agropecuária, ou seja, da agropecuária. Esse casamento espetacular, que reúne condições climáticas, geográficas e humanas, no entanto, exige de todos nós absoluta consciência política e amadurecimento institucional, para que possamos de fato ocupar esse espaço que o mundo está a nos oferecer.

Como observei, Sr. Presidente Guaracy, naquela sociedade, o Brasil agora adentra uma nova e esperançosa quadra de progresso material e desenvolvimento humano. A materialização desse emergente projeto nacional dependerá, numa medida importante, da contribuição da nossa comunidade profissional, a nossa comunidade de médicos veterinários. A agropecuária é e será cada vez mais um dos principais motores a impulsionar o encontro do Brasil com seu futuro de prosperidade e justiça social.

Em abril último, o Senado se associou às comemorações ao reconhecimento, pelo Conselho Científico...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), do Brasil como País livre da febre aftosa, com vacinação. Lembro que, naquela ocasião, procurei lançar luz sobre o longo processo de amadurecimento institucional e a cooperação duradoura da comunidade profissional da Medicina Veterinária com o Brasil rural e também as autoridades públicas, processo que possibilitou essa importante conquista.

Tarefa pronta? Não, senhoras e senhores, não está pronta e nunca estará. Na verdade, temos que redobrar as atenções sobre a vigilância, sobretudo nas nossas fronteiras. Um vacilo, e podem se perder anos e anos de intenso trabalho e dedicação. Nossos órgãos precisam estar atentos e estruturados, ou seja, com recursos suficientes para exercer essa atividade tão essencial ao nosso País e ao mundo. Aqui é o apelo que faço.

Aliás, em nome da sanidade animal do nosso País e em defesa da saúde pública, insisto na necessidade de fortalecimento da Secretaria de Defesa Agropecuária e Vigilância Animal do Ministério da Agricultura. Trata-se, senhoras e senhores, do grande, se não for o maior, seguro do produtor rural, tanto dos que produzem *commodities* agrícolas, como do produtor de proteína animal. Nessa linha, precisamos ainda, com base num diagnóstico já muito conhecido, ampliar o quadro efetivo de auditores fiscais federais agropecuários.



Rogo ainda atenção especial aos Governadores, para que deem atenção especial à estrutura da defesa sanitária em seus Estados.

Vou-me delongar um pouco mais, Sr. Presidente, prezados colegas Senadores e Senadoras, porque esse assunto é verdadeiramente muito importante. Permita-me: tenho muito orgulho e satisfação de representar, nesta Casa, um Estado que ocupa posição das mais destacadas na produção e nas exportações de produtos da cadeia animal.

Mato Grosso é, hoje, o mais exportador de carne bovina do País; logo, detentor também do maior rebanho. A despeito das dificuldades recentemente trazidas pelo fechamento de mercados internacionais importantes, após a Operação Carne Fraca, fornecemos no ano passado – Mesmo com a Operação Carne Fraca, que acredito ter sido uma operação muito para atingir a nossa capacidade de exportação! –, mesmo assim, 18% da carne consumida pelo mundo inteiro foi exportada pelo Brasil.

Temos demonstrado grande capacidade de silenciar os focos de doença em nosso rebanho. Fizemos isso em 1921, quando superamos focos da doença em apenas um ano de trabalho, enquanto o mundo precisou de 300 anos de dura campanha.

O mesmo fato, lembro, se deu com a peste suína africana, erradicada em três anos pelo Brasil. Para se ter ideia desse feito, a península ibérica precisou de quase 50 anos para se livrar dessa peste.

Há, porém, assim quero dizer, outros desafios importantes. E isso reforça ainda mais o nosso apelo em favor de um melhor aparato nessa área. Temos que controlar as parasitoses. Temos também que controlar as ectoparasitoses, assim como as endoparasitoses, bem como os hemoparasitas. Estes últimos têm sido, em verdade, os grandes inimigos dos produtores rurais brasileiros, provocando grandes prejuízos.

Por isso, quero aqui dizer que a Academia Brasileira de Medicina Veterinária...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... da qual tenho a honra e grata felicidade de agora ser membro, se associa a essas preocupações, no cumprimento do destacado papel do centro referencial de pensamento, verdadeira usina de ideias e de propostas de políticas públicas para o fortalecimento dessa colaboração em temas estratégicos.

E estamos coesos, Sr. Presidente, na certeza de que muito pouco avançaremos nestas e em todas as outras frentes da atuação se não pensarmos em investimentos sérios na qualificação e no aperfeiçoamento continuado da nossa categoria.

Como Senador da República, representando um Estado que muito produz, como membro da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, sinceramente, esperamos que o próximo Governo apresente um plano nacional para a agricultura brasileira, com objetivos gerais e específicos, bem definidos para cada área de atuação, com a definição de metas a serem alcançadas, acompanhando, claro, a indicação de recursos a serem liberados de forma regular, garantindo a efetividade e segurança aos investimentos públicos.

A agropecuária brasileira, senhoras e senhores, por mais avanços que tenham ocorrido nas recentes gestões, com a presença de nossos Senadores aí – mais uma vez, quero referir-me à Kátia Abreu e posteriormente, também, ao Blairo Maggi, à frente do Ministério da Agricultura –, ainda carece de um plano de desenvolvimento efetivo para as suas respectivas áreas, pois estamos diante de um setor que dá efetivas respostas à economia nacional, sobretudo diante de uma



representatividade e responsabilidade perante o mundo. Mais do que isso, a agropecuária brasileira forte significa estabilidade social e política para a nossa Nação.

E eu digo: não existe estabilidade política e tampouco estabilidade social e econômica se houver uma camada da população passando fome. Não adianta exportar se houver brasileiros aqui passando fome. Se temos paz em nosso País, é porque o povo sabe da nossa capacidade de produzir alimentos e alimentos em quantidade suficiente para atender toda a demanda. Se pessoas passam fome em nosso País, a culpa não é do campo. A culpa é de uma política agrícola, que deve ser feita com armazenamento, com distribuição, para que chegue o alimento a todos.

Evidentemente, esse necessário Plano Nacional de Desenvolvimento Agropecuário precisa estar de acordo e fundamentalmente contemplado nas suas exigências dentro do Plano Integrado de Desenvolvimento Nacional. Entramos, agora, nas necessidades do avanço da nossa infraestrutura logística, com ênfase para a melhoria da nossa malha viária e também, como V. Exa. colocou, ferroviária, dos portos. Ou seja, infraestrutura significa produto mais barato e muito mais competitivo em todos os mercados.

Da mesma forma, Sr. Presidente, a questão do financiamento da produção deve ser tratada com clareza dentro do Plano Integrado, já que as condições precisam estar sintonizadas aos regulamentos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, de forma que os produtores pequeno, médio e grande precisam absolutamente de certeza para saber como produzir e principalmente como comercializar.

Nessa conta de necessidades por uma melhor agropecuária, por produtos de excelência na mesa do cidadão e pela competitividade de preços, o setor ainda reclama por técnicos mais bem treinados para a atividade de desembaraços burocráticos, atuando para facilitar o entrosamento do setor público com o setor privado. Há que se criar, por exemplo, as condições necessárias para que os produtos sejam registrados, e as inspeções, do ponto de vista higiênico, sanitário e tecnológico, sejam igualmente céleres e garantam ao consumidor e ao exportador produtos de qualidade e certificados pelo Governo brasileiro.

Já estamos, aliás, encaminhando essas questões junto ao Presidente eleito, Jair Bolsonaro, e seus auxiliares, contando, inclusive, com o entendimento do futuro Ministro da Casa Civil, nosso companheiro Onyx Lorenzoni, cuja família tem origem na Medicina Veterinária. O pai do Onyx Lorenzoni era um veterinário. Parece-me que ele tem três irmãos veterinários. O filho do Onyx é veterinário. E ônix é exatamente a pedra da veterinária. Eles têm um hospital lá no Rio Grande do Sul com sessenta e poucos anos...

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Quero parabenizar V. Exa., homenageando todos os nossos médicos veterinários, porque ser médico veterinário é talvez uma das coisas mais difíceis, porque o bicho não fala, os animais não falam. Não dizem onde está doendo, o que está sentindo. Então, o médico veterinário tem de ter uma profunda ciência para descobrir o que está acontecendo.

Somo-me a V. Exa. porque também a minha filha primogênita é médica veterinária, cientista veterinária, formada pela Ufra (Universidade Federal Rural da Amazônia), e porque percebo o quanto é importante. Se o Brasil está se tornando cada dia mais grandioso, vamos lembrar que o nosso rebanho tem aumentado acentuadamente. A carne, a proteína brasileira, é a melhor do mundo. Isso se deve muito aos senhores.

Então somo-me a V. Exa., parabenizando-o por fazer parte dessa brilhante academia, academia de patriotas.



Há pessoas que trabalham pelo gigantismo do Brasil e o gigantismo na produção.

E eu quero lembrar a V. Exa., Senador Wellington, uma frase da Primeira-Ministra Margaret Thatcher: nada é mais estratégico do que a alimentação.

E isso daí, com certeza, o seu Estado, o Brasil e os médicos veterinários, o nosso agronegócio têm contribuído para que este País seja gigante, pleno de realizações e produzindo alimentos e proteínas para todo o universo.

Parabéns, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, e, como todos nós dizemos, e para que a população que nos assiste neste momento saiba, a saúde é preservada pela boca. Se há bom alimento, com certeza, com uma boa alimentação da população, a criança vai ter um maior desenvolvimento. A alimentação farta e de qualidade é fundamental para o ser humano. Por isso a nossa preocupação de estar abordando esse assunto.

Queremos ser, sim, parceiros ativos para esses encaminhamentos bastante discutidos e que possam alçar o nosso País a patamares mais elevados.

Faço esses registros, Sr. Presidente, também em nome de mais quatro médicos veterinários que honraram comigo a posse na academia. Eu quero aqui registrar os professores doutores Ariel Antonio Mendes, Edino Camoleze, Filius Catharina e Raimundo Nelson Souza da Silva.

Sr. Presidente, com isso eu quero agradecer aqui também ao digníssimo Sr. Professor Doutor Milton Thiago de Mello, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária.

E aí eu faço um registo, Sr. Presidente, porque ontem inclusive estivemos na casa do Dr. Milton fazendo uma homenagem ao Dr. Guilherme, médico veterinário que foi uma das pessoas responsáveis para trabalhar e para conseguirmos esse certificado de Brasil livre de febre aftosa com vacinação.

Ele agora vai inclusive para um organismo internacional, porque a preocupação também é com todos os países vizinhos. E o Dr. Milton Thiago, uma pessoa brilhante, tem apenas e tão somente 103 anos. São 103 anos de vida dedicados à pesquisa, à Medicina Veterinária e que dirige aquela academia, parece-me como uma criança de 20 anos, um jovem de 20 anos, com toda a energia, com toda a perspicácia, com toda a capacidade de raciocínio.

Por dois dias estive lá dirigindo, começando de manhã, terminando a noite com um jantar, tomando um uisquinho e no outro dia estava lá o Dr. Milton presente.

Por isso eu quero aqui, em nome do Dr. Milton, que é uma pessoa de puro vigor e amor à causa veterinária, que todo tempo nos prestigiou, no recebimento dessa importante honraria...

Também ao digníssimo Dr. Antonio Mello Alvarenga, que é o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e ainda ao Presidente da Organização Panamericana da Saúde, que é o Albino Belotto, também ainda ao Dr. Francisco Cavalcanti, que é o Presidente do Conselho Nacional de Medicina Veterinária, o doutor e meu companheiro também, que foi Ministro da Integração, que foi Secretário do Ministério da Agricultura, Josélio Moura, que é Presidente atualmente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária...

Quero também aqui render as minhas homenagens ao Dr. Valdir Welte, ex-membro da FAO e a Organização Internacional da Saúde Animal, aos amigos veterinários René Dubois, Rômulo Spinelli e Jose Ferreira Nunes. Também quero homenagear especialmente ao saudoso ex-Senador Jonas Pinheiro, do meu Estado e...

(Soa a campanha.)



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... que também foi membro da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, uma referência na agricultura agropecuária brasileira.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que me sinto feliz e muito esperançoso com a estimulante convicção de que somos chamados a colaborar num processo de institucionalização profissional energizado pela entidade que, no presente, extrai do seu glorioso passado confiança necessária para edificar um futuro cada vez mais brilhante para a Medicina Veterinária do nosso País.

Com a devida tolerância, gostaria ainda de fazer mais dois pequenos registros. Primeiro registrar aqui, inicialmente, que na minha cidade, Rondonópolis – quero dar a notícia para a minha cidade –, hoje, ontem, na verdade, conseguimos assegurar o recurso do Ministério do Turismo para implantação da avenida de acesso para ligação dos pontos turísticos da cidade localizados à margem do Rio Vermelho, onde vai ser implantado o Parque Seriema entre a BR-163 e 364, recursos do Ministério do Turismo da ordem de R\$7,5 milhões. Tínhamos a possibilidade de perder esses recursos, mas felizmente a prefeitura entrou com uma liminar e hoje estão aqui assegurados esses recursos que serão muito importantes para a questão ambiental da cidade, para fazer com que Rondonópolis, onde grande parte da água que abastece a população é retirada do Rio Vermelho. Então, preservar as margens do Rio Vermelho, voltar as pessoas para o rio é extremamente importante.

Quero dizer também que asseguramos mais R\$4,1 milhões para implantação e restauração de pavimento asfáltico, da Avenida Rio Vermelho entre a Avenida Bandeirantes e Avenida Ponce de Arruda, e drenagem de águas pluviais na Avenida Amazonas entre a Rua Rosa Bororo até a margem do Rio Vermelho. Além disso, garantimos este ano mais R\$2,5 milhões para obras de drenagem e asfalto do Jardim das Paineiras, resultado também de uma emenda de minha autoria.

No mais, desejo a todos boas festas, um ano novo cheio de realizações e uma mensagem de carinho e afeto aos colegas Senadores que estão deixando o mandato, agradecendo pelo tempo e por terem emprestado experiência para construir um Brasil melhor.

Ainda quero aqui trazer a minha satisfação, encerrando, uma vez que o nosso companheiro Cristovam Buarque vai fazer aqui também a sua oração. Eu tive a oportunidade de aprender muito com Senador Cristovam Buarque, ele que é uma das referências internacionais na área da educação. Tive o prazer de tê-lo como Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro. Ele e o Senador Luiz Henrique trouxeram essa ideia para o nosso Senado. E, aí, muitas pessoas imaginam que a Comissão Senado do Futuro é para tratar do futuro do Senado. Não; é muito mais do que isso. Daí vem a inteligência do Senador Cristovam em trazer algo inovador, uma Comissão criada para tratar exatamente das futuras gerações, a brasileira e a do mundo inteiro, com temas com os quais fizemos aqui o primeiro Congresso Mundial do Senado do Futuro. Um sucesso! Precisamos agora continuar nesse trabalho.

E aí, Senador Cristovam, V. Exa. pode continuar nos ajudando pela sua experiência. Sua dedicação a essa Comissão não pode ser abandonada. E quero trabalhar com V. Exa. para que a gente possa fazer o segundo congresso aqui no Brasil.

Só para se ter uma ideia, Presidente Guaracy, lá no Chile, essa é a única Comissão que tem dotação orçamentária própria, a Comissão mais importante do Congresso chileno. Ou seja, um país pequeno, mas que está preocupado com as futuras gerações, como devemos desenvolver o mundo de amanhã, como que a criança do futuro será. Lá, tivemos oportunidade de discutir



muito, a neurofisiologia, enfim, todas as áreas, mas, acima de tudo, a relação humana, porque nós queremos desenvolver. A tecnologia é importante, mas perder a relação humana é muito perigoso.

Então, nós queremos criar futuras gerações que se abracem, em que as pessoas valorizem, acima de tudo, o calor humano, como V. Exa. falou. Como médico veterinário... E hoje eu dizia isso lá, para os brigadeiros, na Aeronáutica, para fazerem um diagnóstico. A maioria das doenças dos animais não está causada pelos próprios animais, principalmente os animais domésticos. Está, exatamente, pela relação...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... humana dos seus proprietários. Às vezes, a briga em casa faz com que o animal de estimação também fique doente.

Então, Senador Cristovam, eu tive a felicidade aqui, o senhor sabe e me ajudou muito a criar a segunda universidade federal de Mato Grosso, que é exatamente a Universidade Federal da minha cidade, Rondonópolis.

Mato Grosso, como eu disse, são 900 mil quilômetros quadrados, com regiões bem claras: região sudeste, que agora passa a ter a Universidade Federal; Cuiabá, com a capital, a grande Universidade Federal, mas ainda teremos o desafio no futuro de criar a Universidade do Araguaia, com sede em Barra do Garça; e a Universidade, também, do Nortão de Mato Grosso.

E eu quero, mais uma vez, aqui, dizer, Senador, que criar uma universidade é importante – V. Exa. tem a experiência da UnB –, mas nós temos que, acima de tudo, fazer uma universidade voltada para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental de uma região. E eu quero aqui, de público, pedir, implorar, convidá-lo para que o senhor nos ajude a fazer com que a Universidade Federal de Rondonópolis nasça forte, principalmente para que a gente possa promover o desenvolvimento, mas com qualidade de vida.

Então, agradeço muito a oportunidade de ter aprendido com V. Exa., sua esposa, e que continuemos aqui, exatamente, nessa amizade fraterna, para que a gente possa buscar, através das ideias e principalmente do sentimento da população, que está lá na ponta, que espera tanto de nós. E eu sempre digo que o voto é uma confiança que o eleitor deposita no político e a melhor forma de retribuir essa confiança é o trabalho.

Eu sou filho de um baiano – e faço sempre questão de dizer – que veio da Bahia para Mato Grosso. Saiu da Bahia para Mato Grosso a pé, com a bagagem da esperança, com a fé em Deus para construir dias melhores. E eu tenho certeza de que é isso que toda a sociedade brasileira espera de nós com a renovação de um novo mandato e com a certeza de que a gente possa dar, criar oportunidade para as nossas futuras gerações.

Muito obrigado, Senador Cristovam, em nome de todos os companheiros, Senador Guaracy, pela tolerância também de poder nos ouvir aqui.

Um grande abraço. Que Deus nos abençoe e que possamos ter um Natal de muitas festas, de muita alegria, mas, acima de tudo, Natal é momento de reflexão, momento da família, momento da espiritualidade.

Eu tenho certeza de que, com essa oportunidade, poderemos pensar num ano que vem, principalmente para nós que temos aqui a responsabilidade de tomar as decisões do País, levar o nosso Brasil para o desenvolvimento, para a geração de emprego e de oportunidade para todos os brasileiros.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Obrigado, Senador Wellington. V. Exa. abrilhanta este Congresso.

Mas nós poderíamos agora conceder a palavra ao ministro da Educação, ao governador do Distrito Federal, poderíamos conceder a palavra ao engenheiro, ao professor, ao reitor. Mas eu quero conceder a palavra neste momento ao criador do Bolsa Escola, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para discursar.) – Senador Guaracy, muito obrigado por essa introdução.

Eu quero dizer que assisti ao discurso do Senador Wellington com a alegria de saber que ele continua aqui e com a alegria, parece incrível, de ser o último orador desta Legislatura. Eu posso dizer que saio ficando até o último instante. Eu saio, é o meu último discurso, ficando até o último instante. Mas isso não quer dizer que eu vou me despedir. Mais de um falou aqui uma frase que eu tenho dito de que quem olha para o futuro não se despede.

Então, como eu sou o último Senador a falar nesta Legislatura, o senhor me permite, como Presidente, que eu fale o meu primeiro discurso de ex-Senador. A Senadora Ana Amélia falou aqui até como candidata. Não, eu não falo como candidato, não tenho essa pretensão, não está na minha cabeça. Mas eu quero fazer o primeiro discurso de ex-Senador que continua na luta.

Eu já fazia essa luta antes de chegar aqui, eu fiz essa luta aqui e vou fazer essa luta depois: a luta, Senador, por um Brasil melhor – e eu vou definir o que para mim é um Brasil melhor. Eu poderia fazer aqui um balanço do que eu fiz, de ter sido o Senador que mais leis tem sancionadas entre todos os Senadores eleitos desde 1988. O segundo, desde 1946. Podia fazer um balanço de que eu sempre estive presente em todos os debates. Alguns dos quais, inclusive, comprando brigas feias porque tomei posições que a minha consciência mandava e com as quais muita gente, inclusive eleitores, não compactuavam.

Poderia fazer uma avaliação de que me comportei esses 16 anos sem usar mordomias, privilégios, mas eu quero fazer já o primeiro discurso de ex-Senador, dizendo por que, para que eu vou lutar. Primeiro, por um Brasil democrático. Um Brasil democrático pelo qual eu luto desde muito jovem, quando fui surpreendido na universidade com o golpe militar de 1964 e comecei a lutar pela democracia. Quero continuar por isso. Nós conseguimos, minha geração, ter um País democrático.

Mas tem que ser uma democracia plena, por exemplo, sem corrupção. Não é plenamente democrático o país onde a política é corrupta, sem estabilidade. Não é plenamente democrático o país com instabilidade. Não é plenamente democrático um país com sustos, seja o susto de um Presidente que faz o que quer, seja o susto de um juiz que faz o que quer, seja o susto de um Congresso que decide coisas que não são as melhores, como as chamadas pautas bombas, que podem prejudicar o próximo Governo.

Não é democrático um país onde o Estado não é eficiente e oferece serviços ruins. Nem é democrático o país em que os políticos não são respeitados. Se os líderes não são respeitados, isso é uma semidemocracia porque tem voto, mas, depois que você vota, os caras ficam quatro anos, sem respeito. Então, não é uma democracia.

Quero lutar e vou continuar lutando, enquanto tiver energia, por um Brasil plenamente democrático, e, para isso, ele tem que ter um projeto de desenvolvimento sustentável. Eu não consigo ver satisfação em um país em que a política seja democrática, sem corrupção, sem mordomias, mas onde nós não sabemos por quanto tempo o território não será deserto, como está



crescendo o deserto no Brasil. Quanto tempo vamos ter ainda de florestas? Temos que buscar a sustentabilidade, o equilíbrio ecológico no nosso projeto social e econômico.

Mas não basta essa sustentabilidade que os ecologistas defendem, esquecendo as outras. Eu quero uma previdência sustentável! A que está aí não é sustentável. A que está aí vai explodir. Eu quero a moeda estável. Não é sustentável um país que tem que mudar de moeda a cada tantos anos. Nós no Brasil nos acostumamos tanto a mudar de moeda que achamos que isso é em todo lugar do mundo. Não é! É exceção um país que muda de moeda em um século.

Eu quero cidades eficientes. Faz parte da sustentabilidade. Nossas cidades viraram "monstrópoles" em vez de metrópoles. Por isso, é o meu primeiro discurso já como ex-Senador, mas na mesma luta. Eu quero um país sem ninguém em estado de pobreza. Porque não basta ter democracia política; é preciso ter um Estado, um país, uma sociedade decente. Não é decente uma sociedade que tem uma população que vive em quadro de pobreza: sem água, sem esgoto, sem escola, sem saúde, sem cultura, sem comida inclusive. Por isso, eu quero fazer meu primeiro discurso de ex-Senador na luta pela abolição da pobreza, erradicação da pobreza.

Eu não estou falando que todos vão ser ricos. Não estou falando que todos vão ser iguais. Isso eu não tenho na minha bandeira. Eu quero é que todos estejam acima de uma linha de pobreza, com aquilo que é essencial para uma vida digna. Mas não só isso. Eu quero que a desigualdade não seja como é no Brasil de hoje. Não sou daqueles que defendem demagogicamente a ideia de que todo mundo ganhe o mesmo. Demagogia! Além de demagogia, é autoritarismo e, além disso, desrespeito ao talento. Todos os jogadores ganhando o mesmo salário no futebol, já pensou isso? Não. Tem o talento. O talento tem que ser reconhecido, e para o talento ser reconhecido, tem que haver um grau de desigualdade. Mas tem que ser uma desigualdade fruto do talento. E aqui e ali até pode ter um, fruto da sorte de tirar na loteria. Mas não pode ser fruto de uma herança dada pela sorte. Não, a desigualdade tem que ser resultado do talento pessoal, da persistência, da vocação. Para isso, a gente vai precisar de educação, que é o vetor que promove o talento. Nós precisamos ter uma desigualdade decente, que depende de duas coisas: ser fruto do talento – aí a gente reconhece – e estar dentro de alguns limites. Não dá para chamar de democrático um país em que um Parlamentar e um juiz ganham 40 vezes o salário mínimo. Não dá! Essa desigualdade tem que ser achatada, e eu cheguei a propor aqui a maneira de se achatar isso: não aumentando salário do teto durante dez, vinte anos, enquanto se aumenta o salário mínimo. Não estou propondo que ganhem salário mínimo nem os Parlamentares nem os juizes, mas que a desigualdade não seja com essa brutalidade que corrói, que corrompe a democracia.

Nós precisamos – e por isto eu quero lutar – de um país em que haja respeito a cada grupo social: aos negros, às mulheres, aos velhos, às crianças e, sobretudo, eu diria, aos índios, esse grupo social que não apenas é maltratado, mas também está ameaçado de extinção por uma assimilação mais rápida do que deveria acontecer e que um dia é provável que aconteça. Mas tem que ser fruto de algo natural, e não de tomar suas terras, não de corromper suas famílias, não de expulsá-los das suas florestas. Nós precisamos – e eu quero lutar por isto – de respeito a cada grupo que esta sociedade, que a brasilidade tem.

Mas quero também que seja um país culto, em que não ganhemos apenas campeonatos de futebol, de basquetebol, de outros jogos, mas que ganhemos, sim, o respeito por termos os melhores bailarinos, músicos, escritores. Eu quero um país de Prêmios Nobel – não temos um único Prêmio Nobel. A Guatemala tem, o Peru tem, a África do Sul tem, Cuba tem, cada país tem seus Nobel: da Paz, de Literatura e de Ciência.



Eu quero um país plenamente desenvolvido na ciência e na tecnologia, até porque, sem isso, não vamos ter aquilo que eu desejo para o Brasil: uma economia eficiente, competitiva no mundo internacional, inovadora. Essa economia inovadora, competitiva exige ciência, exige tecnologia. Eu quero isso! E isso depende, obviamente, de universidades, isso depende de instituições sólidas em pesquisas. Todo mundo reclama da falta de dinheiro para pesquisas. Uma coisa pior do que a falta de dinheiro é a falta de continuidade, de permanência dos programas. Um cientista que recebe pouco dinheiro tem dificuldades, mas um que recebe muito dinheiro num ano e nenhum no outro tem muito mais dificuldade de levar adiante o seu trabalho.

Eu quero um país que seja um exemplo de campeão mundial em ciência e tecnologia, não mais do que os outros grandes, mas igual. Isso é possível, sobretudo se a gente escolhe a vocação em que vai haver condições disso.

Eu quero um país... Neste primeiro discurso como ex-Senador, eu quero dizer que eu não acredito que seja possível construir justiça social em cima de uma economia ineficiente. Foi um erro das esquerdas achar que podiam fazer a revolução social sem cuidar primeiro da economia.

Comparemos a Argentina e o Chile hoje. Um tem a economia eficiente, o outro preferiu fazer uma justiça social precipitada. O Chile hoje tem mais justiça social do que a Argentina ou mesmo Colômbia e Venezuela e outros países do mundo. A eficiência econômica é uma condição necessária para se começar a construir a justiça social.

Quero respeito à diversidade religiosa, cultura, racial, sexual, para isso o Estado precisa ser secular. Ultimamente a gente tem escutado muito que o Brasil é um país cristão. O Brasil é um país com maioria da população cristã, mas aqui tem judeu, aqui tem muçulmano, aqui tem ateu, e cada um deve ser respeitado igualmente. Não podemos dizer que o Brasil é um país de uma religião, porque o caminho é ficar contra as outras. E já tivemos um tempo assim no começo, quando o catolicismo era dominante e perseguia outras denominações.

Eu quero, Senador, e estou terminando, um País que tenha os instrumentos para construir o que falei até aqui. E aí mais uma vez o verbo continuar. Eu vou continuar lutando para convencer o Brasil sem esta tribuna, mas em outras que vou procurar, para que entendam que o caminho para isso precisa de três coisas.

Primeiro, a excelência na educação. Quando digo a excelência na educação é dizer que o Brasil é um país que pode comparar o seu sistema educacional com o da Finlândia, com o da Coreia do Sul, do Japão, com os países que têm melhor educação do mundo. O Brasil pode ser excelente em educação, na média do País. Pode, não de repente. É demagogia dizer que se consegue em um ano, dois anos, dez anos; vinte anos talvez não deem. Consegue em 40, que foi o tempo que levou a Coreia do Sul. Temos que ser um país com excelência.

Segundo, a excelência tem que ser distribuída igualmente. O filho do mais pobre tem que ter direito a estudar numa escola tão boa quanto o filho do mais rico. Excelência para todos, com igualdade no acesso a essa excelência. Isso não quer dizer que todos serão igualmente educados, nunca, porque educação é uma coisa de dentro. Alguns têm talento, alguns têm vocação, alguns têm persistência. Os que têm esses três é que chegam lá, mas o acesso tem que ser igual, como já é em quase todos os lugares. A desigualdade na educação é uma característica de alguns países como o Brasil, não é uma característica da natureza.

E, terceiro, aí indo para a técnica de como fazer isso: eu acho que tem que ser através da substituição do atual sistema municipal de educação que nós temos por um sistema único de educação, portanto, federal.



Uma das minhas falhas aqui, Senador Guaracy, foi não ter conseguido explicar o que não é a federalização. E quando falo em federalizar, as pessoas pensam que amanhã o Governo Federal ocupará as 200 mil escolas que o Brasil tem. Nunca, não vai adiantar nada. Ninguém ganha medalha de ouro no salto em altura sendo raquítico, e o nosso sistema educacional é raquítico. Nós vamos ter de ter outro sistema.

A minha ideia é pegar o sistema que está aí e ir substituindo por outro. É pegar esse que está aí, raquítico, municipal, e ir substituindo por um federal por cidade, ao longo de 20, 30 ou talvez mais anos. O Governo Federal adota a educação de cidades, e essas cidades vão, aos poucos, tomando conta do Brasil inteiro.

Esse é o único caminho, por exemplo, para se acabar com a pobreza. Primeiro, que só assim vamos ter cada brasileiro produzindo tanto que a renda de todos vai ser grande, graças à produtividade; e, segundo, porque, se a educação é igual para todos, cada um vai ganhar mais ou menos conforme o seu talento. Assim, não vai haver grandes desigualdades, porque todos os educados não vão aceitar a desigualdade brutal.

Eu tentei aqui, Senador. Esse é um verbo que eu gosto de usar: "tentei". Talvez, um dia, lá na minha tumba esteja escrito: "Esse cara tentou". Dificilmente vão dizer: "Ele conseguiu". Não vai dar tempo. "Mas ele tentou, vamos reconhecer". Eu tentei.

Outro verbo de que eu gosto é "continuar". Eu vou continuar tentando, e, por isso, eu estou aqui com uma satisfação – percebe? – e com certa frustração, ou então, como eu gosto de dizer, com um certo "frustralívio" de dizer que é o meu último discurso aqui e que é o meu primeiro discurso não mais aqui, um discurso feito no último instante que me deram. Eu cumpri todos os minutos de 16 anos. Eu deveria ter feito a conta antes de vir para cá. Quantos minutos duram um mandato?

Eu cumpri a minha função e usufruí, de certa forma, de cada minuto, inclusive este último em que eu concludo, Senador Guaracy, dizendo: continuarei.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Que privilégio o que tenho, neste momento, de ouvir o brilhante discurso de um brilhante Senador. Neste momento, presidindo esta sessão, pude ouvir esse discurso de despedida de alguém que conhece o Brasil e que ama o Brasil e a quem muito o Brasil deve.

Senador Cristovam, a Nação deve muito a V. Exa. O Brasil deve muito a V. Exa. Os *Anais* desta Casa o reconhecem, mas a história brasileira também tem de reconhecer.

Que Deus abençoe a sua vida e a sua família!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Senador. Foi um privilégio tê-lo, neste último instante da Legislatura, presidindo a sessão até esta hora. Houve um momento em que eu fiquei temendo que V. Exa. dissesse: "Já está tarde demais e eu vou almoçar. Arranje outro Presidente". E eu não teria ninguém.

Muito obrigado, Senador Guaracy. Foi um privilégio conviver com o senhor nesses últimos meses.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. PSL - TO) – Muito obrigado.

Senhores, foi muito bom ouvir o Senador Cristovam, esse brilhante Senador que sempre abrilhantou este Congresso. Eu quero, encerrando os trabalhos, fazer uma denúncia de algo que está realmente prejudicando o Brasil. Alguém... Pessoas ou algumas instituições econômicas



mundiais têm o intuito de prejudicar a Nação brasileira. Há algum tempo, vem se denunciando que existe uma barreira de corais que impede a pesquisa e a exploração de petróleo nas costas do Marajó, no Norte do Brasil. É a coisa mais falsa que se pode inventar, é mais falsa que nota de dezenove reais.

O Arquipélago do Marajó está em formação, trazido pelas águas poderosas do Rio Amazonas, desde os contrafortes dos Andes, varrendo o solo do seu leito, vem trazendo e formando a Ilha de Marajó. Então, a Ilha de Marajó ainda é um arquipélago em formação, onde é impossível ter uma barreira de corais. E falsos ambientalistas, pessoas que querem prejudicar o Brasil, criaram uma história de que é impossível, que não pode fazer prospecção de petróleo, explorar petróleo, porque prejudicaria a barreira de corais. Chega disso! O Brasil merece respeito, a Nação brasileira merece respeito! Então, fica, neste momento, o meu protesto sobre isso daí.

Agradeço a Deus e ao povo brasileiro pela sessão de hoje. Nosso abraço a todos. Que Deus abençoe a Nação brasileira!

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 41 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 160ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas perante a CCJ, ao Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018, nos termos do art. 235, I, do Regimento Interno.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Of. N.º. 73/2018-BLDPRO

Brasília, 12 de novembro de 2018.

À Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
 Presidente do Senado Federal

*A publicação
 em 20/12/18*

Assunto: **INDICAÇÃO MEMBROS AS COMISSÕES**

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, em cumprimento aos dispostos Regimentais desta Casa, indico o **Senador Benedito de Lira (PROGRESSISTAS-AL)** para compor as seguintes Comissões, em substituição ao Senador **Givago Tenório (PROGRESSISTAS -AL)**:

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Titular;
- Comissão de Assuntos Econômicos – Suplente;
- Comissão de Meio Ambiente – Suplente;

Respeitosamente,

Senador CIRO NOGUEIRA
Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Nome legível: Bellema
 Rubrica: 72548
 Matrícula: 334252
 Data: 12 / 11 / 2018
 Hora: 16 : 11



Expedientes dos Senhores Senadores contendo relatório de missão oficial:

- do Senador Humberto Costa, referente ao Requerimento nº 550, de 2018, por meio do qual relata participação em Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideú, Uruguai;

- do Senador Antônio Anastasia, referente ao Requerimento nº 523, de 2018, por meio do qual relata participação na Conferência Parlamentar da OMC, em Genebra, Suíça.

Os relatórios foram disponibilizados no endereço eletrônico do Senado Federal.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



Discursos e documentos encaminhados à publicação



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, internautas que nos acompanham pelas redes sociais.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter me concedido a oportunidade de defender o meu Estado do Pará aqui no Senado Federal. Agradeço também a minha família pelo apoio e por toda a compreensão nos momentos em que tive de me ausentar para dar conta de tamanha responsabilidade a mim confiada pelo povo paraense. Faço o agradecimento nominal aos meus filhos Érika e Fernando; aos meus netos Sofia, Arthur e Beatriz; a minha esposa Larissa; e a meus irmãos Lúcia e João Carlos. O apoio de todos foi fundamental nesta longa jornada em que aqui estive no Senado.

Também me foi fundamental o suporte e a dedicação de cada membro de nosso gabinete daqui de Brasília e do escritório no Estado. Para evitar que a memória venha a falhar e fatalmente incorra no grave erro de esquecer o nome dessas figuras tão importantes para o nosso mandato, gostaria de fazer esse agradecimento citando o nome do meu chefe de gabinete aqui de Brasília, Carlos Dominguez, e ao chefe de gabinete do escritório de Belém, Paulo Vitor Lisboa.

Estendo ainda meus mais sinceros agradecimentos a cada funcionário desta Casa e a toda Mesa Diretora do Senado.

Feito esses justos agradecimentos, inicio agora esse que será um pronunciamento de prestação de contas dos 14 anos em que aqui estive como representante do Estado do Pará.

Buscando referências para imprimir em palavras a emoção que me acomete neste momento, retorno ao meu Pará e agarro-me às palavras do romancista paraense, Dalcídio Jurandir, ilustre filho da Ilha do Marajó.

"Sou um também daqueles de lá, sempre fiz questão de não arredar pé de minha origem e para isso, ou melhor, para arredar o pé mais fundo, pude encontrar uma filiação ideológica que me dá razão. A esse pessoal miúdo que tento representar nos meus romances chamo de aristocracia de pé no chão".

Assim como Dalcídio representou o seu povo em sua rica e vasta literatura, busquei dar ao mandato a mim confiado pelo povo do meu Pará a típica cara do caboclo paraense.

Estou tranquilo e em paz de ter feito tudo o que estava a meu alcance para o bem do meu país, o melhor para os brasileiros, em especial para minha gente paraense. Tive a honra e a satisfação de representá-los, ao longo de 14 anos aqui neste Senado, lutando e sendo uma espécie de porta-voz do caboclo de Ponta de Pedras, terra de Dalcídio; do nativo lá do município de Faro, terra de meu pai; do paraense papa xibé, que toda semana vai até a feira do Ver-o-Peso, em Belém, para tomar aquele açá! Procurei dar um tom pluralista ao mandato que me foi confiado pelo povo paraense. Pluralista assim como é o Pará. Pará de rio, de mar, de floresta, de asfalto, enfim... de gente. Nosso mandato teve a cara do Pará!

Cito as conquistas das duas Universidades Federais. Tanto a Universidade do Oeste do Pará - UFOPA quanto à do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA se tornaram realidades nas vidas do povo paraense. Hoje, a população de Juruti e de mais seis municípios do oeste do Pará tem amplo acesso a uma educação superior de qualidade. Foi uma luta dura para a aprovação do nosso projeto de criação dessa universidade. Exigiu esforço e atenção redobrada de nossa parte aqui no Congresso. Mas posso dizer que o sorriso de agradecimento do Kleber, aluno do curso de engenharia da UFOPA, é maior do que qualquer esgotamento que possa ter tido. Digo o mesmo



sobre a UNIFESSPA. Hoje, essas duas instituições ajudam a formar cidadãos críticos, reflexivos e conscientes do seu papel na sociedade.

Como disse, busquei dar ao nosso mandato a cara do Pará, a cara de sua gente. E foi assim que entramos na luta pela aprovação da Lei da Pesca. Muito me incomodava saber que, há 13 anos, estava parado o projeto que poderia dar novo fôlego a atividade pesqueira em nosso país e que, por omissão ou descaso, os pescadores estavam, ano a ano, voltando do mar com suas embarcações cada vez mais escassas de pescado. Relatamos então o projeto que definiu os objetivos para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Como todo bom paraense, que não foge a luta e está sempre pronto para o trabalho, sempre fiz questão de participar ativamente das Comissões Permanentes desta Casa. Atualmente, das 14 em atividade, faço parte de 12. Confesso que manter esse ritmo foi uma tarefa complicada, mas como já citei, o Pará é plural, e essa característica nos exige uma atuação redobrada. Ademais, entendo que é nas Comissões que, de fato, discutimos os projetos, propomos alterações e até mesmo temos maiores possibilidades de combater matérias equivocadas e que tragam danos à sociedade. Foi justamente o caso do açaí.

Tramitou na Comissão de Assuntos Sociais um projeto obrigando pasteurizar o fruto antes de sua comercialização. Se fosse aprovado, 300 mil pessoas que dependem direta e indiretamente da venda do açaí no meu Estado estariam prejudicadas. Em defesa do Pará e dos paraenses, lutamos para pegar a relatoria desse projeto. Apontando os danos que traria à cadeia produtiva do açaí, conseguimos arquivar o projeto. Ainda assim, busquei trabalhar em parceria com o Governo do Estado na implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí e do PRO-AÇAÍ, o Programa de Desenvolvimento da Cadeia do Açaí. Estas ações, a meu critério, foram muito mais positivas do que uma lei, como disse equivocada, e que só penalizava o batedor de açaí, que tira o seu sustento da venda realizada naquelas pequenas lojas sinalizadas com as tradicionais placas de cor vermelha e que indicam os pontos de venda de açaí. Só quem é do Pará é que sabe!

Questões de repercussão nacional também mereceram nossa máxima atenção. Cito a questão da segurança pública. Lá em 2007, preocupado com o contingenciamento de verbas federais para essa área, apresentei o PLS 90 na tentativa de frear os sucessivos cortes no orçamento da pasta e garantir mais recursos à segurança. Como uma boa batalha, essa luta foi longa, viu? Sr. Presidente, Colegas Senadores, a tramitação desse projeto aqui no Senado perdurou por mais de uma década! Agradeço aqui ao presidente Eunício Oliveira, que incluiu o projeto no pacote de prioridades para reforçar a segurança pública. Este passo foi fundamental para a aprovação da matéria, em abril deste ano. Como relator da MP nº 846, de 2018, tive a oportunidade de incluir o dispositivo no texto do Projeto de Lei de Conversão, aprovado pelo Congresso. E fomos vitoriosos! O texto que elaboramos foi sancionado e convertido na Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dentre suas atribuições, a nova lei estabelece as regras para a regulamentação das apostas esportivas no Brasil e destina mais recursos não apenas para a segurança, como também aumenta as transferências para a educação e possibilita o fomento de ações de esporte e cultura. A nova lei garante ainda recursos para atividades paradesportivas, fundamental ao processo de inclusão de pessoas com deficiência em nossa sociedade.

Um importante passo foi dado para atender a insuficiência de recursos da segurança pública e combater a violência em nosso país.



Fico satisfeito em ter feito parte desta luta e espero, firmemente, que a paz retorne às cidades, aos lares das famílias brasileiras que, ainda hoje, vivem sob constante ameaça do crime organizado.

Como falar de violência e não lembrar aqui da crueldade que retira do meu povo paraense vultosos recursos da saúde, educação, segurança?!

A não regulamentação do repasse da compensação aos Estados pela não incidência do ICMS sobre exportação de produtos primários já retirou, nos últimos 22 anos, cerca de R\$ 40 bilhões dos cofres paraenses. Para acabar com essa violência, apresentei em 2007 uma PEC com a finalidade de resolver os impactos negativos da Lei Kandir. Foram muitas as discussões sobre este tema no Congresso. Mais recentemente, participamos da Comissão Mista Especial da Lei Kandir. Relatada pelo nobre senador Wellington Fagundes, aprovamos proposta fixando a compensação devida aos estados. Espero que este novo Congresso possa fazer justiça para com o Pará e os demais Estados exportadores. É preciso corrigir as distorções em nosso sistema tributário.

No caso da Lei Kandir, ainda não obtivemos êxitos. O Pará, estado com forte atuação mineral, é duramente sacrificado por mera omissão do Congresso e descaso do Executivo. Se não foi possível ainda corrigir essa deformação, fico feliz em poder deixar como legado algumas importantes contribuições para a nação brasileira, em especial para o meu Pará. Cito o aumento e a mudança da base de cálculo da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerários. A idéia central do projeto que apresentei foi aproveitada na MP 789/2017 e já garante mais justiça na distribuição dos recursos oriundos da mineração.

Não apenas nesse segmento da mineração, existem outros tantos projetos de minha autoria que, apesar de não terem a tramitação concluída, o cerne do projeto foi transformada em norma legal por outros meios. Como a emenda a MP que abriu capital estrangeiro na saúde, a MP – recém-editada – que retira a restrição à participação de capital estrangeiro na aviação civil.

Como um Senador amazônida, pertencente a este território onde se encontra a maior floresta tropical do mundo, outro ponto que mereceu nossa máxima atenção foi a defesa do nosso patrimônio natural. Logo em meu primeiro ano aqui no Senado, apresentei projeto que permitia a recomposição da reserva legal com uso de espécies exóticas. Essa matéria, para minha felicidade, acabou sendo incorporada ao novo Código Florestal e é um importante instrumento para o reflorestamento de áreas degradadas.

Antes de chegar ao epílogo deste derradeiro pronunciamento, gostaria de prestar uma justa e merecida homenagem à memória de Almir Gabriel. Nos idos da década de 90, quando ainda estava presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, recebi o convite do amigo Gabriel para integrar a chapa que teria como objetivo maior transformar o Pará. Pelo meu Estado, por minha gente e pela amizade de Almir Gabriel, entrei para a vida pública com o compromisso de ajudá-lo a dar um novo rumo ao Pará. Mesmo sem nenhuma pretensão política, nas eleições de 1994, lancei meu nome para a disputa ao Senado Federal. À época, as urnas não nos garantiram a vitória pessoal, mas nos possibilitaram alcançar nosso objetivo maior. Almir Gabriel, que começou a campanha eleitoral com menos de 2%, se tornou o 38º governador do período republicano da história do Pará, com 62,72% dos votos válidos. Arrumar a casa foi uma missão, no mínimo, hercúlea. O novo governador recebeu um Estado inteiramente desorganizado do ponto de vista administrativo e financeiro. Socialmente, as carências do povo paraense eram sentidas em todas as áreas mais fundamentais. Em dois mandatos, Almir Gabriel cumpriu com sua palavra. Arrumou a casa e colocou o Pará nos eixos. Seu governo foi marcado também pelo



investimento em grandes e importantes obras. Destaco algumas delas: o Tramoeste, o novo Estádio Olímpico, a Macrodrenagem, a Alça Viária, o porto de Vila do Conde, o Mangal das Garças, a Casa das Onze Janelas e a Estação das Docas.

Sr. Presidente, Colegas Senadores, infelizmente o tempo é exíguo e me força a abreviar minha fala. Vou chegando ao desfecho deste pronunciamento. Mas antes, gostaria de lembrar do contentamento em ter ocupado cargos que me possibilitaram trabalhar não apenas pelo Pará, mas pela nação brasileira.

Foi o caso da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Nestes anos em que passei aqui no Senado, tive a honra de presidir a CCT no período de 2009 a 2011. Naquela comissão pude priorizar o debate a respeito da necessidade de promover a produção científica na Amazônia. Trabalhamos muito. Dentre os feitos cito as ações de democratização da comunicação e do acesso às informações. De lá para cá, tivemos a satisfação de poder ter relatado 78 projetos das pouco mais de 115 rádios comunitárias licenciadas atualmente no Pará.

Além da CCT, também se soma as minhas atividades aqui nesta Casa o fato de ter sido o Primeiro Ouvidor-Geral do Senado, condição esta que me permitiu a honra de instalar e estruturar a Ouvidoria-Geral e trazer para a Casa mais um importante instrumento de transparência, eficiência e de respeito ao cidadão.

Não poderia deixar de citar também a nossa passagem pela Primeira-Secretaria do Senado Federal no biênio 2013-2014. Lá implantamos medidas administrativas modernizadoras que conferiram maior transparência aos procedimentos internos e racionalizaram os gastos desta Casa. Asseguramos uma economia de R\$ 300 milhões no período, dinheiro que foi devolvido pelo Senado para que o Executivo pudesse investir mais em áreas essenciais como saúde, educação e segurança.

Sr. Presidente, Colegas Senadores, na última semana, recebi, da organização Ranking dos Políticos, o Prêmio Excelência Parlamentar pela atividade legislativa aqui desempenhada. Honrarias como essa só aumentam a responsabilidade e renovam minha convicção de que ainda tenho muito a contribuir com o Pará, com a Amazônia, com o Brasil.

Deixo esta Casa com a consciência tranquila de que honrei os votos dos paraenses que me trouxeram ao Senado para o mandato renovado que completo agora. Foram 1 milhão 817 mil 644 votos nas urnas - a maior vitória da história eleitoral do Pará. Agradeço também aos votos conquistados nas últimas eleições. A luta continua! Aonde quer que esteja, levarei comigo o Pará e os paraenses.

É isso que eu tinha a dizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, com o fim da corrente Legislatura, encerra-se, igualmente, meu primeiro mandato como Senador da República.

Foram oito anos de um árduo trabalho e de inequívoco compromisso com meu Estado, o Amazonas, e, por extensão, com o Brasil.

Nesse contexto, creio ser oportuno fazer um breve balanço das iniciativas que apresentei nesta Casa, bem como evidenciar os principais aspectos de minha atuação parlamentar.

Na realidade, Sr. Presidente, trata-se da prestação de contas de um mandato que pertence exclusivamente aos amazonenses, um povo que, no exercício da cidadania, me conferiu a honra de representá-los.



Quando cheguei em Brasília, em 2011, acabava de concluir meu segundo mandato de Governador do Amazonas.

A experiência que obtive no Executivo estadual me conferiu olhar prático à implementação de políticas públicas, contribuindo enormemente para o mandato que aqui desenvolvi.

Logo em 2012, tive a honra de ser designado Líder do Governo no Senado Federal.

Exerci essa missão imbuído do mais profundo compromisso com o desenvolvimento do País, por meio do diálogo, da articulação e com espírito público, sempre aberto à cooperação e ao entendimento.

Transformamos em Leis importantes matérias de interesse do Brasil, como a Medida Provisória dos Portos, o Projeto que obriga a cirurgia plástica reparadora após retirada de mama pelo SUS, o Estatuto da Juventude, a Lei que pune os crimes de informática.

Também aprovamos a PEC que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos, a PEC dos Seringueiros — Soldados da Borracha —, o Projeto que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, o Projeto que aumentou o Fundo de Participação dos Municípios, Projetos de reestruturação de órgãos e de carreiras do Governo Federal e Projetos de Leis orçamentárias.

Nas Comissões, onde a atividade legislativa efetivamente ocorre, pude participar do debate e da formulação de inúmeras iniciativas que trouxeram avanços para o País.

No biênio 2011-2012, tive a oportunidade de exercer a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o apoio de Senadoras e Senadores de todos os Partidos da Casa.

Proposições de grande relevância foram deliberadas ao longo do biênio, tais como a Lei de Acesso à Informação; a Lei da TV por Assinatura; o Código Florestal; normas que tipificam crimes cometidos na internet e que regulam e protegem direitos dos consumidores; além da aprovação do PLS nº 293, de 2012, a Lei Geral das Antenas.

Nestes dois últimos anos, de 2017 a 2018, mais uma vez meus colegas me conferiram a honra de presidir uma Comissão, a de Serviços de Infraestrutura.

A quantidade de desafios que lá enfrentamos só aumentou, reflexo do aumento da demanda da sociedade por soluções efetivas aos históricos problemas logísticos e estruturais do País.

Tivemos que debater inúmeros temas, dos quais destaco as iniciativas que buscam resolver os gargalos nos transportes – sejam de cargas ou sejam de passageiros –, assim como no sistema elétrico nacional.

Merece especial atenção, devo dizer, o compromisso que tenho firmado pela recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Trouxe para o centro do debate da Comissão a vergonhosa situação em que se encontra a rodovia, sobretudo nos 400 quilômetros que ligam os municípios de Humaitá e Careiro.

A via é a única ligação terrestre do Estado do Amazonas com os demais estados mais ao sul do País, e suas precárias condições têm impedido o escoamento da produção do Polo Industrial de Manaus e o tráfego regular de pessoas.

Com a ausência de outras ligações rodoviárias e ferroviárias, há um grande entrave para o desenvolvimento do Estado — isso para não mencionar os problemas de acessibilidade aos serviços de educação e de saúde pela população residente na Amazônia Central.

Também buscamos construir entendimentos para os problemas do fornecimento de gás da Petrobras para a Amazonas Energia, bem como criar convergências no debate acerca da



privatização da Eletrobrás — sempre com a intenção de resguardar os interesses do Estado do Amazonas, que inevitavelmente se confundem com os interesses do próprio País.

Além das mencionadas Comissões desta Casa, destaco que também participei, seja como membro titular, seja como suplente, de várias comissões permanentes.

Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Educação, Cultura e Esporte; de Meio Ambiente; além de Comissões Mistas do Congresso Nacional e do Conselho de Ética e de Decoro Parlamentar.

Neste período, até a presente data, apresentei 22 Projetos de Lei, 15 Projetos de Resolução, 171 Requerimentos, três Recursos e um Projeto de Decreto Legislativo, totalizando 212 matérias legislativas protocoladas.

Propus iniciativas que abarcaram uma ampla gama de temas de importância para o País e para o Amazonas, como a defesa inequívoca de um desenvolvimento aliado à sustentabilidade ambiental e à redução de desigualdades sociais; o reconhecimento da importância estratégica da região amazônica; o fomento de nossa economia nacional; entre tantos outros.

Nesse contexto, destaco que também exerci a Relatoria Geral do Orçamento da União de 2017 — um grande desafio —, pois deveríamos elaborar a primeira peça orçamentária sob as regras estabelecidas pela Emenda Constitucional do Teto dos Gastos.

Mesmo assim, em um cenário de grave crise econômica no País, consegui elevar em mais de 20 bilhões de reais os recursos para investimentos. De 38,5 bilhões, subiram para 58,5 bilhões.

Foram contempladas, no orçamento, as emendas da bancada do Amazonas, que propunham a injeção de mais de 170 milhões de reais para o Estado, totalizando aproximadamente 490 milhões em 2017.

De minha parte, também busquei garantir a destinação de 10 milhões do orçamento da União para a conclusão de obras em agências do INSS no interior do Estado do Amazonas.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, outra matéria aprovada em meu mandato e que demandou árduas batalhas, em ambas as Casas do Congresso Nacional, foi a Emenda Constitucional nº 83, de 2014, que prorrogou os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, até 2073.

Foi uma grande vitória do povo amazonense e um reconhecimento dos parlamentares de todo o Brasil acerca da importância estratégica da Zona Franca para o desenvolvimento econômico da Região Norte do País.

A aprovação não foi fácil e demandou intensa mobilização, pelas redes sociais e pelos corredores do Congresso Nacional, conscientizando Senadores e Deputados da importância da matéria para o País.

Confesso que, para mim, trata-se de uma das maiores conquistas deste período, pois, além de representante dos amazonenses, tive a honra de receber a indicação para relatar a proposta no Senado Federal.

O desafio era conseguir a aprovação em dois turnos, em meio a um período de campanha eleitoral, mas, após amplo entendimento com os Partidos da Casa, conseguimos a tão esperada vitória.

A PEC foi aprovada por unanimidade, algo que nunca havia ocorrido em matérias de interesse da Zona Franca de Manaus.



A nova prorrogação, agora de 50 anos, oferece ao Amazonas condições para o desenvolvimento de projetos alternativos que efetivamente possam levar à interiorização, além de mais oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo as desigualdades regionais e mantendo a biodiversidade brasileira conservada.

Ao mesmo tempo, um período mais extenso trouxe tranquilidade e segurança aos investidores, que agora se encontram habilitados a realizar suas programações de investimento no longo prazo.

Foi uma grande honra participar dessa luta histórica.

Sr. Presidente, não posso deixar de mencionar que, nesse período de oito anos, também me licenciarei do mandato parlamentar, entre 1º de janeiro de 2015 e 20 de abril de 2016, para exercer a função de Ministro de Minas e Energia.

Entendo que, no Executivo federal, pude instrumentalizar diversas políticas públicas que têm garantido a segurança energética no País, sem perder de vista as necessidades essenciais dos brasileiros mais humildes.

Todas as atribuições que exerci e as conquistas que trouxe ao povo amazonense me levaram, com humildade, a buscar a reeleição para este cargo.

Pelo honroso voto de 607.286 amazonenses, recebi a oportunidade de continuar a defender os interesses do Estado, bem como de enfrentar os inúmeros desafios que ainda merecem ser resolvidos no País.

Na próxima Legislatura, não devemos fugir do debate de grandes temas que vão definir o futuro da nossa Nação: reforma da previdência, reforma tributária, novas políticas de segurança pública e outros projetos que garantam a redução da pobreza e das desigualdades sociais do nosso País

O compromisso firmado com o povo amazonense é o de construção de um mandato que continue a ser exercido com coerência e sempre conscientizando nossos colegas parlamentares de que o desenvolvimento de meu estado representa, ao cabo, o desenvolvimento do País.

Continuarei a lutar pela urgente recuperação das rodovias que cruzam o Amazonas, como a BR-230; mas, sobretudo, a BR-319; pelo fornecimento de energia de qualidade e com tarifas justas e acessíveis à todo amazonense; e pela sustentabilidade econômica da Zona Franca de Manaus.

Por fim, Sr. Presidente, mais uma vez gostaria de agradecer aos amazonenses por terem me dado a oportunidade de exercer o mandato que agora se encerra.

Muito obrigado por confiarem a mim a missão de dar continuidade à defesa dos interesses de nosso Estado e de nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, ao encerrar o meu segundo mandato de senadora, gostaria de agradecer a parceria de cada um dos senhores e senhoras que foi fundamental em minha trajetória parlamentar e dizer da satisfação que foi trabalhar com este colegiado.

Minha trajetória em Brasília teve início na Câmara Federal, onde cumpri três mandatos como Deputada Federal, e, entre os mandatos, exerci um cargo executivo, como Ministra



Secretária Nacional de Assistência Social, no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso e, por orientação dele, implantei os novos parâmetros da assistência social no país.

Mais precisamente, substituímos a antiga LBA pela Lei Orgânica da Assistência Social, que deixou de ser um favor ao cidadão e passou a ser um direito, com a criação de toda uma estrutura de Estado que possibilitasse a proteção social. Foram criados os Conselhos de Assistência Social nos três níveis de Governo e o Fundo Nacional de Assistência Social, dando transparência ao uso do dinheiro público.

Destaco a formulação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI –, que tirou milhares de crianças do trabalho infantil e foi laureado com três prêmios UNICEF, pela sua concepção e execução. Implantamos o chamado benefício LOAS, que consiste na concessão de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência incapazes de prover a sua própria subsistência. Foi considerado o maior programa social não contributivo do mundo.

Tive o prazer de lançar também os delineamentos da Política Nacional do Idoso, que tirou o idoso da condição asilar, de abandono, e o trouxe para ser integrado à sociedade.

No Senado, dei continuidade ao trabalho social à frente da Comissão de Assuntos Sociais, onde comandei discussões importantes como parto humanizado, penalidades para o trabalho escravo, utilização de células tronco embrionárias, além da proposta que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e a Lei da Biossegurança, sobre a qual coordenei uma das maiores audiências públicas realizadas no Senado. A legislação sobre as células-tronco para a cura de um sem-número de doenças foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal logo depois.

Na presidência da Comissão de Infraestrutura, dirigi os debates a respeito do sistema ferroviário, dos demais modais de transporte, sobre o programa de incentivo às fontes alternativas de energia e a criação da Lei Nacional de Irrigação. Presidi também a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na qual articulei a provação do projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), um dos projetos que mais me deram prazer, por representar um ganho institucional para toda a Região Centro-Oeste, e a aprovação da Lei Geral de Turismo.

Nos últimos dois anos, à frente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, atuei fortemente para a retomada de obras de creches em Goiás e em todo o país. Também trabalhei para a criação das Universidades Federais de Jataí e Catalão e comande um pacto em defesa dos Institutos Federais.

Orgulho-me da participação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Tive a oportunidade de ser ouvidora do Senado, quando trabalhei para garantia de transparência dos órgãos públicos. Foram anos proíficos, em que pude agir para possibilitar o acesso da população brasileira aos atos dos Senadores e do Senado. Pudemos abrir o Senado para a nossa população, usando, além dos instrumentos institucionais, a Rádio Senado, para chegarmos aos cidadãos.

O Senado Federal nos dá a oportunidade de ampliar o nosso olhar sobre os problemas que afligem os brasileiros e é dessa Casa que pode surgir a solução para grande parte destes problemas. Somos constitucionalmente uma Casa revisora, mas diante das distorções do pacto federativo, da grande desigualdade regional e social e das constantes crises financeiras que atingem o país, somos obrigados a exercer outras funções para garantir o mínimo de equilíbrio entre os entes da federação, entre as regiões e as classes sociais.



No exercício de meu papel parlamentar busquei apresentar e relatar projetos que tivessem impacto para a nossa sociedade. Tenho muito orgulho de ter relatado a Lei Maria da Penha, desconstruindo a legitimidade em que a violência contra as mulheres estava submersa.

Fui relatora da Lei do Ato Médico, que regularizou a profissão médica no Brasil e tive a oportunidade de conviver e ouvir as representações de todas as profissões de saúde do país, num período extremamente rico e produtivo. Um projeto que me deu muito prazer, pelo seu alcance terapêutico, foi o que permitiria ao SUS custear o tratamento de pessoas com deficiência, principalmente crianças, com o uso de animais equestres, a equoterapia.

Na área econômica, apoiiei iniciativas para fortalecer a economia dos estados, como o projeto que regularizou os incentivos fiscais concedidos às empresas, e resgatei o Fundo de Auxílio às Exportações (FEX). Fiz parte da importante Agenda Brasil, criada pelo então presidente da Casa, senador Renan Calheiros, que assegura recursos para os estados e municípios visando à retomada do crescimento.

Tive a honra de ser a primeira mulher eleita deputada federal pelo meu estado, Goiás, em 1986, e já em meu primeiro mandato no Congresso participei da Assembleia Nacional Constituinte. Lembro da dificuldade que nós mulheres enfrentamos para nos fazer ouvir em meio a uma maioria esmagadora de homens. Mas está registrada na Carta Magna o grande avanço que conseguimos ao garantir, já no Inciso I do Artigo 5º, que homens e mulheres são iguais perante a lei.

Fui também a única mulher goiana a ter assento no Senado brasileiro e, passados 30 anos da Constituinte, ainda somos muito poucas a ocupar o parlamento no Brasil. Mas a lealdade que nos uniu em 1986 se manteve e garante a aprovação dos projetos que almejam cumprir o disposto no Artigo 5º da Constituição.

Antes de concluir, gostaria de agradecer meus pares, os servidores dessa Casa, a minha equipe e o povo de Goiás que me deu a oportunidade de representá-los no Congresso. Agradecer de forma especial o apoio e a compreensão da minha família.

Somos um país jovem que por diversas vezes teve que lutar para manter seus ideais democráticos e o Congresso é o palco legítimo dessa luta. Ter feito parte dos parlamentares que, a cada dia, constroem essa nação livre, soberana e democrática muito me orgulha e concluo essa fase de minha trajetória com o sentimento de dever cumprido.

Aos que estão chegando, desejo coragem para enfrentar os obstáculos e inteligência para transpô-los.

O Brasil merece e precisa de um Congresso Nacional que represente os anseios da população e, agora, essa tarefa passa a ser dos novos senadores.

Muito obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA

(Inserido nos termos do art. art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Leis promulgadas a partir de proposições da Senadora Lúcia Vânia.



Leis promulgadas a partir de proposições da Senadora Lúcia Vânia**Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012**

Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares
PLS 278/2009

Lei nº 11.542, de 12 de novembro de 2007

Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil
PLS 223/2005

Lei nº 11.585, de 28 de novembro de 2007

Institui o dia 4 de outubro como Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde

Lei nº 11.695, de 12 de junho de 2008

Institui o Dia Nacional da Mamografia
PLS 275/2004

Lei nº 13.003, de 24 de junho de 2014

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços
PLS 276/2004

Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017

Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014
PLS 130/2014 – Complementar

PC

Leis promulgadas a partir de proposições relacionadas pela Senadora Lúcia Vânia**Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010**

Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências
Autor: Presidência da República MPV 483/2010

\



Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009

Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; e dá outras providências

Autor: Presidência da República MPV 460/2009

25

Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009

Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal; dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica; e dá nova redação ao § 4º do art. 211, ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, acrescentando-lhe inciso VI

Autor: Câmara dos Deputados PEC 96A/2003

Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013

Dispõe sobre o exercício da medicina

Autor: Câmara dos Deputados PLS 268/2002

Lei nº 11.910, de 18 de março de 2009

Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de uso do equipamento suplementar de retenção - air bag

Autor: Câmara dos Deputados PLS 115/2004

Lei nº 11.737, de 14 de julho de 2008

Altera o art. 13 da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para atribuir aos defensores públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos

Publicações

Autor: Câmara dos Deputados PLS 112/2004

Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008

Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica



Autor: Câmara dos Deputados PLS 59/2004

Lei nº 11.650, de 04 de abril de 2008

Institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências

Autor: Câmara dos Deputados PLS 382/2005

Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria

Autor: Câmara dos Deputados PLS 99/2005

Lei nº 13.046, de 1 de dezembro de 2014

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências", para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes

Autor: Câmara dos Deputados PLS 417/2007

Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006

Determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica

Autor: Deputado Freire Junior PLC 64/2000

Lei nº 11.146, de 26 de julho de 2005

Autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições ao Grupo dos 24 (G-24)

Autor: Presidência da República PLC 89/2004

Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua

Autor: Deputado Henrique Afonso PLC 80/2004

Lei nº 11.332, de 25 de julho de 2006

Institui o ano de 2006 como o Ano da Juventude

Autor: Deputado Mauricio Rabelo PLC 137/2005

Lei nº 11.983, de 16 de julho de 2009

Revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais

Autor: Deputado Orlando Fantazzini PLC 75/2005

Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências

LC



Autor: Presidência da República PLC 119/2006 (Complementar)

Lei nº 11.551, de 19 de novembro de 2007

Institui o Programa Disque Idoso

Autor: Deputada Lúcia Braga PLC 83/2006

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal, e dá outras providências

Autor: Presidência da República PLC 37/2006

Lei nº 11.972, de 6 de julho de 2009

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre as certificações de boas práticas para os produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária

Autor: Deputado Manoel Salviano PLC 120/2007

Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008

Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências

Autor: Presidência da República PLC 88/2007

Lei nº 11.633, de 27 de dezembro de 2007

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (Garante às mulheres o acesso a informações sobre a doação de sangue placentário e do cordão umbilical)

Autor: Deputada Rita Camata PLC 47/2007

Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social

Autor: Deputado Mauro Nazif PLC 152/2008

Lei nº 13.114, de 16 de abril de 2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

Autor: Deputado Celso Russomanno PLC 26/2008

Lei nº 11.964, de 3 de julho de 2009

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências

Autor: Tribunal Superior do Trabalho PLC 66/2009



Lei nº 11.978, de 8 de julho de 2009

Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências
Autor: Tribunal Superior do Trabalho PLC 18/2009

Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017

Altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, e dá outras providências.
Autor: Presidência da República MPV 747/2016

Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências.
Autor: Presidência da República MPV 785/2017

Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018

Altera as Leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e 10.260, de 12 de julho de 2001, as Medidas Provisórias nºs 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para modificar a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos de Fundos Constitucionais de Financiamento e a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores; e revoga dispositivos da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, e da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.
Autor: Presidência da República MPV 812/2017

Lei nº 12.988, de 2 de junho de 2014

Inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no Livro dos Heróis da Pátria
Autor: Senador Cristovam Buarque PLS 383/2012

Lei nº 13.443, de 11 de maio de 2017

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida
Autor: Senador Vicentinho Alves PLS 219/2014



Lei nº 13.479, de 5 de setembro de 2017

Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS)

Autor: Senador José Serra PLS 744/2015

Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social

Autor: Presidência da República PLC 189/2010

Lei nº 13.051, de 8 de dezembro de 2014

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a bolsa-atleta, para incluir a não violação de regras antidoping como requisito adicional a ser cumprido por atletas candidatos ao benefício e instituir penalidade aos bolsistas que violarem as regras antidoping

Autor: Deputado Deley PLC 91/2012

Lei nº 12.710, de 29 de agosto de 2012

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO)

Autor: Tribunal Superior do Trabalho PLC 41/2012

Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014

Acrescenta parágrafo 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica

Autor: Deputada Nilda Gondim PLC 83/2013

Lei nº 13.166, de 1 de outubro de 2015

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País

Autor: Presidência da República PLC 127/2015

Lei nº 13.454, de 23 de junho de 2017

Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol

Autor: Câmara dos Deputados PLC 61/2015

Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018

Cria a Universidade Federal de Jataí, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás

Autor: Câmara dos Deputados PLC 7/2018

Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018

JL



Cria a Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás

Autor: Câmara dos Deputados PLC 5/2018

Propostas de autoria da senadora Lúcia Vânia em tramitação no Congresso Nacional

PLS 232/2018

Altera a CLT para dar nova disciplina à proteção da empregada gestante e lactante que trabalha em atividade insalubre e ao trabalho intermitente

PLS 24/2016

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno

PLS 583/2015

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor que o Sistema Único de Saúde – SUS, por meio dos seus serviços, próprios, conveniados ou contratados, deve assegurar a realização, segundo avaliação do médico assistente, de ultrassonografia mamária a mulheres jovens com elevado risco de câncer de mama ou que não possam ser expostas à radiação e, de forma complementar ao exame mamográfico, a mulheres na faixa etária de 40 a 49 anos de idade ou com alta densidade mamária.

PLS 122/2013

Estabelece que a União incentivará o desenvolvimento de programas de transferência direta de recursos para aquisição de material escolar às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família que tenham em sua composição crianças e adolescentes entre 4 (quatro) e 17 (dezessete) anos matriculados em escolas públicas. Dispõe que a União poderá firmar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para implementação desse programa

PLS 332/2013

Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas.

PLS 553/2011

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

PEC 29/2003



Dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal, que trata da ordem social

PLS 568/2009

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o xeroderma pigmentoso no rol de doenças a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma

PLS 303/2008

Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A.

PLS 314/2007

Altera a Lei nº 9.029, de 1995, para vedar a fixação de limite etário máximo e outras práticas discriminatórias, na admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho do idoso e dá outras providências

PLS 424/2007

Acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências

pe

PLS 427/2007

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural

Projetos relatados pela senadora Lúcia Vânia em tramitação no Congresso

PLS 338/2018

Dispõe sobre o Contrato de Impacto Social – CIS, que é o acordo de vontades por meio do qual uma entidade pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, se compromete a atingir determinadas metas de interesse social, mediante o pagamento de contraprestação do poder público, condicionada à verificação, por agente independente, do atingimento dos objetivos.

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

PLS 261/2018

Dispõe sobre: I – a exploração indireta pela União do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, que transponham os limites de Estado ou Território, ou que se conectem às ferrovias



federais; II – as atividades desempenhadas pelas administrações ferroviárias privadas; III – a autorregulação ferroviária; IV – a segurança do trânsito e do transporte ferroviário.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

PEC 16/2014

Garante assistência à saúde e seguro de vida aos policiais civis e militares e a suas famílias. A intenção da proposta é oferecer benefícios a essas categorias, que não recebem salários compatíveis com as atividades de risco permanente que desempenham

Autor: Senador Fernando Collor e outros

PEC 70/2011

Altera o art. 6º da Constituição Federal, para incluir, entre os direitos sociais, a proteção à adolescência.

Autor: Senador Paulo Bauer e outros

LC

PLC 1/2014

Altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para aumentar a capacidade instalada dos aproveitamentos de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica que ficam dispensados de obter autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente, e dá outras providências.

Autor: Câmara dos Deputados

PLC 64/2011

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autor: Câmara dos Deputados

PLC 25/2005

Que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta.

PLC 27/2004



Altera a Lei nº 9425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás.

Autor: Câmara dos Deputados

PLS 171/2016

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar que maternidades de referência possuam banco de leite humano em suas instalações.

Autor: Senador Dário Berger

PLS 282/2016

Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autor: Senadora Marta Suplicy

lc

PLS 188/2014 (Complementar)

Acrescenta inciso IV ao § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita.

Autor: Senador Randolfe Rodrigues

SF PLS 198/2014

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave.

Autor: Senador Pedro Taques

PLS 240/2014

Disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Autor: Senadora Ana Rita



PLS 112/2013

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

Autor: Senador João Durval

PLS 263/2013

Acrescenta o § 13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias.

Autor: Senadora Ana Amélia

PLS 448/2013

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de outubro de 1993, que que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências para incorporar o Programa Bolsa Família.

Autor: Senador Aécio Neves

PLS 458/2013

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

Autor: Senador Aécio Neves

PLS 469/2013 (Complementar)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Bico do Papagaio (RIBP) e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Bico do Papagaio.

Autor: Senador Vicentinho Alves



PLS 492/2013

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 779 do Código Civil, a fim tornar obrigatória, nos seguros de automóveis, a cobertura de danos causados por desastres naturais.

Autor: Senador Eduardo Amorim

PLS 214/2012

Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)

PLS 231/2012

Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências

Autoria: Senador Eduardo Suplicy (PT/SP)

19

PLS 237/2012

Altera o Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT) para dispor que a empregada gestante tem direito à licença especial, caso esteja ela ou o nascituro em situação de risco, mediante laudo médico comprobatório. Altera a Lei nº 8.213/1991 para dispor que o auxílio-doença é devido à segurada que esteja há mais de quinze dias em licença especial (aquela em que esteja ela ou o nascituro em situação de risco) e consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário-de-benefício.

Autoria: Senadora Marta Suplicy



A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Democracia e Democracia/PCdoB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para fazer um retrospecto, um balanço de nossas atividades e também dedicar uma parte dele para falar do futuro.

Com muita honra e muito orgulho, participei dos debates desta Casa como a primeira Senadora eleita no Amazonas e também pelo PCdoB na história do Brasil

Durante a 54^a Legislatura dividi a representação do partido com meu amigo e camarada Inácio Arruda, mas desde 2015 tenho sido aqui a única representante de meu partido.

Mas o fato de ser a única representante do PCdoB não nos relegou a um trabalho solitário, muito pelo contrário, pude contar com o apoio e a colaboração de diversos colegas de vários partidos. A todos e todas eu aproveito para agradecer pelos debates e diálogos.

Durante os 2872 dias (completados hoje dia 11), apresentei 1525 proposições, entre as quais 140 foram projetos de leis, 30 Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e 1128 requerimentos. Dos projetos, 18 foram remetidos para a Câmara dos Deputados e dois foram transformados em normas legais.

São eles: o projeto de lei 618/2015 (Lei 13.718), que aumentou a pena para estupro coletivo; e o projeto 01/2014 (Lei 13.653), que regulamentou a profissão de arqueólogo. Outro projeto de lei, o de número 374/2014, que dispõe sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foi aprovado nesta Casa e remetido à Câmara e, posteriormente, normatizado de forma infralegal.

Destaco mais duas proposições que apresentei ainda como deputada federal e que pude contribuir para aprovação na condição de Senadora. Trata-se da PEC número 78/2014, que garantiu a indenização de R\$25 mil para os soldados da borracha e pensionistas; e o projeto de lei 1033 (lei 12.740/2012), que garantiu adicional de 30% de periculosidade aos vigilantes e seguranças privados.

Outras proposições também acabaram resultando em efeitos legais como a emenda à minirreforma eleitoral (Lei 12.892/2013), que determinou ao TSE que realize campanha nacional para estimular a participação da mulher na política; a reserva de 30% do Fundo Partidário para candidaturas de mulheres; o projeto 60/2012, proibindo doações de empresas para candidatos e partidos; o Projeto 479/2012 (Lei 13.344), tornando crime a remoção de órgãos e adoção ilegal para fins de trabalho escravo.

No tocante aos recursos, tenho a grata satisfação de anunciar que conseguimos liberar R\$ 244 milhões de emendas individuais e de bancada ao meu Estado. Dos R\$ 93 milhões de emendas individuais, R\$ 42 milhões foram direcionados para a saúde da capital e interior (equipamentos para UBS, hospitais, ambulâncias e ambulanchas); R\$ 16,7 milhões à infraestrutura (asfaltamento, calçadas, abertura de vicinais, etc.); R\$ 15 milhões à produção agrícola (patrulhas mecanizadas, fábricas de laticínios, barcos-patrulha, etc.); R\$ 8,9 milhões para a educação (UEA, Ufam, Ifam e escolas de educação básica). Das emendas apresentadas na bancada, conseguimos liberar R\$ 150 milhões para o asfaltamento das ruas do Distrito Industrial de Manaus, restando a prefeitura iniciar as obras.

Também utilizei esta tribuna com o objetivo de trazer a este Plenário preocupações e opiniões para o necessário debate das grandes questões nacionais. Foram 1487 vezes que ocupei este espaço com um único intuito de contribuir para o avanço dos direitos do povo brasileiro.



Poderia tentar rememorar aqui todos os temas que tratamos, mas como dispomos de minutos e não de horas, vou me concentrar nos principais.

Além das questões de gênero, tema para o qual reservarei um tempo específico, travei o bom combate na defesa da Zona Franca de Manaus, pilar central na economia de nosso estado, sendo responsável direto e indireto pelos milhares de empregos, e pela preservação de 98% da cobertura vegetal do Amazonas.

A cadeia produtiva desse importante modelo permite ao Brasil manufaturar produtos de alto valor agregado e tecnológico, além equilibrar a produção de diversos bens entre as mais diversas regiões do país, cumprindo aquilo que nossa Carta Magna propugna quando reafirma a necessidade de regionalizarmos o desenvolvimento econômico do Brasil.

Até 1997, quando os dados ainda eram imprecisos, estima-se que 85% do desmatamento no Estado do Amazonas tenha sido reduzido em razão do Parque Industrial de Manaus. Já no período de 2000 a 2006, os estudos mostraram que a pressão sobre a floresta amazônica diminuiu entre 70% e 77%.

No entanto, infelizmente, nosso modelo vive sob constante ameaça. Do alto desta tribuna, pude não só cumprimentar o ex-Presidente Lula e a ex-Presidenta Dilma pela prorrogação por mais 60 anos do modelo, mas também denunciei o ataque covarde perpetrado por Temer por meio do decreto que retirou incentivo da indústria de concentrados e que agora começa a ser desmontado com a saída da Pepsi.

O governo que deve tomar posse em janeiro, por diversas vezes anunciou ser contra a política de incentivos fiscais, peça-chave do sucesso da Zona Franca, mas mesmo fora deste Senado, não pouparei esforços para continuar a defesa do modelo, disso, as Senhoras e Senhores, podem ter certeza.

Continuaremos os nossos esforços para que de fato possamos agregar ao modelo uma política de exploração racional dos nossos recursos naturais. Tendo em vista as dificuldades vividas pelos ribeirinhos do Amazonas, conversei muito com a população de nosso estado e junto com a Associação dos Seringueiros Indígenas e Não Indígenas do Alto Solimões, da cidade de Benjamim Constant, apresentei o PLS 156/2018 que concede seguro-desemprego para o extrativista vegetal que exerça atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal ou em regime de economia familiar durante o período em que for imprópria ou não recomendável a exploração extrativista.

Essa justa reivindicação apelidada como Seguro-Ribeirinho, para qual peço no momento apoio dos senadores que estarão aqui na próxima legislatura, é a ampliação da cobertura do seguro-defeso, que tem papel fundamental para a sobrevivência de milhares de famílias.

Os trabalhadores que vivem do extrativismo vegetal, também vivem as dificuldades de subsistência causadas pela necessidade de se suspender a atividade por determinados períodos.

O extrativismo continua desempenhando um papel socioeconômico da mais alta importância, envolvendo atividades extremamente diversificadas e que apresentam graus variáveis de inserção na economia formal, o extrativismo ainda assegura a subsistência de milhões de brasileiros, alijados do mercado formal de trabalho.

O setor torna-se ainda mais importante na medida em que as mudanças tecnológicas e organizacionais na esfera da produção, em curso na economia brasileira, apontam para um decréscimo nas taxas de crescimento da geração de empregos. E a manutenção destes trabalhadores, que além de efetivamente ocupar o imenso território da Amazônia, permitem que



tenhamos acesso a pelo menos 37 produtos diferentes decorrentes do extrativismo como o Cupuaçu, Açaí, Quina, jaborandi, copaíba, Látex e Castanha.

Além da defesa da Zona Franca, levantamos bandeiras como a conclusão do asfaltamento da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, a luta pelo saneamento de Manaus, exploração da silvinita, o regime especial de facilitação do comércio fronteiriço entre Tabatinga e Letícia e a realização da Copa do Mundo em Manaus.

Agora, além de confrontar esses desafios, temos um novo que é enfrentar os terraplanistas que insistem e desconsiderar o aumento da temperatura global e as mudanças climáticas.

Como objeto privilegiado de preocupação, a preservação da Amazônia figura em todos os documentos das grandes conferências ambientais e sobre o clima, da Rio92 à Rio+20. É uma das metas estratégicas dos Objetivos do Milênio e também do Acordo de Paris. E não são poucos os órgãos de governo e as organizações não-governamentais que fomentam estudos e apoiam iniciativas ambientalmente responsáveis na região.

Em primeiro lugar, não podemos nos esquecer de que a Amazônia é transnacional. A Amazônia é, sim, brasileira, mas é também boliviana, peruana, equatoriana, colombiana, venezuelana, guianense.

E os biomas não conhecem fronteiras políticas. A maior parte das nascentes dos rios amazônicos está na Bolívia e no Peru. O aumento do desmatamento na Colômbia afeta o ciclo de chuvas em Manaus. O primeiro desafio para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é, pois, o alinhamento das políticas de desenvolvimento com nossos vizinhos latino-americanos.

Mas a diversidade não é apenas uma questão de política externa. Os amazonenses sabem que há muitas amazônias dentro da Amazônia brasileira. As melhores alternativas para o Alto Solimões podem não ser as melhores alternativas para o Baixo Amazonas.

Não podemos empregar, em Japurá, com pouco mais de 20.000 habitantes, as mesmas estratégias pensadas para a Região Metropolitana de Manaus, onde habitam mais de 2 milhões de pessoas.

Não tenho dúvida de que a biotecnologia representa toda uma floresta equatorial de oportunidades para a Amazônia. E a cada dia temos notícia de alguma nova promessa. Nova, evidentemente, para cada um de nós, já que tais promessas são, quase sempre, velhas conhecidas das comunidades tradicionais.

Pode ser, e sinceramente espero, que a cura para o câncer, para o diabetes, para o Alzheimer possa ser encontrada no imenso patrimônio genético da Amazônia.

Precisamos, sim, aumentar a capacidade de desenvolvimento de pesquisa e bioprospecção na Amazônia, promover o avanço da fronteira biotecnológica, mas não podemos apostar todas as nossas fichas em uma única alternativa, como se disso dependesse o futuro da região

Insisto: nossa real vocação econômica é para a diversidade. Nossa diferença é nossa força. Não podemos pretender pensar o desenvolvimento sustentável da Amazônia olhando para o passado, para uma dinâmica histórica que já cumpriu seu ciclo.

E não devemos nem precisamos imitar a trajetória de desenvolvimento que caracterizou o Centro-Sul do País. Nosso caminho é outro.

Sei que, para muitos, talvez isso pareça o óbvio. Mas já disseram que o óbvio é muitas vezes a verdade mais difícil de enxergar.

Outro tema que motivou a vir a esta tribuna foi a defesa da Petrobras.



Temer já entrou para a nossa história como o diligente político marcado pela covardia, pela traição aos milhões de votos que o elegeram como Vice-Presidente da ex-Presidenta Dilma, traição à história do PMDB e pelo desmonte de direitos e empresas públicas.

No caso da Petrobras, trata-se de uma traição ao Brasil, uma traição aos milhões de brasileiros que dedicaram suas vidas à pesquisa e ao desenvolvimento da tecnologia brasileira de extração de óleo em águas profundas, uma traição a todos que lutam pela nossa real independência.

A imensa quantidade de petróleo descoberto no pré-sal, a maior descoberta de petróleo e gás deste século, que desperta a cobiça de todas as multinacionais petroleiras só foi possível em virtude do desenvolvimento da capacidade tecnológica e geológica da Petrobrás. Para tanto, foram superados enormes obstáculos tecnológicos e financeiros até a Petrobrás encontrar petróleo.

O pré-sal é a maior descoberta mundial dos últimos 50 anos da indústria de petróleo e gás natural, estimando-se, de forma conservadora, cerca de 100 bilhões de barris recuperáveis nos campos do pré-sal. Outras estimativas, como a realizada pela UERJ, avalia as reservas do pré-sal em pelo menos 180 bilhões de barris.

Mas a questão essencial aqui não é simplesmente proteger a Petrobrás. É proteger os interesses do Brasil. A participação da Petrobrás no pré-sal deveria ser assegurada e protegida porque isso é crucial para o desenvolvimento brasileiro.

A cadeia de petróleo e gás, comandada pela Petrobras, é a maior cadeia produtiva do país, responsável por cerca de 20% do PIB brasileiro e 15% dos empregos gerados.

Um ataque à Petrobras é um crime contra o país e contra nosso povo.

Outra bandeira que trouxe a esta tribuna ao longo dos últimos anos foi o programa Mais Médicos.

Desde o início do Programa, nós defendíamos que a saúde precisava deixar de ser um direito legal para se tornar um direito real.

Lançado em 8 de julho de 2013 pelo Governo Dilma, o Mais Médicos foi um avanço imenso para nosso país.

Antes do programa, o Brasil possuía 388.015 médicos, correspondendo a dois médicos para cada mil habitantes, mas havia no país uma distribuição desigual de médicos por região, sendo que 22 estados possuíam um índice inferior à média nacional e apenas 8% dos médicos estavam em municípios com população inferior a 50 000 habitantes, que somam 90% das cidades brasileiras. Enquanto o Distrito Federal e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro possuíam taxas bem acima da média nacional - 4,09, 3,62 e 2,64 médicos por mil habitantes, respectivamente -, os estados de Maranhão, Pará e Amapá sequer tinham um médico a cada cem mil habitantes, com taxas de 0,71, 0,84 e 0,95 respectivamente.

O programa levou 15 mil médicos para as áreas onde faltam profissionais e chegou, até 2017, a ter 18.240 médicos, garantindo acesso a 63 milhões de pessoas em 4.058 municípios.

Infelizmente, graças às agressões do presidente eleito aos profissionais cubanos, estamos vendo a situação da saúde pública retroceder e trazer o risco de novamente enfrentarmos epidemias extintas e endemias que estavam controladas ressurgirem.

Nós somos profundamente gratos aos profissionais cubanos que vieram ao nosso país para nos ajudar a resgatar esta dívida histórica.

No meu estado, o Amazonas, das 322 vagas abertas com a expulsão dos médicos cubanos, apenas 22 foram cobertas com profissionais que se apresentaram para trabalhar.



Nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, onde estavam atuando 92 médicos cubanos, só 32 médicos brasileiros manifestaram interesse em continuar a atender, e ainda não se apresentaram.

Em nome do Amazonas e do nosso povo eu quero agradecer neste dia aos médicos e ao povo de Cuba, que nos ajudou a levar este direito humano básico a milhões de brasileiros. Tenho certeza de que quando este período de trevas da nossa história for superado, poderemos contar novamente com a ajuda de vocês.

Também pude participar da luta contra a pirataria que atende nossa cadeia produtiva e impede a geração de empregos por empresas e pelo comércio regular de nossas cidades.

Também pude participar das Comissões parlamentares de Inquérito do CARF, da Espionagem, do Tráfico de pessoas e da Petrobras.

Numa das batalhas mais duras na política, resistimos a uma manobra política que colocou em risco a nossa jovem democracia: o golpe parlamentar.

Parlamentares se curvaram ao sentimento de vingança do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que acabou por eliminar a vontade soberana de 54 milhões de eleitores. A argumentação que sustentou a peça aceita pelo presidente da Câmara, beira a ficção ao condenar a presidenta Dilma por crime de responsabilidade, um ato de tamanha gravidade, lastreado em argumentação frágil, é fruto de uma espécie de vingança pessoal.

Consumado o golpe parlamentar, enfrentamos aqui o desmonte de direitos patrocinado pela Reforma Trabalhista e também pela PEC do teto dos Gastos.

Por fim, também resistimos às propostas criminosas de privatização da Eletrobras, Embraer, Caixa, Banco do Brasil e outras que vez ou outra surgem dos escaninhos de maldades dos setores mais retrógrados de nossa sociedade.

Por fim ainda, quero aqui também agradecer aos servidores desta Casa e aos do meu gabinete, que de forma abnegada puderam contribuir com nosso mandato.

E agradeço às amizades que fiz neste Senado. Com convergência e divergências posso dizer que aprendi com todos vocês.

E ao povo do Amazonas uma palavra final: resistiremos. Vamos retomar os destinos do crescimento e da justiça social, este governo passará.

Valho-me das palavras de Charlie Chaplin, no genial discurso do filme "O Grande Ditador" para encerrar este discurso:

Todos nós desejamos ajudar uns aos outros. Os seres humanos são assim. Desejamos viver para a felicidade do próximo - não para o seu infortúnio. Por que havemos de odiar e desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. A terra, que é boa e rica, pode prover a todas as nossas necessidades.

Essas são as minhas lutas, e delas nunca me afastarei.

Muito obrigada.



ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia

Decisão do Ministro Marco Aurélio recoloca o supremo como guardião da Constituição

em dezembro 19, 2018



A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA – ABJD vem a público manifestar sua total concordância com a decisão tomada nesta quarta-feira, dia 19 de dezembro, pelo Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, na condição de relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 54, movida pelo PCdoB, que questiona o descumprimento do artigo 283, do Código de Processo Penal, estabelecendo que as prisões só podem ocorrer após o trânsito em julgado da sentença condenatória, ou seja, quando não couber mais recursos no processo.

Na decisão, digna e independente, o Ministro reconhece a harmonia, com a Constituição Federal, do artigo 283 do Código de Processo Penal, determinando a suspensão de execução de pena cuja decisão a encerrá-la ainda não haja transitado em julgado, bem assim como a libertação daqueles que tenham sido presos quando ainda existem recursos cabíveis, reservando-se o recolhimento aos casos verdadeiramente enquadráveis no artigo 312 do mencionado diploma processual.

A decisão vai ao encontro da campanha pela presunção de inocência que a ABJD deflagrou no início deste ano de 2018, onde pugna para que o plenário do Supremo pautasse as ações de controle concentrado que tratam do tema, a fim de que o texto constitucional seja respeitado.

Em seu eloquente despacho, o ministro assevera que o Supremo Tribunal Federal deve ser a última trincheira da cidadania, e como tal, deve referendar os valores constitucionais tão duramente conquistados e aos quais ele, como juiz, jurou obedecer.



De fato, são mesmo tempos estranhos os vivenciados nesta sofrida República. Ousamos, pois, tomar de empréstimo as palavras da oportuna decisão do ministro Marco Aurélio: “em época de crise, impõe-se observar princípios, impõe-se a resistência democrática, a resistência republicana”.

Esperamos, por fim, que nenhum artifício judicial seja utilizado para desfazer o julgado e que o plenário do Supremo Tribunal Federal pautado, o mais rápido possível, as ações de controle concentrado de constitucionalidade para, no mérito, reafirmar o princípio constitucional da presunção de inocência.

19 de dezembro de 2018

Associação Brasileira de Juristas pela Democracia



Encaminhamento de matérias



O Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, vai à CCT para análise das Emendas nºs 4 a 19-Plen, oferecidas no prazo regimental.

Devido ao término da sessão legislativa, o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016; e os Projetos de Lei da Câmara nºs 78 e 87, de 2018, deixam de tramitar em regime de urgência, nos termos do art. 352, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, deverá ser encaminhado à CTFC, CDH, seguindo posteriormente à CCJ.

O Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2018, segue ao exame da CCJ, CAE e CI.

O Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2018, segue ao exame da CAE.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a intrução dos Projetos de Decreto Legislativos n^os 169 a 171/2018, estes aguardarão inclusão em Ordem do Dia.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2018

(nº 399/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1459438&filename=PDC-399-2016

- Informações Complementares

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1405479&filename=TVR+15/2015

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



Página da matéria



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 463, de 5 de junho de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2018

(nº 443/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1477359&filename=PDC-443-2016

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1395299&filename=TVR+4/2015

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 109, de 5 de fevereiro de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2018

(nº 503/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1486373&filename=PDC-503-2016

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460571&filename=TVR+121/2016

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 17 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2018

(nº 964/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1666584&filename=PDC-964-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1647862&filename=TVR+228/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



Página da matéria



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.437, de 30 de julho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2018

(nº 1.001/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1674707&filename=PDC-1001-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1665811&filename=TVR+241/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 6.685, de 6 de janeiro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 12 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 2018

(nº 1.012/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1678409&filename=PDC-1012-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1665788&filename=TVR+232/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 881, de 9 de junho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2018

(nº 1.013/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1678410&filename=PDC-1013-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1669000&filename=TVR+234/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



Página da matéria



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.079, de 9 de setembro de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2018

(nº 1.025/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Porto Esperidião para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1681124&filename=PDC-1025-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1665529&filename=TVR+230/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



Página da matéria



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Porto Esperidião para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 28, de 6 de fevereiro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Porto Esperidião para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2018

(nº 1.026/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1681125&filename=PDC-1026-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1665790&filename=TVR+233/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.786, de 30 de julho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2018

(nº 1.027/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (Asbeculis) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Gonçalves, Estado da Bahia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1681128&filename=PDC-1027-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1665802&filename=TVR+236/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (Asbeculis) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Gonçalves, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 60, de 1º de fevereiro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (Asbeculis) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Gonçalves, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2018

(nº 1.033/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao Centro Universitário de Franca - UNIFACEF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Franca, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1683860&filename=PDC-1033-2018

- [Informações complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1665824&filename=TVR+246/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga permissão ao Centro Universitário de Franca - UNIFACEF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Franca, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.076, de 14 de maio de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão ao Centro Universitário de Franca - UNIFACEF para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Franca, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nº 172 a 182/2018.



Mensagens do Presidente da República



Mensagem nº 732

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Inscreve o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.766, de 18 de dezembro de 2018.

Brasília, 18 de dezembro de 2018.



Mensagem nº 734

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei complementar que “Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei Complementar nº 164, de 18 de dezembro de 2018.

Brasília, 18 de dezembro de 2018.



Mensagem nº 735

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Integração Nacional, de Encargos Financeiros da União, de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e de Operações de Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.496.271.900,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.768, de 18 de dezembro de 2018.

Brasília, 18 de dezembro de 2018.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2018

Altera a Lei Federal nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal - quanto aos procedimentos para a execução indireta de atividades em estabelecimentos penais.

AUTORIA: Senador Zé Santana (MDB/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zé Santana
Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
Em 20/12/2018.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2018

Altera a Lei Federal nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal – quanto aos procedimentos para a execução indireta de atividades em estabelecimentos penais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.210/1984, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

“Art. 83-A. Poderão ser objeto de execução indireta, através de parceria público-privada ou terceirização, as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas em estabelecimentos penais, especificamente no que se refere à:

I - serviços de conservação, limpeza, manutenção, copeiragem, lavanderia, manutenção de prédios, instalações e equipamentos;

II - serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso, ao fornecimento de materiais de consumo dos presos e para a administração;

Debido em Plenário.

nº 544, de 12/12/2018

Folha: 01



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Zé Santana
Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6

III - aluguel e manutenção de veículos e de máquinas e equipamentos.

.....(NR)".

"Art. 83-B São indelegáveis as funções de direção, gerência, coordenação e chefia; as atribuições de segurança interna e externa, vistorias e monitoramento eletrônico, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia do Estado, e notadamente:

.....
1º § As funções e atribuições preceituadas no *caput* deverão ser exercidas por servidores penitenciários de carreira, sendo vedada sua delegação a terceiros.

2º § Fica vedada a delegação de atribuições definidas em plano de carreira de servidores penitenciários por lei específica dos entes da federação.

3º § Não poderão ser objeto de contrato por terceirização ou parceria público-privada atividades acessórias que afetem o poder de polícia ou a segurança do estabelecimento penal (NR)".

.....
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SEADI
Folha: 02



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Zé Santana
Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei propõe alterar a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, no que se refere aos procedimentos para a execução indireta de atividades em estabelecimentos penais, alterando os artigos 83-A e 83-B. Tendo em vista a complexidade do tema, o diploma legal carece de maiores reformulações. Com efeito, o objetivo da proposta é contribuir para o aperfeiçoamento da lei, uma vez que ao tempo em que define as atividades que poderão ser realizadas por terceiros impõe também aquelas que deverão ser indelegáveis, tendo em vista a natureza *jus puniendi* da prisão e a imprescindibilidade de manter o poder de polícia do Estado, já que estes ambientes têm sido palco de atuação do crime organizado, que tem praticado atos criminosos com notória repercussão pública.

Há que se destacar que a pena de prisão, efetivada através da execução penal, trata-se de uma espécie de coação que para ser válida deve ser imposta unicamente pelo Estado, posto que o direito de punir, o monopólio estatal da violência legítima, é uma exclusividade deste. Além disso, a pena de prisão está diretamente relacionada à ordem pública e a segurança pública, sendo esta estampada no artigo 144 da Constituição Federal como um dever do Estado.

A complexidade da questão exige cuidado do legislador com o tema. A notória deficiência no funcionamento do sistema prisional requer melhoria na sua gestão e não delegação de atividades cruciais à segurança social a terceiros e com custos ainda mais elevados. Aliás, o corrido no início de janeiro de 2016, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), em Manaus-AM, que funciona de forma terceirizada, onde mais de 50 presos foram brutalmente assassinados e mais de 200 fugiram, demonstra que a terceirização de atividades prisionais, inerentes ao poder de polícia do Estado e essenciais à segurança pública, além de mais onerosa ao poder público, amplia os riscos à segurança social.

SENADO
Folha: 03

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Zé Santana
Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6

Uma gestão eficiente do sistema prisional requer conhecimento técnico e de suas rotinas. Com efeito, o acúmulo de experiências por servidores penitenciários de carreira sendo bem aproveitado poderá contribuir para uma gestão mais profissionalizada. Nesta toada, o funcionamento das unidades prisionais não pode ficar vulnerável a contratações temporárias, que coloquem em risco a estabilidade e a continuidade tanto das atividades de segurança quanto da política de assistência, fundamental para a reintegração social da pessoa presa e a consequente diminuição da reincidência criminal.

Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Decisão nº 25/00, proibiu a terceirização de serviços na Administração Pública em relação às "categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade". Isso significa que a terceirização de atribuições já definidas em leis como sendo específicas de determinadas categorias funcionais fere de morte o pacto federativo, já consagrado no texto constitucional. Portanto, primando pelo espírito de justiça concernente à proposição de leis, são estas as considerações que fundamentam a presente proposta.

Fundamento: Art. 61 da CF c/c 8º, I e 213 do RISF

Sala das Sessões, em 20 de Dezembro de 2018



Senador Zé Santana
MDB/PI



O Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, DE 2018

Dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.

AUTORIA: Senador Guaracy Silveira (PSL/TO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Guaracy Silveira**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.



SF/18281.90942-10

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A prescrição de medicamentos antimicrobianos, isoladas ou em associação, realizada em receituário privativo do prescritor ou do estabelecimento de saúde, não será exigida em localidades que, comprovadamente, não tenha acesso a serviço de saúde pública regular.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta procura amenizar a dificuldade enfrentada pelas pessoas mais pobres desse país, as classes C, D e E - que representam quase 80% da população - na hora de comprar um remédio para tratar de doenças simples, do cotidiano.

Além de muitas medicações ainda terem preços altos, o que se explica pelas patentes internacionais, conseguir uma receita médica para comprá-los na farmácia é ainda mais dispendioso. E tudo que é caro e judia dos mais pobres.

No momento em que está mais fragilizado, que é na hora da doença, o cidadão brasileiro tem que, sozinho, enfrentar dois poderosos corporativismos classistas: o dos farmacêuticos, que garantem sua reserva de mercado pela lei que obriga todas as farmácias do Brasil a empregarem ao





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Guaracy Silveira**

menos um profissional. Inclusive, acrescento que os farmacêuticos de balcão estão démodés, são daquele tempo em que todas as prescrições médicas eram manipuladas, tarefa que eles tinham expertise para desempenhar. Mas, como sabemos, essa não é mais nossa realidade.

O segundo corporativismo perverso que os doentes brasileiros enfrentam na penosa busca por um remédio é dos próprios médicos, que guardam para si e somente para si a competência de emitir uma receita, por mais banal e conhecida que seja a doença. Muitas vezes, o paciente já sabe exatamente o que precisa tomar, por repetidas vezes que já passou por ele quadro, como uma infecção de garganta, um colírio para conjuntivite ou uma pomada antibacteriana. Ainda assim, precisa do aval, precisa beijar a mão do médico antes de conseguir aquele pedaço de papel.

Trago um exemplo para explicar melhor minha indignação: a Amoxicilina, antibiótico muito usado para combater dores simples de garganta, custa dezesseis reais nas farmácias aqui de Brasília. Mas a consulta médica para se conseguir a receita custa duzentos, trezentos reais. Isso está certo? Isso é justo com a população mais pobre? E quem não tem como arcar com esse custo exorbitante da consulta faz o que? Se arrasta na fila do SUS e roga a Deus para não ter seu quadro agravado ou até morrer à espera de uma simples receita?

O corporativismo dos farmacêuticos e dos médicos só serve para encarecer um item que é indispensável e urgente, que é o remédio. Isso é um atentado contra a saúde pública! E, como eu disse no início deste discurso: tudo que é caro judia e castiga quem é mais pobre.

O que todos nós patriotas gostaríamos é que os brasileiros tivessem pleno acesso aos hospitais e à saúde pública de qualidade e não padecessem nas filas do SUS nem se endividassem em busca de uma consulta particular. O que precisamos, claro, é de saúde com acesso gratuito e universal para que todos tenham diagnóstico e prescrição médica. Mas, enquanto esse sonho não se concretiza, precisamos garantir o acesso da população a esses medicamentos em localidades que não possuam atendimento médico e serviço de saúde



SF/18281.90942-10





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Guaracy Silveira**

pública regular. Como ter acesso a esses medicamentos sem um serviço de saúde realmente efetivo?

Com essa finalidade, submetemos esta proposição à decisão dos membros do Congresso Nacional, na expectativa de sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador GUARACY SILVEIRA



O Projeto de Lei do Senado nº 545, de 2018, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 67, DE 2018

Cria a Comissão da Criança e do Adolescente.

AUTORIA: CPI dos Maus-tratos - 2017



[Página da matéria](#)



Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.
Em: 20/12/2018.

104

[Handwritten signature]

Minuta

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 67, DE 2018

À publicação.
Ficará perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas.

[Handwritten signature]
12/2018

Cria a Comissão da Criança e do Adolescente.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Senado Federal, a Comissão da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Os arts. 72, 77 e 102-E do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72.
.....
XIV – Comissão da Criança e do Adolescente.

“Art. 77.
.....
XIV – Comissão da Criança e do Adolescente, 7.”

“Art. 102-E.
.....
VI – proteção e inclusão das pessoas com deficiência e dos idosos;
.....”

Art. 3º A Seção II do Capítulo VI do Título VI do Regimento interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte 102-G:

“Art. 102-G. À Comissão a Criança e do Adolescente compete opinar sobre assuntos pertinentes à infância e a adolescência, bem como discutir estratégias para prevenir e enfrentar qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes e promover a proteção integral à infância e à adolescência.”

Página: 103/110 06/12/2018 11:26:32

252128b1566d106ae146f0a48f769ae204b1d4f2



Rubrica



Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Página: 104/110 06/12/2018 11:26:32

252f28b1566d106ae146f0a48f769ae204b1d...





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CPIMT, 06/12/2018 às 11h - 29ª, Reunião
 CPI dos Maus-tratos - 2017

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
SIMONE TEBET	1. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPLYCY	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO ROCHA	1. HUMBERTO COSTA
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
CÁSSIO CUNHA LIMA	1. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS PRESENTE	1. ANA AMÉLIA
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÍDICE DA MATA	1. VANESSA GRAZZIOTIN
Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	

Não Membros Presentes

ACIR GURGACZ



fl. 1.063

06/12/2018 14:50:27

Página 1 de 1

Página 4 de 4

Parte integrante do Avulso do PRS nº 67 de 2018.



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 67/2018.



Reautuação



O Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2018, será reautuado como Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2018, que ficará perante a Mesa, no prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "a", do Regimento Interno.

O número do Projeto de Lei do Senado no 505, de 2018, deixa de ser usado.



Recursos





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Governo

RECURSO Nº 18 DE 2018



Senhor Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 260/2017, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, deliberado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

Página: 1/2 11/12/2018 16:37:53

Nome do Senador	Assinatura
ROBERTO JUSTI	OK
JAMNO BERGER	
GABRIEL DUARTE ALVES	OK
Edson Lobato	OK
Edmar Fernandes	OK
Zé Sautano	

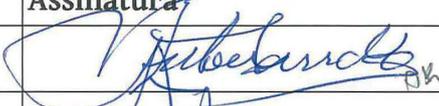
952b937e2bd500d4f476abee39a6548caf004511

Recebido em 19 / 12 / 2018
Hora: 18:01

Augusto Geovani Dias Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 260/2017, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, deliberado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, seja apreciado pelo...

Nome do Senador	Assinatura
Antonio Carlos	
EDUARDO LOPES	
LASIER	
Anderson Torres	



As matérias ficarão sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 625, DE 2018

Requer calendário especial para a PEC 31/2017

AUTORIA: Senador Elber Batalha (PSB/SE), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do bloco Bloco Wellington Fagundes (PR/MT), Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Líder do PDT Acir Gurgacz (PDT/RO), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do PPS Cristovam Buarque (PPS/DF), Líder do PR Vicentinho Alves (PR/TO), Líder do PTB Armando Monteiro (PTB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ELBER BATALHA

2018
REQUERIMENTO Nº 625 DE 2017

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2017, que “dá nova redação aos arts. 103 e 109, para dispor sobre a legitimidade do Defensor Público-Geral Federal para a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”, para que a matéria conste na Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas.

Sala das Sessões,

SENADOR ELBER BATALHA
PSB-SE

[Handwritten signatures and names of supporting senators:]

- ELBER BATALHA
- VANESSA GRAPHOVIN
- CRISTOVAM BUARQUE
- FERNANDO BELETTA COELHO
- RICARDO DE LIMA
- ARNANDO MONTEIRO
- WETLINDA FALDEZ
- ACIR GURGEL
- EDUARDO AMORIM
- WILSON A.
- EDUARDO DE LIMA E SOUZA PSB
- VICENTINHO ALVES
- RAMUNDO LIRA
- JOE AGLIARDI



SF/17243.43409-40

Página: 1/1 06/12/2017 15:55:25

17434f54a0a987f46f4dd4f33d12d11990b6cc96





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2018

Urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2015.

AUTORIA: Senador Lasier Martins (PSD/RS), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do PR Vicentinho Alves (PR/TO), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2017

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, c/c art. 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o **Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2015**, que “*susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.*”

Sala das Sessões,

Lasier Martins
Senador Lasier Martins
(PSD-RS)

SENADOR	ASSINATURA
SIMONE TEBET	<i>Tebet</i>
LÍDICE DA MATA E SOUZA	<i>Lidice</i>
BRUNO M. DA SILVA	<i>Bruno</i>
EXCELENCIO ALVES	<i>Excele</i>
JOLE AGUIPINO	<i>Jole</i>
PAULO BAIÃO	<i>Paulo</i>

Recebido em Plenário.

Em 05/10/17
adu one roba

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Tancredo Neves – Gabinete 50
CEP 70165-900 – Brasília DF



SF17216.51653-06

Página: 1/2 04/10/2017 15:09:57

3b923fd79ddde564dc4b6ccd1e4c76b43b410b9e





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 627, DE 2018

Urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2017.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do bloco Bloco João Capiberibe (PSB/AP), Líder do PROS Hélio José (PROS/), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 627, DE 2017 - Plenário

na CCT

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) 190, de 2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias e outros, que Susta a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, que dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº4, de 11 de maio de 2016”



Sala das Sessões, 18 de outubro de 2017.

Senador Lindbergh Farias
Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

ROBERTO REQUEM (11)

Sen. Lidia de Mata (11)

Sen. Capiberibe (11)

Sen. Randolpho Rodrigues (11)

Handwritten signatures and names: EDUARDO AMORIM (15), HELIO JOSÉ (11), WALTER PINHEIRO (11), FERNANDO BEZERRA (11), COELHO (11)

Página: 1/1 18/10/2017 11:37:12

6d5dee7dee21c372fa3a82d59dd00b83937ab1e1



38 assinaturas.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 628, DE 2018

Urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2018.

AUTORIA: Senador João Capiberibe (PSB/AP), Líder do bloco Bloco João Capiberibe (PSB/AP), Líder do DEM Ronaldo Caiado (DEM/GO), Líder do PROS Hélio José (PROS/), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Ana Amélia (PP/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

⁶²⁸
REQUERIMENTO Nº 2018



Página: 1/1 25/06/2018 15:34:19

bdd8fa27063e2813178feebd13830e283a307f41

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDS 21 de 2018 - que zela, com base no inciso XI do art. 49 da Constituição Federal, pela preservação da competência legislativa do Congresso Nacional em face das atribuições da Justiça Eleitoral, no tocante ao cumprimento da regra legal regularmente aprovada pelo Congresso Nacional sobre a implementação do voto impresso no Brasil.

Recebido em Plenário.
Em 27/12/2018
João Capiberibe

Handwritten signatures and names:

- JOSÉ MÊDEIROS SENADOR João Capiberibe PSB/AP 13
- ALVARO VIAS
- CRISTOVAM BUARQUE
- PEDRO CHAVES
- LINDBERGH FARIAS 12
- LASIER MARTINS
- RONALDO CRISTO REGUFFE 5
- REGUFFE
- ANA AMÉLIA
- MARTA
- NERIO JOSE 1





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 629, DE 2018

Urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 21/2015.

AUTORIA: Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cidinho Santos (PR/MT), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador José Pimentel (PT/CE)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO 629, de 2018

Requeiro nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno urgência pra o Projeto de Resolução n. 21, de 2015, que *Altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar uma comissão permanente de segurança pública.*



Sala das sessões, em /10/2018.



DRUI
ALCOLUMBRA?



CASSIO
CUNHA
LIMA



SOSI
FIMENTE



CIDINHO
SANTAS





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2018

Urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 31/2017.

AUTORIA: Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2018

Requeremos, nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para que seja incluído em Ordem do Dia de sessão deliberativa ordinária o Projeto de Resolução, nº 31, de 2017, que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos.

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
Líder do PSB

PMDB - 19
 PP - 6
 PT/PDT - 12
 PSL - 17

54



SF/18752.59521-09

Página: 1/1 03/05/2018 18:58:33

729b9de6feee87c2e14acad72fa2dff3a8ee8e49





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 631, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 1/2008.

AUTORIA: Líder do PPS Cristovam Buarque (PPS/DF), Líder do bloco Bloco João Capiberibe (PSB/AP), Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador Romero Jucá (MDB/RR)



[Página da matéria](#)



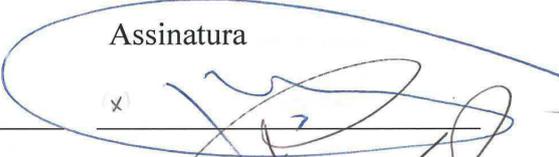
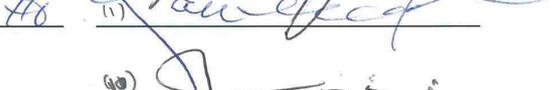
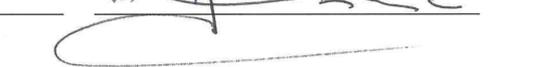
REQUERIMENTO Nº 631 DE 2017

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 01/2008, que *Altera o Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista alcoolizado ou sob efeitos de substâncias análogas.*

Sala das Sessões, de maio de 2017.

Cristovam Buarque

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
(PPS/DF)

Senador (a)	Assinatura
<i>Randolfo</i>	x 
<i>ROMERO JUAN</i>	(1) 
<i>JOSE AGRIPIANO</i>	(1) 
<i>GABRIEL ALVES FERREIRA</i>	(1) 
<i>J. CAPIBERIBE</i>	(1) 

13 assinaturas.



Página: 1/1 09/05/2017 14:26:23

121bf053ecb68aa1d95e156a2676feb8ddaa8f3c





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 632, DE 2018

Requerimento de Urgência Plenário - PLS 356 de 2012 - Fundo dos Caminhoneiros

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do bloco Bloco João Capiberibe (PSB/AP), Líder do bloco Bloco Lindbergh Farias (PT/RJ), Líder do bloco Bloco Wellington Fagundes (PR/MT), Líder do bloco Bloco Wilder Moraes (PP/), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Senadora Simone Tebet (MDB/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº 332 DE 2017

Senhor Presidente,

Requeiro urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do RISF, para o **Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012**, que “Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros”.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

At. e b. ca. p.1
Paulo Paim
31/05/2017
em 11:52

SENADOR(A)	ASSINATURA
EDUARDO AMORIM	
Bernardo	
LINDBERGH	
João Capiberibe	
WILLINGTON FAGUNDES	



SF/17830.09125-73

Página: 1/7 08/08/2017 11:31:32

b86735e9e682d21aad6be9eeb82872fe6a9ec529a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SENADOR(A)	ASSINATURA
Senador Tebet	<i>Tebet</i>
Wladimir Moura	<i>Wladimir Moura</i>



SF/17830.09125-73

Página: 2/7 08/08/2017 11:31:32

b86735e9682d21aad6be9eeb82872fe6a9ec529a





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 633, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 769/2015.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP), Líder do bloco Bloco João Capiberibe (PSB/AP), Líder do DEM José Agripino (DEM/RN), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ), Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

REQUERIMENTO Nº 633 DE 2018

Requeremos, nos termos regimentais, tramitação em regime de urgência para o PLS nº 769, de 2015, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Sala das Sessões,

Jose Serra
Jose Serra

Senador **JOSÉ SERRA**
PSDB – SP

Nome do Senador	Assinatura
2. MANDOLFE RODRIGUES	
3. J. CATIBERIZE	
4. Simão Tebet	
5. JOSE AGRIPINO	
6. LINDBERGH	
7. Inácio Maranhão	
8. BAUER	
9.	
10.	



SF/18068.66965-65

Página: 1/2 12/06/2018 15:22:13

e1353cbc249cbe1a72b62a4d35125dbf8e1209





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA - PLS 769/2015

Nome do Senador	Assinatura
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	



SF/18068.66965-65

Página: 2/2 12/06/2018 15:22:13

e1353cbc249cbe1a72b62a4d35125dbf0f8e1209





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 634, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 392/2016.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do bloco Bloco João Capiberibe (PSB/AP), Líder do bloco Bloco Wellington Fagundes (PR/MT), Líder do DEM Ronaldo Caiado (DEM/GO), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Líder do PPS Cristovam Buarque (PPS/DF), Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Roberto Requião (MDB/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

REQUERIMENTO Nº 634 DE 2018

Senhor Presidente,

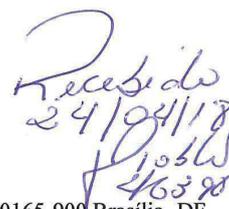
Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, **urgência** para a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2016, que "Dispõe sobre o saque do FGTS na hipótese de pedido de demissão".

Sala das Sessões,


Senadora ROSE DE FREITAS
PODE/ES


WELLINGTON FACUNDES




Recebido
24/04/18
1066
46398

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorarosedefreitas.com



SF/18639.31200-21

Página: 1/4 24/04/2018 12:34:41

9311def02fb1a488b95cf731c9581cf8931671e9





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

Senador(A)	Assinatura
Ivo Cassol	[Assinatura]
José Sarney	[Assinatura]
Vinícius	[Assinatura]
Leandro Brito	[Assinatura]
Arns	[Assinatura]
Antonio Carlos Valadares	[Assinatura]
Eliane Feres	[Assinatura]
João Lopes de	[Assinatura]
Christouan	[Assinatura]
REGIPE	[Assinatura]
Roberto Regual	[Assinatura]
JOSE MEDeiros	[Assinatura]
DARIO BERG	[Assinatura]
Leidice da Mata	[Assinatura]
Paulo Paim	[Assinatura]
Maria do Carmo Albuquerque	[Assinatura]
Regina Souza	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]

* * *

11

* * *

17



SF18639.31200-21

Página: 2/4 24/04/2018 12:34:41

9311def02fb1a488b95cf731c9581cf8931671e9

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorarosedefreitas.com





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

20*	Simone Tebet	Tebet
* Paul	BAUER	Bauer
	Aze Anacleto (PP/R)	Anacleto
	FABIO ROCHA	Fabio Rocha
	LASIER	Lasier
* 9+	RONALDO R CARVALHO	Ronaldo R Carvalho
	Wellington Fagundes	Wellington Fagundes



SF/18639.31200-21

Página: 3/4 24/04/2018 12:34:41

9311def02fb1a488b95cf731c9581cf8931671e9

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorarosedefreitas.com



11
14
20
48
57





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 635, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2017.

AUTORIA: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

REQUERIMENTO Nº 635, DE 2018

Requeremos, nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para que seja incluído em Ordem do Dia de sessão deliberativa ordinária o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2017, que altera as leis nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever o uso de fotografia de identificação com elemento tradicional que exprima a identidade do indivíduo.

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
Líder do PSB

Jebé PMDB - 19
Bury PP - 6
PT/PRT - 12
(Assinatura) - 17



SF/18414.02222-50

Página: 1/1 03/05/2018 18:44:59

79942b1825033d736ee9aa7d064ab6154d92d48





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 636, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2017.

AUTORIA: Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PPS Cristovam Buarque (PPS/DF), Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ELMANO FÉRRER

REQUERIMENTO Nº 636, DE 2018

Requeiro, nos termos artigo 336, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, **URGÊNCIA** para inclusão em Ordem do Dia e apreciação em Plenário do PLS 511/2017.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2018



SF18398.97979-61

Página: 1/1 13/12/2018 10:47:04

64738cd4b82ace1ac0c7454b1177bffb3698e5d2

Requis

Senador ELMANO FÉRRER

PAULO RACHA 8

EDUARDO AMORIM 17

Vice-diretor PT

Índice da Mesa e Sargento

Índice do Bloco da Maioria 20

ALBA

A. CARLOS VILADRES 4

(PC do B)

VANESSA GIBRETTIN 1

WAB-DT

Cristovam BUARQUE 1

PSDB

64738cd4b82ace1ac0c7454b1177bffb3698e5d2






SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 637, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2018.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Líder do DEM Ronaldo Caiado (DEM/GO), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PODE Alvaro Dias (PODE/PR), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Líder do PTB Armando Monteiro (PTB/PE), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

REQUERIMENTO Nº 637 DE 2018

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do Art. 336, inciso II e III, do Regimento Interno do Senado Federal a urgência para o PLS 75/2018, que cria a ZPE no porto central (distrito Industrial Portuário) do município de presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.

Atenciosamente,

Senadora ROSE DE FREITAS

PODE/ES

Recebido em
Horá: 13:47

Mariana Soares Amorim
Mariana Soares Amorim
Matricula: 302809 SLSF/SGM

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br - Site: www.senadorosedefreitas.com



SF/18782.61864-36

Página: 1/4 03/07/2018 14:36:58

a7d2102ff785f8a745f0cb9d4f84017dfb993694





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

Líder	Assinatura	
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	ALVARO 5
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	18
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	VERNAUDO BEZERRA
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	1
LYNDBERGINI	<i>[Assinatura]</i>	9
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	6
BAURIO	<i>[Assinatura]</i>	12
RONALDO CAIADO	<i>[Assinatura]</i>	5
9.		
10.		
11.		
12.		



SF/18782.61864-36

Página: 4/4 03/07/2018 14:36:58

56 assinaturas.

a7d2102f785f8a745f0cb9d4f84017dfb9933694

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorosedefreitas.com





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 638, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2018

AUTORIA: Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senador Wellington Fagundes (PR/MT)



[Página da matéria](#)





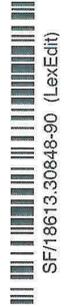
SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 638 DE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 181/2018, que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dá outras providências.

Sala das Sessões, de de .

Nome do Senador	Assinatura
RONERO JUCA	
SIMONE TERET	
BAUEN	
CIRO NOGUEIRA	
Vicente Hugo Figueiredo	
Ronaldo Azevedo	RONALDO AZEVEDO
Davi Alcântara	



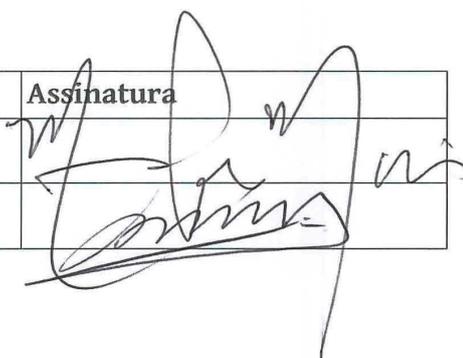
SF/18613.30848-90 (LexEdit)

Página: 1/2 04/12/2018 10:54:28

328c48b94d7f4b307654c040cc11a0d1a457f99b



Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 181/2018, que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dá outras providências.

Nome do Senador	Assinatura
FAGUNDEZ	
WELLINGTON FAGUNDES	



Página: 2/2 04/12/2018 10:54:28

328c48b94d7f4b307654d040cc11a0d1a457f99b





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 639, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2018

AUTORIA: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

REQUERIMENTO Nº 639, DE 2018

Requeremos, nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para que seja incluído na Ordem do Dia de sessão deliberativa ordinária o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2018, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
Líder do PSB

J. Cabral
Berry
PT/PT
RADB - 19
PP - 5
PT/PT - 12
Quarta - 17



SF/18563.02315-53

Página: 1/1 03/05/2018 18:38:06

541aaec63bf362ce0f8eb7b1d1d1fa0056d6550d



220 176/2014





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 640, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013.

AUTORIA: Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Raimundo Lira (PSD/PB), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Wellington Fagundes (PR/MT), Senador Wilder Morais (DEM/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 641, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015.

AUTORIA: Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do DEM Ronaldo Caiado (DEM/GO), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Eunício Oliveira (MDB/CE)



[Página da matéria](#)



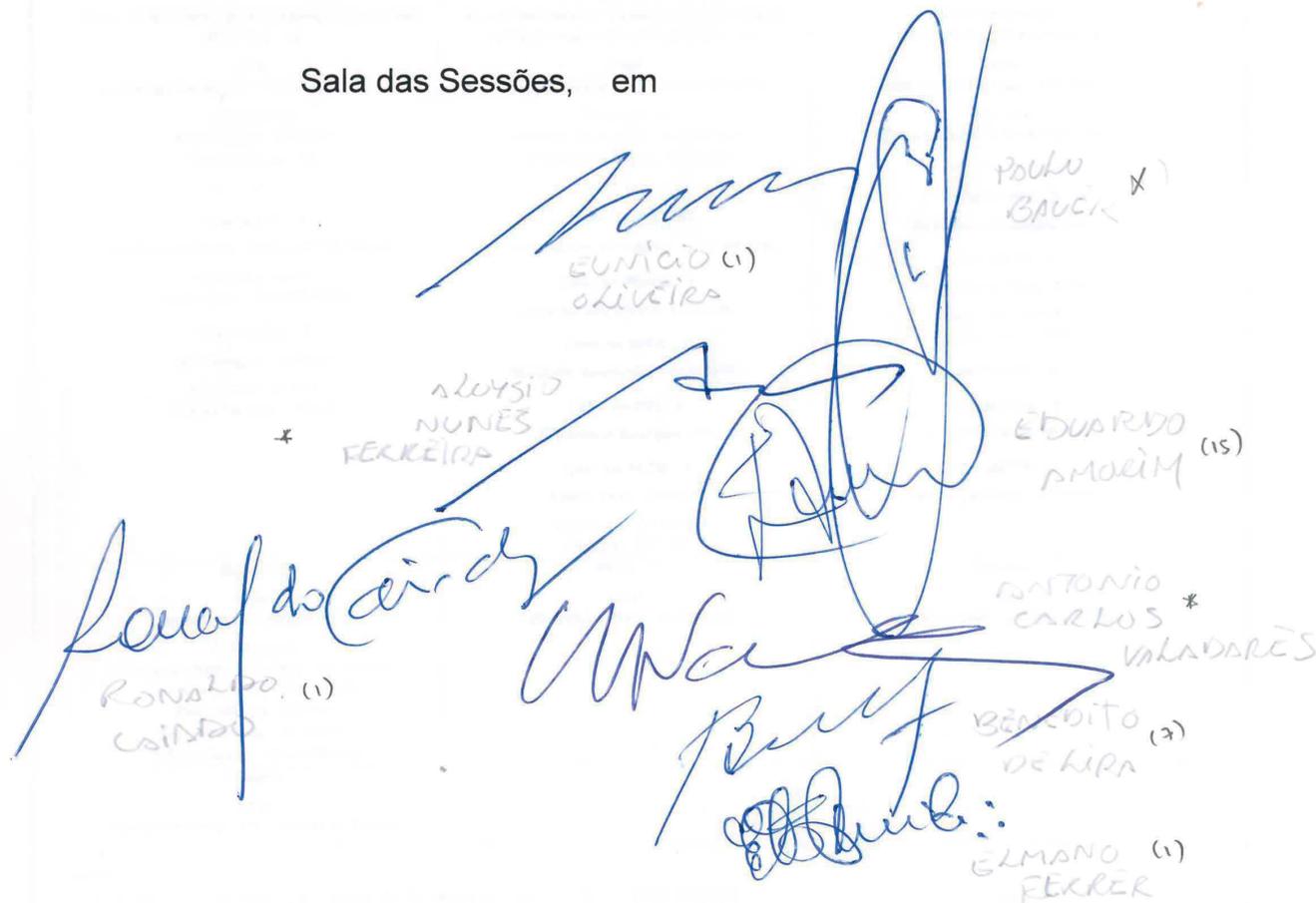
CE DN
dt
//

REQUERIMENTO Nº 641, DE 2018

REQUERIMENTO Nº 641, DE 2016

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC nº 30, de 2015 (Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.).

Sala das Sessões, em



 PAULO BAUCK *

 EUNÍCIO (1) OLIVEIRA

 ALOYSIO NUNES FERREIRA *

 EDUARDO AMORIM (15)

 ANTONIO CARLOS VALADARES *

 RONALDO CAIADO (1)

 BENEITO DE LIRA (2)

 ELMANO (1) FERREZ

23 assinaturas





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 642, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2015.

AUTORIA: Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Wilder Morais (DEM/GO)



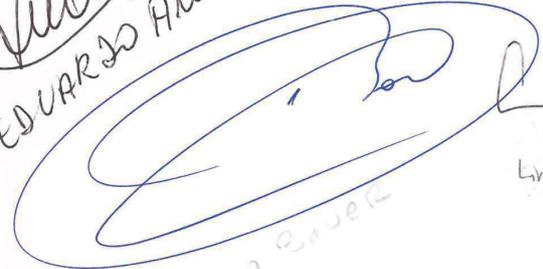
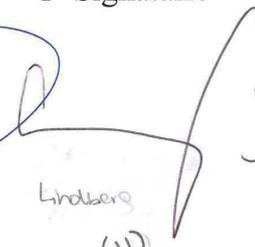
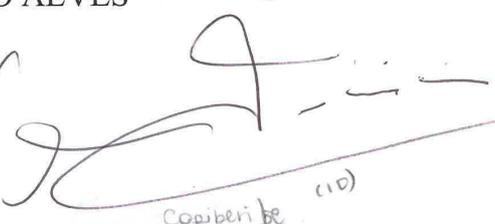
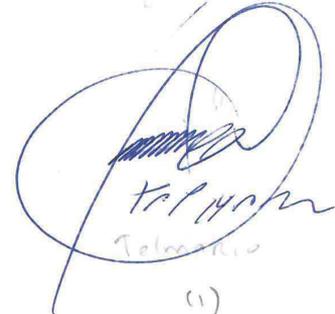
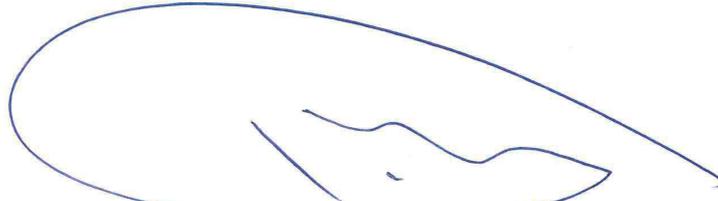
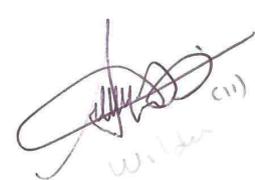
[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 642, DE 2017

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2015 (*extingue a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências*).

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2017.

 (06)
 EDUARDO AMORIM

 Paulo Roberto
 x
 Lindberg (11)
 Juvenal x (11)
 Copiberibe (10)
 Telmario (1)
 S3 assinatura
 (14)
 SENADOR VICENTINHO ALVES
 1º Signatário
 Wilder (11)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 643, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 79/2016.

AUTORIA: Líder do Governo Romero Jucá (MDB/RR), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PRB Eduardo Lopes (PRB/), Líder do PR Vicentinho Alves (PR/TO), Líder do PTB Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 643, DE 2018

Requeremos, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 79 de 2016, que "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e 9.998, de 17 de agosto de 2000; e dá outras providências."

Sala das Sessões,

ROMERO JUCA'	
Simone Tebet	
Quero Queiroz	
CIRO NOGUEIRA	
EDUARDO LOPES	
ALEXANDRE BRAGA	

Recebido

30/10/18

46390



SF/18999.12502-07

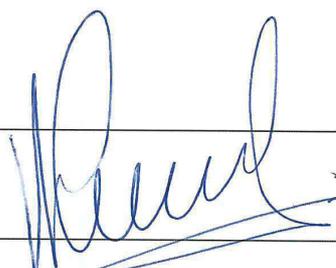
Página: 1/2 09/05/2018 12:26:04

Odc28eaf468e11c8c9b70ee15fe6625ae15c85





SENADO FEDERAL

Vicentino	



SF/18999.12502-07

Página: 2/2 09/05/2018 12:26:04

Odc28eaafd468e11c8c9bf70ee15fe6625ae15c85





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 644, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 147/2016.

AUTORIA: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do DEM Ronaldo Caiado (DEM/GO), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PPS Cristovam Buarque (PPS/DF), Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Thieres Pinto (PTB/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

REQUERIMENTO Nº 644, DE 2017

Requeiro, nos termos dos arts. 336, inciso III, 337 e 338, inciso IIII, todos do RISF, urgência para a imediata apreciação do **Projeto de Lei nº 147, de 2016**, que estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

JUSTIFICATIVA

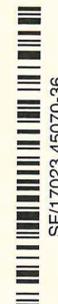
O presente requerimento busca dar celeridade à apreciação da matéria, que tem por objetivo aprimorar a prevenção, o combate à corrupção e à impunidade. A proposição encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando designação de relator.

O projeto original era de iniciativa popular, conforme dispõe o § 2º do art. 61 da Constituição Federal, contando com mais de 2 milhões de assinaturas.

Projeto de igual teor (PL nº 4.850, de 2016) foi apresentado na Câmara dos Deputados, ficando sua relatoria a cargo do Deputado Onyx Lorenzoni. O parecer do referido Deputado mantinha, com algumas correções de natureza técnica, a proposta oriunda da vontade popular manifesta no texto inicial.

Não obstante, durante a votação em Plenário sucessivos destaques foram aprovados descaracterizando completamente o texto inicial e as intenções moralizadoras que lá estavam contidas.

O texto que chegou no Senado, portanto, não mais refletia a vontade popular que embalou a apresentação do projeto ao Parlamento.



SF/17023.45070-36

Página: 1/6 21/02/2017 11:56:47

571cc9e41320b9eb81e3896d9dfaf09986052eda





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

A prova dessa desfiguração levada a cabo pela Câmara está na decisão de suspensão da tramitação do projeto amparada pela liminar concedida pelo Ministro Luiz Fux, nos autos do Mandado de Segurança N° 34.530.

Concomitantemente à apresentação do projeto na Câmara, apresentei o texto de iniciativa popular também aqui no Senado, tendo recebido o número de 147, de 2016. Infelizmente, o projeto não foi relatado até o dia de hoje e encontra-se no momento pendente de distribuição na Comissão de Constituição e Justiça.

Em resumo, o projeto foi desvirtuado na Câmara e está parado nesta Casa.

Precisamos dar uma resposta à sociedade dando a sua tramitação a celeridade compatível com o tema, daí o presente requerimento de urgência.

A aprovação deste projeto é um anseio da sociedade brasileira que já não aguenta mais a corrupção que avassala o país e suga recursos da saúde, segurança e educação.

Desta maneira, entendemos ser necessário garantir que o projeto apresentado por mim seja apreciado pela Casa o mais rápido possível, mantendo os pontos que garantam a eficácia no combate à corrupção no País.

Sala das Sessões,


Senador ATAÍDES OLIVEIRA



SF/17023.45070-36

Página: 2/6 21/02/2017 11:56:47

571cc9e41320b9eb81e3896dbdfaf09986052eda





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Requer urgência para a imediata apreciação do Projeto de Lei nº 147, de 2016, que estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

- 01 Assinatura: [Assinatura] Nome: Alvarado
- 02 Assinatura: [Assinatura] Nome: RONALDO R CAIADO
- * 03 Assinatura: [Assinatura] Nome: A.C. VALADARES
- * 04 Assinatura: [Assinatura] Nome: Thieres Pinto
- 05 Assinatura: [Assinatura] Nome: Paulo Bely
- 06 Assinatura: [Assinatura] Nome: EDUARDO AMORIM
- 07 Assinatura: [Assinatura] Nome: LASIER MARTINS
- 08 Assinatura: [Assinatura] Nome: FANDOLFE RODRIGUES
- 09 Assinatura: [Assinatura] Nome: Antonio Araújo
- 10 Assinatura: [Assinatura] Nome: FLEDO RIBEIRO
- 11 Assinatura: [Assinatura] Nome: GABRIEL A. FILHO
- 12 Assinatura: [Assinatura] Nome: PEDRO CHAVES (PSC)
- 13 Assinatura: [Assinatura] Nome: CRISTOVAM BEAURE
- 14 Assinatura: [Assinatura] Nome: ROBERTO ROCHA
- 15 Assinatura: [Assinatura] Nome: MAGNO MALTA
- 16 Assinatura: [Assinatura] Nome: REGUFFE
- 17 Assinatura: [Assinatura] Nome: Somere Tebet
- 18 Assinatura: MARTA Nome: [Assinatura]



SF/17023.45070-36

Página: 3/6 21/02/2017 11:56:47

571cc9e41320b9eb81e3896d9dfat09986052eda





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Requer urgência para a imediata apreciação do Projeto de Lei nº 147, de 2016, que estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

- 19 Assinatura: Nome: Elvareo Ferrer
- 20 Assinatura: Nome: EDUARDO LOPES
- 21 Assinatura: JOSE MEDeiros Nome:
- 22 Assinatura: JOSE DE FREITAS Nome:
- 23 Assinatura: Aguiar Becker Nome: João
- 24 Assinatura: Nome: Paulo Bauer
- 25 Assinatura: Nome: Raimundo Pereira
- 26 Assinatura: Nome: JOSÉ MARANHÃO
- 27 Assinatura: Luiz F. Nome: Luiz Faria
- 28 Assinatura: Vanderlei Nome: Tasso
- 2x 29 Assinatura: Nome: Paulo Roberto Paulo Roberto
- 30 Assinatura: Ana Amélia (PP/RS) Nome:
- * 31 Assinatura: Ricardo Ferraz Nome: Luiz
- 2x 32 Assinatura: Aguiar Becker Nome: João
- 33 Assinatura: Nome: Paulo



SF/17023.45070-36

Página: 4/6 21/02/2017 11:56:47

571cc9e41320b9eb81e389649dfaf09986052eda





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Requer urgência para a imediata apreciação do Projeto de Lei nº 147, de 2016, que estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

34 Assinatura:  Nome: Dario Berger

35 Assinatura: _____ Nome: _____

36 Assinatura: _____ Nome: _____

37 Assinatura: _____ Nome: _____

38 Assinatura: _____ Nome: _____

39 Assinatura: _____ Nome: _____

40 Assinatura: _____ Nome: _____

41 Assinatura: _____ Nome: _____

42 Assinatura: _____ Nome: _____

43 Assinatura: _____ Nome: _____

44 Assinatura: _____ Nome: _____

45 Assinatura: _____ Nome: _____

46 Assinatura: _____ Nome: _____

47 Assinatura: _____ Nome: _____

48 Assinatura: _____ Nome: _____



SF/17023.45070-36

Página: 5/6 21/02/2017 11:56:47

571cc9e41320b9eb81e3896d9dfat09986052eda





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Requer urgência para a imediata apreciação do Projeto de Lei nº 147, de 2016, que estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos.



SF/17023.45070-36

- 49 Assinatura: _____ Nome: _____
- 50 Assinatura: _____ Nome: _____
- 51 Assinatura: _____ Nome: _____
- 52 Assinatura: _____ Nome: _____
- 53 Assinatura: _____ Nome: _____
- 54 Assinatura: _____ Nome: _____
- 55 Assinatura: _____ Nome: _____
- 56 Assinatura: _____ Nome: _____
- 57 Assinatura: _____ Nome: _____
- 58 Assinatura: _____ Nome: _____
- 59 Assinatura: _____ Nome: _____
- 60 Assinatura: _____ Nome: _____
- 61 Assinatura: _____ Nome: _____
- 62 Assinatura: _____ Nome: _____
- 63 Assinatura: _____ Nome: _____

Página: 6/6 21/02/2017 11:56:47

571cc9e41320b9eb81e38996d9dfat09986052eda





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 645, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93/2017.

AUTORIA: Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do Governo Wilder Moraes (PP/), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Raimundo Lira (MDB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLYCY

REQUERIMENTO Nº 645 DE 2017

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 93/2017, que *cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.* CAE

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 93, de 2017, de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), é de fundamental importância para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade e, conseqüentemente, o fortalecimento da democracia.

No Estado de São Paulo, tivemos nos últimos anos um expressivo crescimento do número de eleitores e, em consequência, avolumaram-se as maiores exigências com relação ao funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral desse Estado. Infelizmente, esse crescimento da demanda pelos serviços eleitorais não foi acompanhado do aumento respectivo das capacidades administrativas da Justiça Eleitoral, que desde o ano de 2005, ou seja, há 12 anos, conta com o mesmo número de servidores efetivos e comissionados. E mesmo com a implantação da presente proposta, o TRE-SP ainda apresentará a maior disparidade entre a relação de número de eleitores para cada servidor, fato que demonstra a elevada sobrecarga de trabalho na sua estrutura de pessoal.

Thiago Giovanni Soares Ferreira
Município: 28851 - SLS/FSGM

Recebido em 24/10/2017
Hora: 20:04



SF/17169.80016-26

Página: 1/2 19/10/2017 11:35:11

e3e6faec6bde64036b6b7db602d449a76a69851



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

A urgência na apreciação dessa matéria da justifica ainda pela proximidade das eleições gerais a ocorrerem em 7 de outubro de 2018, de importância histórica para a democracia e o futuro do Brasil. São 425 zonas eleitorais e cujos processos eleitorais exigem a instalação de pelo menos 10.453 locais de votação e 92.185 seções eleitorais.

Importante ressaltar que o Anexo V da Lei Orçamentária para 2017, a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, em seu item 2.5.2, contém autorização para a criação dos cargos propostos no projeto em análise, bem como para o respectivo provimento. Portanto, com todo respeito à Comissão de Assuntos Econômicos, não vemos razão para a apreciação daquele colegiado, visto que o projeto atende todos os requisitos constitucionais de adequação financeira e orçamentária.

Por esses motivos, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do regime de urgência para a presente matéria.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2017.


 Senadora Marta Suplicy
 (PMDB - SP)

Raimundo Lira
 OK - (22) X

Lindibergh
 (11) OK

Wilder Morais
 OK - (X)

Eduardo Amorim
 OK (16)

Total - 40



SF/17 169.80016-26

Página: 2/2 19/10/2017 11:35:11

e3e6faec6bde64036b6b7db602d449a76ac69851





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 646, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 121/2017.

AUTORIA: Líder do Governo Romero Jucá (MDB/RR), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 646 , DE 2018

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso I, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2017, que *cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.*

Sala das Sessões, em

SIMONE
TEBET
19

Spabet

Benedito
de Lima - 6

JUCA

Paulo
BAVEA 12

OMAR
ABIT 5





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 647, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2018.

AUTORIA: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

APROVADO em 28/11/18
Presidente da CDR

Requerimento nº 647/2018
REQUERIMENTO Nº 27 /2018 - CDR

Nos termos do disposto no artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, **requeiro urgência**, para o PLC nº 33, de 2018.

Sala das Comissões, em 28 de 11 de 2018.


Senadora Fátima Bezerra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 648, DE 2018

Urgência pra o Projeto de Lei da Câmara nº 88/2018.

AUTORIA: Senador Pedro Chaves (PRB/MS), Líder do bloco Bloco Wellington Fagundes (PR/MT), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PPS Cristovam Buarque (PPS/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 648 DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 88/2018, que *estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.*

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

Senador Pedro Chaves

Vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nome do Senador	Assinatura
CRISTOVAM BUARQUE	
SIMONE TEBET	
WELLINGTON FACUNDES	



SF/18997.96478-41 (LexEdit)

Página: 1/2 11/12/2018 14:51:19

86c1390dc51bd8b97dca5418148bb77b923733d7




Os Requerimentos n^{os} 625 a 648, de 2018, apresentados à PEC n^o 31, de 2017; aos PDS n^{os} 377, de 2015; 190, de 2017; 21, de 2018; aos PRS n^{os} 21, de 2015; 31, de 2017; aos PLS n^{os} 1, de 2008; 356, de 2012; 769, de 2015; 392, de 2016; 104 e 511, de 2017; 75, 181 e 204, de 2018; e aos PLC n^{os} 37, de 2013; 30, de 2015; 148, de 2015; 79 e 147, de 2016; 93 e 121, de 2017; 33 e 88, de 2018, ficam prejudicados, devido ao término da legislatura, e serão enviados ao Arquivo.



Término de prazos



Encerrou-se em 18 de dezembro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei do Senado n^os 476 a 507, de 2018, de iniciativa da CPI dos Maus-tratos.

Aos Projetos de Lei do Senado n^os 477, 478, 482, 486, 488 e 497, de 2018, foram apresentadas emendas. Os Projetos vão às comissões competentes para apreciação das matérias e das emendas.





PLS 477/2018
00001

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

EMENDA Nº 1 - PLEN

(ao PLS nº 477, de 2018)

Na redação dada pelo art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2018, ao art. 70-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, substitua-se a expressão “pessoas capacitadas”, por “psicólogo e assistente social dentre outros profissionais capacitados”.



SF/18410.24055-13

JUSTIFICAÇÃO

A menção apenas a “pessoas capacitadas” é demasiado vaga, sendo importante prever expressamente ao menos as profissões de psicólogo e de assistente social, sem excluir outras que possam contribuir para identificar casos de maus-tratos.

Sala das Sessões,

Senadora MARTA SUPPLY





PLS 477/2018
00002

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

EMENDA Nº 2 – PLEN
(ao PLS nº 477, de 2018)

Dê-se, no art. 136 do Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2018, a seguinte redação ao proposto no inciso XII:

“Art.136.

.....
.....

“XII – promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento por profissionais técnicos qualificados, com formação compatível e experiência profissional a temática para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes, bem como os casos de violência autoprovocada por criança ou adolescente.”

..... (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2018, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-tratos, é oportuno e, em boa hora, dispõe sobre a notificação de violência autoprovocada por crianças ou adolescentes e, em seu art. 136, sobre as atribuições do Conselho Tutelar.

Somos favoráveis ao PLS nº 477, de 2018. Entretanto, faz-se necessária uma emenda que permita não deixar dúvidas, nas atribuições do Conselho Tutelar, em especial em seu inciso XII do art. 136, que as ações de divulgação e de treinamento devem ser orientadas por profissionais devidamente capacitados para não somente subsidiar a todos envolvidos na comunidade e em grupos de auxílio o reconhecimento e a ajuda a essas crianças.



SF/18212.66113-78





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora MARTA SUPLICY





PLS 478/2018
00001

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

EMENDA Nº 1 - PLEN

1. (ao PLS nº 478, de 2018)

Dê-se ao art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2018, a seguinte redação:

“**Art. 245.**

Pena - multa de seis a trinta salários mínimos, aplicada em dobro em caso de reincidência.” (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O aumento da multa prevista para o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche que deixe de comunicar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, mostrou-se providencial.

Essa medida contribuirá sobremaneira para desestimular a omissão daqueles que têm o dever legal de conferir a máxima proteção aos nossos jovens. Ademais, a supressão do “salário de referência” como parâmetro para a fixação da multa é medida necessária, pois desde a edição da Lei nº 7.789, de 4 de julho de 1989, o “salário de referência” foi extinto, passando a vigorar apenas o salário mínimo.

Entendemos, no entanto, que a previsão do valor da multa em reais não se mostrou adequada. Quando a multa é estipulada em moeda corrente é bastante provável que, com o passar do tempo, o valor inicial se torne irrisório. Assim, melhor utilizar uma fórmula que permita uma atualização constante.



SF/18790.15341-59



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

Nesse sentido, estamos apresentando a presente emenda, a fim de que o valor da multa seja previsto em salários mínimos.

Sala das Sessões,

Senadora MARTA SUPPLY





PLS 482/2018
00001

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

EMENDA Nº 1 - PLEN
(ao PLS nº 482, de 2018)

Dê-se a seguinte redação ao art. 24-A, a ser acrescentado à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 482, de 2018:

“**Art. 1º** A Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 24-A:

‘**Art. 24-A.** Os estabelecimentos de educação básica contarão, em seu quadro funcional, na forma do regulamento, com profissionais da área da psicologia, que se responsabilizarão pelo apoio e acompanhamento psicológico individual ou coletivo por profissional de psicologia habilitado ou por equipe multidisciplinar com a presença do profissional de psicologia a educandos, educadores e profissionais da educação básica no âmbito dos sistemas de ensino.’”

JUSTIFICAÇÃO

O PLS nº 482, de 2018, é bastante louvável, ao estabelecer a diretriz de que estudantes e profissionais da educação básica recebam acompanhamento e apoio psicológico.

Tal medida pode facilitar o enfrentamento das dificuldades relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem, bem como de outras circunstâncias específicas, ligadas ao cotidiano e às relações que se estabelecem no espaço escolar.

Entretanto, não basta oferecer tal atendimento apenas aos estudantes. É preciso estendê-lo também aos profissionais da educação, que vivenciam inúmeros desafios na docência, passíveis de desgastar e comprometer a saúde mental. Pensamos que, ampliando o alcance desse acompanhamento psicológico também para os profissionais da educação,



SF/18502.25690-49





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

será possível prevenir e diminuir o absenteísmo docente e os afastamentos decorrentes de dificuldades tais como a depressão, com evidentes reflexos na qualidade do ensino.

Além disso, importa considerar que, por motivos de ordem pedagógica, ocupacional e financeira, limitar a atuação dos profissionais da psicologia à presença no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica pode não ser a melhor opção, no contexto da proposição que visamos a aperfeiçoar.

Do ponto de vista pedagógico e ocupacional, a flexibilidade de lotação do profissional de psicologia no sistema de ensino (e não em cada estabelecimento de ensino) permite a contratação de profissional capaz de responder às demandas dominantes de atendimento. Assim, a depender da capacidade e da necessidade do sistema de ensino, fica em aberto a possibilidade de contratar psicólogos de diferentes especialidades ou áreas de atuação.

Ainda acerca do aproveitamento e da gestão de pessoas, é importante ressaltar que, ao adotar uma visão sistêmica acerca das dificuldades vivenciadas pelos profissionais da educação e pelos estudantes de toda uma rede de ensino (e não apenas o recorte isolado representado apenas por um estabelecimento), os habilitados em psicologia poderão atuar de forma mais consistente no campo da prevenção, inclusive em termos de articulação com equipes multidisciplinares, o que se configura como prática essencial, no contexto de atuação do psicólogo em ambientes escolares.

Em termos financeiros, a emenda que apresentamos objetiva também equacionar o desejável aporte dos conhecimentos e das práticas psicológicas à realidade vivenciada por estados e municípios, que são os entes mais frágeis da Federação e sobre os quais recai o ônus de eventual determinação de contratação de pessoal. Organizar e garantir atendimento psicológico para todo o sistema de ensino é certamente mais exequível, em função da capacidade orçamentária desses entes, do que prover psicólogos em cada estabelecimento de educação básica, independentemente das condições financeiras existentes ou das dimensões físicas e do volume de matrículas em cada uma dessas escolas.

Sala das Sessões,

Senadora MARTA SUPLICY



SF/18502.25690-49





PLS 486/2018
00001

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

EMENDA Nº 1 - PLEN

(ao PLS nº 486, de 2018)

Suprima-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2018, e na redação oferecida pelo art. 1º dessa proposição ao art. 258 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 2018, a expressão “em bailes *funk*”.



SF/18115.39516-58

JUSTIFICAÇÃO

A proposição veda a admissão de crianças e adolescentes em bailes *funk* e em eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas, ou eventos semelhantes. Especificar a proibição apenas no caso de bailes *funk* é discriminar contra esse estilo musical. Se o problema é o acesso de crianças e adolescentes a eventos com livre distribuição de bebidas alcoólicas, basta estabelecer a proibição em caráter geral e os bailes *funk* que se enquadrarem nessa condição serão atingidos, assim como quaisquer outros eventos, independente de estilo musical.

Sala das Sessões,

Senadora MARTA SUPLICY





PLS 488/2018
00001

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

EMENDA Nº 1 – PLEN
(ao PLS nº 488, de 2018)

Dê-se, no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2018, a seguinte redação ao proposto art. 140-A:

“Art. 140-A. São impedidas de exercer a função de membro do Conselho Tutelar, e de nele servir, as pessoas filiadas a partidos políticos.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 488, de 2018, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-tratos, é oportuno e em boa hora traz uma previsão em favor da não-ingerência política nos conselhos tutelares. Não há dúvidas de que os membros dos conselhos tutelares devem ter o princípio do melhor interesse da criança como único norte de sua atuação, sem preocupações outras de caráter político-partidário.

Assim, somos favoráveis ao PLS nº 488, de 2018. Entretanto, faz-se necessária uma brevíssima emenda que permita melhor apurar sua redação. Em substituição à ideia de “concorrer à função de membro”, propomos que se redija “exercer a função de membro”. Desta maneira, torna-se claro que a preocupação é com a vedação ao exercício em si, o que, por conclusão lógica, já proíbe a candidatura ou a eventual assunção da função por filiado a partido político. A redação original, que trata apenas da candidatura, não tem a mesma força de explicitar a vedação ao exercício propriamente dito da função de conselheiro tutelar.

Assim, parece-nos oportuno que, de forma a reforçar o grande mérito do projeto, vede-se, aos filiados a partidos políticos, o exercício em si do mandato de conselheiro tutelar, e não a mera candidatura à função.



SF/18889.71743-53





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora MARTA SUPLICY





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

EMENDA Nº 1 – PLEN

(ao PLS nº 497, de 2018)

Dê-se ao art. 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual infligidos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum, bem como o seu ingresso em programas de prevenção de violência contra crianças ou adolescentes e em programas de reeducação social.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 497, de 2018, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-tratos, é oportuno e meritório. Sua intenção é ampliar as medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis que incorram em maus-tratos, opressão ou abuso sexual de criança ou adolescente.

Assim, em acréscimo à redação já hoje existente no *caput* do art. 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a proposição prevê o ingresso daqueles pais ou responsáveis em programas de prevenção de violência contra crianças ou adolescentes. Nada mais salutar. Afinal, o mero afastamento do lar, tal como hoje é previsto, é medida desprovida do necessário efeito pedagógico de inculcar no agressor a ciência sobre a gravidade de seus atos e como evitá-los.

Acreditamos, porém, que a proposição da CPI pode se tornar ainda mais efetiva. Para tal, em acréscimo à previsão de inscrição em programas de prevenção de violência contra crianças ou adolescentes, parece-nos necessário prever também a mesma inscrição em programas de reeducação social. Dessa forma, os agressores poderão travar contato direto, sempre sob supervisão, com



SF/18423.47308-69

Página: 1/2 17/12/2018 11:49:35

27714e1cc106dc511d23c390d508d91ecc84be70

Recebido em 18/12/18
Hora: 11:32

Marta Suplicy
Matriçula: 302809 SLSF/SGM

Fl. nº 3

Ala Senador Dinarte Mariz – Gabinete 1 - Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6510 – marta.suplicy@senadora.gov.br





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

peças em situação de carência, como jovens em hospitais. Assim, terão a oportunidade de desenvolver o afeto e o respeito necessários à prejudicada relação com seus filhos ou pupilos, além de servir para despertar-lhes a consciência sobre seu papel na sociedade.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,


Senadora MARTA SUPPLY



SF/18423.47308-69

Página: 2/2 17/12/2018 11:49:35

02714e1cc106dc511d23c390d508d91ecc84be70



Encerrou-se em 19 de dezembro o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^os 35 e 283, de 2016; e 260, de 2017.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 241, DE 2018-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, do Senador Waldemir Moka, que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senadora Ângela Portela

14 de Dezembro de 2016



PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.*

RELATORA: Senadora **SIMONE TEBET**

RELATOR “AD HOC”: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 110, de 2016, de autoria do Senador Waldemir Moka, que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 5.452 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), de 1º de maio de 1943, para reduzir em dez por cento a jornada de trabalho de quem tenha filhos com deficiência sob sua guarda.

O PLS, em seu art. 1º, acrescenta o art. 396-A à CLT. Tal dispositivo, em seu *caput*, prevê que aquele sob cuja guarda esteja filho com



deficiência, e cuja deficiência o torne incapaz, terá redução de dez por cento em sua jornada de trabalho, preservada sua remuneração.

O § 1º define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que a incapacita para a vida independente e para o trabalho. Na sequência, o § 2º define o processo de requisição da redução da jornada, o qual está condicionado a laudo do Instituto Nacional do Seguro Social. Por sua vez, o § 3º informa que o benefício deve ser renovado a cada dois anos. E, por fim, o § 4º informa que a redução da jornada de trabalho será considerada como tempo de efetivo exercício para todos os fins legais.

Ao final do PLS, o art. 2º define que a futura lei entra em vigor na data de sua publicação.

O autor da proposição observa que ela pretende dar efetividade ao ditame constitucional que vê a dignidade da pessoa humana como fundamento da República brasileira.

A matéria foi distribuída à CDH, na qual coube a mim a relatoria. Na sequência, será distribuída à Comissão de Assuntos Sociais, à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, proteção à família e à infância e proteção e integração social das pessoas com deficiência. Mostra-se regimental, portanto, a apreciação da matéria por esta comissão.



Ademais, mostra-se constitucional a iniciativa da União em legislar sobre o conteúdo da proposição. Assim é porque, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal, tem a União competência privativa para legislar sobre direito do trabalho. E possui, ainda, nos termos constitucionais do inciso XIV do art. 24, competência concorrente para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposta é interessante. Contudo, algumas observações se fazem necessárias.

Inicialmente, note-se que a menção a “incapaz”, no *caput* do proposto art. 396-A, faz sentido se tomada como sinônimo de pessoa incapaz de manter o autocuidado, isto é, incapaz de cuidar de si mesma em seu cotidiano, com atividades como a higiene, a alimentação, o vestir-se. Há de se evitar possível confusão no uso do termo “incapaz” com o instituto da incapacidade civil, relativa ou absoluta, previsto no Código Civil, ou, ainda, com a condição de incapacidade laboral, relevante para fins previdenciários. Até porque, em seu § 1º, o proposto art. 396-A define a deficiência, mas não a incapacidade, condição necessária ao benefício que pretende criar. Ressalte-se, inclusive, que o Código Civil, hoje, só prevê a incapacidade civil absoluta dos menores de dezesseis anos, a despeito das críticas que tal fato, fruto de recentes modificações legislativas, possa sofrer.

Parece-nos importante, portanto, em substituição à ideia de “deficiência [que] o torne incapaz”, fazer menção à ideia de incapacidade no autocuidado. Tendo-se isso em mente, parece-nos, até, que a menção à deficiência se mostra desnecessária. Ademais, o uso do verbo “tornar” pode trazer a ideia de situação ainda a decorrer, o que, injustamente, permitiria a redução da jornada de genitor cujo filho teria apenas o potencial de tornar-se incapaz, potencial esse ainda não concretizado, se é que algum dia o seria. Essa disposição traria uma incerteza indesejável para o texto legal.

Na mesma esteira, sobre a avaliação da incapacidade, cabe verificar que a proposição deve se adequar à necessidade de uma avaliação biopsicossocial, tal como prescrito pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.



Chamamos atenção, inclusive, para a importância de o benefício estar sujeito à discricionariedade do beneficiário. Isto é, caberá ao genitor pleitear tal benefício. Acreditamos que, sim, a positivação de tal benefício tornará teoricamente mais difícil a empregabilidade dos genitores com filhos incapazes de autocuidado. Contudo, continuará sendo uma discricionariedade do genitor revelar tal condição por ora de sua contratação. E, para evitar o risco de demissão, entendemos adequada cláusula de resguardo aos que se encontram nessa situação.

Outrossim, entendemos vital que a proposição normatize o direito de pais que vivem sob o mesmo teto e daqueles que têm guarda compartilhada.

Por fim, registramos que, em que pese entendermos a intenção do autor da proposta, que procurou inserir o almejado dispositivo na parte da CLT que melhor se adequasse ao seu conteúdo, parece-nos, efetivamente, que inserir o artigo pretendido em seção que trata “da proteção à maternidade” mostra-se tentativa imprecisa. Não só o alcance da lei atingirá também os pais, como, ademais, o projeto insere-se mais no âmbito da proteção à prole, e não à mãe ou ao pai.

Se julgamos justo que a legislação trabalhista tenha o cuidado de, por exemplo, adequar-se à condição específica da mulher trabalhadora, considerando, entre outras coisas, a sua dupla jornada de trabalho, ainda mais se justifica esse cuidado no presente caso, onde ao genitor e cuidador (de qualquer sexo) é exigida, não uma dupla jornada de trabalho, mas uma dupla (às vezes tripla ou quádrupla) jornada de vida, em tantos turnos quanto caibam nas vinte e quatro horas do dia.

Antes de apresentar meu voto, não posso deixar de louvar a iniciativa do Senador Waldemir Moka, que demonstra, mais uma vez, como em toda a sua trajetória política, sua grande sensibilidade e seu compromisso com a defesa dos interesses e direitos dos indivíduos, das famílias e da cidadania como um todo, sabendo que esses – interesses e direitos – não são excludentes, mas complementares

pr2016-02686



III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O Capítulo I do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção XIII-A:

“SEÇÃO XIII-A

DO TRABALHADOR COM GUARDA DE PESSOA INCAPAZ DE MANTER CUIDADO PESSOAL PRÓPRIO

Art. 350-A. O trabalhador que possua, sob sua guarda, filho que, na forma de regulamento, seja incapaz de manter seu próprio cuidado pessoal terá redução de dez por cento em sua jornada de trabalho, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º A incapacidade para o cuidado pessoal próprio de que trata o *caput* não se aplica a criança para a qual tal incapacidade se justifique apenas em razão de desenvolvimento mental que seja compatível com o de sua idade.

§ 2º A redução de que trata o *caput* deverá ser deferida mediante requerimento escrito apresentado ao empregador, instruído com laudo de avaliação biopsicossocial, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 3º A redução de que trata o *caput* deverá ser renovada a cada dois anos, na forma do § 2º, ou extinta, no caso de não subsistirem as condições que a ensejaram.

§ 4º Para todos os fins legais, considerar-se-á a jornada de trabalho integral como tempo de efetivo exercício.

§ 5º O gozo ou a expectativa de gozo da redução de que trata o *caput* não constitui justo motivo para a rescisão de contrato de trabalho.

pr2016-02686



§ 6º A guarda de mais de um filho na condição de que trata o *caput* não constitui motivo para pleitear redução superior à prevista no *caput*.

§ 7º No caso de casal que viva em residência comum, a ambos é assegurado o direito à redução de que trata o *caput*.

§ 8º No caso de guarda compartilhada, a redução de que trata o *caput* é assegurada a ambos os genitores, na proporção do tempo de convívio com o filho.”

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2016.

Senadora Regina Sousa, Presidente

Senador Paulo Paim, Relator “ad hoc”

pr2016-02686





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 116ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 14 de dezembro de 2016 (quarta-feira), às 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Ângela Portela (PT)	3. Pastor Valadares (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PPS)
Telmário Mota (PDT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. Gleisi Hoffmann (PT)
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PSD)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 242, DE 2018-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2015, do Senador Romário, que Destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

11 de Novembro de 2015



JPARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 506, de 2015, do Senador Romário, que *destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.*

Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2015, do Senador Romário, tem por objetivo autorizar a Caixa Econômica Federal a destinar, mensalmente, um por cento da arrecadação de todas as suas loterias para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e para as Associações Pestalozzi, deduzindo o valor correspondente do prêmio bruto.

O autor justifica a iniciativa com fundamento na importância de destinar recursos da arrecadação das loterias para entidades que tradicionalmente prestam serviços importantes de caráter socioeducacional para pessoas com deficiência intelectual ou com necessidades educacionais especiais, citando as Apaes e as Associações Pestalozzi. Menciona que, apesar de haver obrigação legal de repasse de parte da arrecadação bruta em favor de aplicações de caráter social e de assistência médica, as Apaes só receberam, por exemplo, em 2013, R\$ 366 mil em repasses, o que é pouco



diante do relevante serviço que prestam em parceria com governos estaduais e municipais.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, na sequência, irá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última decidir em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à proteção e à integração social das pessoas com deficiência.

Ao propor a destinação de parte da arrecadação das loterias em favor de entidades que, reconhecidamente, são importantes e ativas na educação de pessoas com deficiência, o PLS nº 506, de 2015, favorece a inclusão social desse público. Por essa razão, a proposta é meritória.

É fato que as instituições destinatárias dos recursos são instituições históricas e tradicionais, de abrangência nacional, no atendimento sócio-educacional-pedagógico de pessoas com deficiência intelectual. Aliás, é unânime o reconhecimento do relevante trabalho de interesse público desenvolvido pelas Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e pelas Associações Pestalozzi.

Como bem colocou o Senador Romário na justificção da proposição, *“tanto as APAEs como as Pestalozzi atuam na formação do indivíduo globalmente, ou seja, mesmo aquele indivíduo que não consegue*



se alfabetizar para decifrar códigos, poderá receber a qualificação profissional e ser incluído no mercado do trabalho”.

Mais adiante, ao registrar o reconhecimento nacional e até mesmo internacional das instituições, destacou que “ *a falta de recursos para mantê-las em regular funcionamento tem sido uma constante que se agrava ano a ano. Em decorrência, os prejuízos são significativos para todos os que participam de suas rotinas, principalmente devido à falta de profissionais nas diferentes frentes de trabalho”.*

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2015.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2015.

Senador Paulo Paim, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

5

Reunião: 105ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 11 de novembro de 2015 (quarta-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 243, DE 2018-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO)

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2016, do Senador Dário Berger, que Dispõe sobre a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias de números, cuja renda líquida será destinada aos municípios em estado de calamidade pública.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Elmano Férrer

15 de Junho de 2016



PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2016, que *dispõe sobre a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias de números, cuja renda líquida será destinada aos municípios em estado de calamidade pública.*

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 56, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, trata da realização de concurso especial de loteria de números, pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de destinar recursos aos municípios em estado de calamidade pública.

Para tanto, determina que 58% (cinquenta e oito por cento) do total arrecadado nos concursos realizados para tal fim sejam destinados ao rateio entre os municípios em estado de calamidade pública, proporcionalmente à população atingida.

Estipula ainda prêmio bruto correspondente a 30% (trinta por cento) da arrecadação e remunerações de 5% (cinco por cento) e de 7% (sete por cento), do total arrecadado, respectivamente, à Caixa Econômica Federal e aos lotéricos.

Ademais, o projeto trata dos prazos para a realização dos concursos e das transferências dos respectivos recursos aos municípios em estado de calamidade, que os aplicarão, de forma exclusiva, no atendimento emergencial à população atingida.



De acordo com o autor da proposição, “os municípios brasileiros sempre enfrentaram enormes dificuldades na hora de receberem recursos federais em virtude de situações de calamidade pública, e os municípios menores sofrem ainda mais, pois, diante da burocracia, acabam por não terem acesso aos recursos diante da impossibilidade de cumprimento de inúmeras exigências legais. ”

“Nesse contexto, e a despeito de existirem previsões legais para que a União socorra e dê assistência às vítimas mesmo antes do reconhecimento federal do estado de calamidade pública, o fato é que o processo ainda é muito lento, os recursos são poucos, o que, em geral, não condiz com a real necessidade decorrente do estado de calamidade. ”

O projeto foi despachado a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e à Comissão de Assuntos Econômicos em regime de decisão terminativa.

Nesta Comissão, o projeto recebeu a Emenda nº 1, do Senador Dário Berger, autor do PLS nº 56, de 2016, redefinindo o percentual de remuneração dos lotéricos para 9% do total arrecadado e, conseqüentemente, reduzindo o relativo ao prêmio bruto a ser pago para 28% da arrecadação total do concurso.

II – ANÁLISE

A proposição trata da realização de concursos especiais de loterias de número com vistas ao levantamento de recursos financeiros a serem direcionados aos municípios em estado de calamidade pública.

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações. De acordo com o art. 22, inciso XX, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. A matéria objeto do PLS nº 56, de 2016, está, portanto, incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa.

Assim sendo, entendemos que não há óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposta.

Quanto ao mérito, a Lei nº 6.717, de 1979, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar, entre outros, concursos de prognósticos sobre o

II2016-01914



resultado de sorteios de números, tendo sido, nesse âmbito, criadas a Lotofácil, a Quina, a Lotomania, a Dupla Sena e a Mega-Sena.

O projeto em exame determina que a Caixa poderá usar qualquer uma dessas modalidades de prognósticos numéricos para a realização de concursos especiais, com vistas à obtenção de recursos voltados ao financiamento de ações emergenciais em municípios em estado de calamidade.

A propósito, o apoio financeiro do Executivo Federal aos municípios em estado de calamidade pública se dá de forma complementar e nos termos da Lei nº 12.340, de 2010, que “*dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências.*” (Redação dada pela Lei nº 12.983, de 2014).

Entretanto, como bem justificado pelo autor da proposição, esse apoio financeiro, muito embora obrigatório, encontra-se muitas vezes restringido em termos de valores, estando ainda submetido a amarras burocráticas nem sempre compatíveis com a urgência requerida e com o volume de recursos demandado, dada a natureza excepcional dessas situações.

Vale frisar que, nos termos da legislação vigente, compete ao Ministério da Integração Nacional, com base nas informações obtidas e na sua disponibilidade orçamentária e financeira, definir o montante de recursos a ser disponibilizado para a execução dessas ações.

Com efeito, a rapidez no enfrentamento dessas circunstâncias é fundamental e exige a pronta e imprescindível disponibilidade de recursos financeiros, para a execução de ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, entre outras ações necessárias, para o que, certamente, o PLS nº 56, de 2016, contribuirá.

Destaque-se que as ocorrências naturais que devastam cidades e comunidades inteiras têm sido recorrentes, levando famílias a perderem tudo que possuem e cidades a terem grande parte de sua infraestrutura urbana danificada e prejudicada, sem que, para tanto, disponha o município de recursos para iniciar a pronta assistência às pessoas atingidas e a recuperação dos danos causados.

II2016-01914



Relativamente à emenda apresentada, entendemos ser conveniente, pois, como bem afirmou o Senador Dário Berger, o percentual de 9% para a remuneração dos lotéricos nos concursos especiais previstos neste projeto a equipara às demais remunerações definidas para as outras loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, estimulando, assim, a arrecadação para essa nova categoria de loteria de números.

III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2016, e da Emenda nº 1, do Senador Dário Berger.

Sala da Comissão, em 15 de junho de 2016.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente.

Senador Elmano Férrer, Relator.

II2016-01914





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 10ª Reunião, Extraordinária, da CDR

Data: 15 de junho de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
José Pimentel (PT) <i>J. Pimentel</i>	1. Walter Pinheiro
Paulo Rocha (PT) <i>P. Rocha</i>	2. Regina Sousa (PT)
Humberto Costa (PT)	3. Fátima Bezerra (PT)
VAGO	4. VAGO
Gladson Cameli (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet (PMDB)	1. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	2. Hélio José (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB)	3. Garibaldi Alves Filho (PMDB) <i>Garibaldi</i>
João Alberto Souza (PMDB) <i>João</i>	4. Romero Jucá (PMDB)
VAGO	5. Dário Berger (PMDB)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Dalirio Beber (PSDB) <i>Dalirio</i>	2. VAGO
Ricardo Franco (DEM)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PSD)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Lúcia Vânia (PSB)
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR) <i>Wellington</i>	1. Eduardo Amorim (PSC)
Elmano Férrer (PTB) <i>Elmano</i>	2. Armando Monteiro (PTB)





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2018

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2014, do Senador Jayme Campos, que Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para proibir a inscrição de débito de valor inferior a dez por cento do salário mínimo em banco de dados ou cadastro de inadimplentes.

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

19 de Dezembro de 2018



2



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2014, do Senador Jayme Campos, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para proibir a inscrição de débito de valor inferior a dez por cento do salário mínimo em banco de dados ou cadastro de inadimplentes.*



SF/18591.60546-53

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO****I – RELATÓRIO**

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 296, de 2014, de iniciativa do Senador Jayme Campos, estruturado em dois artigos.

O art. 1º acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), com o propósito de coibir a inscrição em banco de dados ou cadastro de inadimplência daqueles consumidores cujo débito seja inferior a dez por cento do salário mínimo vigente à época da inscrição.

O art. 2º fixa que a lei decorrente de eventual aprovação da proposta passará a vigor a partir da data de sua publicação.

Ao justificar a proposta, o autor assinala que muitas pessoas são afetadas e prejudicadas graças à inscrição indevida de um valor ínfimo que, certamente, elas prefeririam pagar do que ter seus nomes registrados em arquivos de inadimplência.





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

II – ANÁLISE

Nos termos do disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CTFC pronunciar-se sobre o mérito de assuntos relativos à defesa do consumidor. Como, no Senado Federal, o projeto em referência será apreciado unicamente nesta Comissão, esta deve, também, deliberar a respeito da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Em relação à constitucionalidade formal, o projeto de lei versa sobre tema da competência legislativa da União e guarda harmonia com as disposições constitucionais referentes às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61).

Destaque-se, no entanto, que a proposição contraria o art. 7º, inciso IV, da Carta de 1988, que proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer finalidade. Assim sendo, o PLS nº 296, de 2014, encontra-se eivado de vício de inconstitucionalidade material.

Passemos à avaliação do mérito.

Como se sabe, os cadastros, bancos de dados e arquivos congêneres desempenham um papel importante na concessão de crédito ao consumidor. Em especial, é por seu intermédio que se conhece o nível de inadimplência com fornecedores, além de outras informações, o qual constitui razoável indício para a definição dos encargos financeiros e da própria concessão do crédito pretendido.

Ressalte-se que esses bancos de dados e cadastros de consumidores não visam à proteção do interesse individual de um determinado credor. Geralmente, o interesse do credor já está resguardado por garantias contratuais ou por penhora realizada na ação de execução. Dessa maneira, o objetivo do cadastramento é a proteção do crédito como um bem em si mesmo.



SF/18591.60546-53





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Não obstante o fato de serem irrisórios esses valores, quando devidos, eles devem ser pagos. Uma vez aprovada a coibição de cadastramento de montantes ínfimos em arquivos de inadimplência, essa medida poderia dar azo à ação de consumidores de má-fé que, nas compras a crédito, deixariam de pagar os valores inferiores a dez por cento do salário mínimo, sem a conseqüente negativação de seus nomes.

Recorde-se, também, que os percentuais de inadimplência servem de base para o cálculo da taxa de risco pelas instituições financeiras. Por seu turno, essa taxa de risco é inserida nos juros remuneratórios e assumida por todos os tomadores de crédito, inadimplentes ou não.

Assim, como se percebe, a determinação das taxas de juros cobradas no mercado é baseada na avaliação do risco de inadimplência. Portanto, como a proteção do crédito serve a toda a sociedade, ela deve ser resguardada. A proposta de proibição de cadastramento de dívidas de montantes ínfimos vai de encontro à preservação da proteção do crédito, motivo por que essa medida não nos parece ser meritória.

III – VOTO

Por essas razões, opinamos pela inconstitucionalidade material do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2014, e, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18591.60546-53





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença CTFC, 19/12/2018 às 11h - 23ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
ZÉ SANTANA	PRESENTE	1. SIMONE TEBET	
AIRTON SANDOVAL	PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. JOSÉ SERRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA		1. GLEISI HOFFMANN	
PAULO PAIM	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	
VAGO		3. JORGE VIANA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAS	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
DALIRIO BEBER	PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	1. ANA AMÉLIA	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	2. GLADSON CAMELI	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOÃO CAPIBERIBE		1. RANDOLFE RODRIGUES	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	1. EDUARDO LOPES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES
 JOSÉ PIMENTEL
 VALDIR RAUPP
 PAULO ROCHA



COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 296/2014.

TITULARES – MDB				SUPLENTEs – MDB			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ZÉ SANTANA (MDB)				1. SIMONE TEBET (MDB)			
AIRTON SANDOVAL (MDB)	X			2. GARIBALDI ALVES FILHO (MDB)			
DÁRIO BERGER (MDB)	X			3. ELMANO FÉRRER (PODE)			
ROMERO JUCÁ (MDB)	X			4. JOSÉ SERRA (PSDB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FÁTIMA BEZERRA (PT)				1. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)				2. HUMBERTO COSTA (PT)			
VAGO				3. JORGE VIANA (PT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				4. LINDBERGH FARIAS (PT)			
TITULARES – Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				1. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			2. FLEXA RIBEIRO (PSDB)			
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				3. RICARDO FERRAÇO (PSDB)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO (PSD)(RELATOR)				1. ANA AMÉLIA (PP)	X		
CIRO NOGUEIRA (PP)				2. GLADSON CAMELI (PP)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. RANDOLFE RODRIGUES (REDE)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)				2. CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X		
TITULARES – Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CIDINHO SANTOS (PR)				1. EDUARDO LOPES (PRB)			
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			2. PEDRO CHAVES (PRB)			

Quórum: 9

Votação: TOTAL_8_ SIM_8_ NÃO_0_ ABS_0_

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 19/12/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Presidente

DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 296/2014)**

NA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTFC, FOI REJEITADO EM DECISÃO TERMINATIVA O PROJETO.

19 de Dezembro de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2018

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que Altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para alterar os prazos de correção e exclusão de registros em cadastros de proteção.

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira

RELATOR: Senador Romero Jucá

19 de Dezembro de 2018



2



SENADO FEDERAL
Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do
Consumidor (CTFC)

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, *para alterar os prazos de correção e exclusão de registros em cadastros de proteção.*

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 17, de 2016, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, tem por fim reduzir de cinco para dois dias úteis o prazo de comunicação pelo arquivista da alteração dos dados do consumidor em banco de dados de proteção ao crédito aos eventuais destinatários das informações incorretas, bem como para determinar que incumbe ao credor requerer no prazo de dois dias úteis a exclusão de registro negativo do consumidor após o efetivo pagamento do débito.

O art. 1º altera o § 3º do art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), e acrescenta § 7º a esse artigo. O § 3º do art. 43 passa a prever que o consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de dois dias úteis, em vez do atual de cinco, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas. O § 7º estabelece que incumbe ao credor requerer, no prazo de dois dias úteis, a exclusão de registro negativo do consumidor em cadastro de inadimplentes a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

O art. 2º prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.



SF/18548-49971-31





SENADO FEDERAL
Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do
Consumidor (CTFC)

Na justificção, o autor do projeto defende que a proposição “visa suprir uma lacuna da legislaço consumerista para dispor expressamente acerca da obrigaço de o credor requerer a exclusão de registro de inadimplência desfavorável ao consumidor, em cadastro de órgão de proteço ao crédito, contados da data em que houver o pagamento efetivo da dívida”. Além disso, alega-se que “o próprio prazo do art. 43, § 3º, do CDC está atualmente defasado, visto que fora estabelecido há mais de um quartel de século, em uma realidade na qual a revolução digital ainda era embrionária”.

O projeto de lei foi distribuído a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior. Ademais, a proposta não contraria qualquer dispositivo do texto constitucional.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Acerca da técnica legislativa, os projetos observam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado nas proposições, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, com modificações.



SF/18548-49971-31





SENADO FEDERAL

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

O prazo de cinco dias úteis previsto no § 3º do art. 43 para que o arquivista possa comunicar ao consumidor a correção das informações incorretas não é mais necessário na realidade atual. A comunicação próxima da instantânea é uma realidade nas grandes cidades brasileiras e também nos rincões do extenso território nacional, onde não é mais precária a comunicação entre os diversos cadastradores de dados dos consumidores. Todavia, dada a enorme quantidade de dados e informações com que essas instituições devem lidar no dia a dia, cremos que o limite de dois dias úteis possa não ser suficiente para que desempenhem essa tarefa a contento, sem riscos de violar o prazo legal. Desse modo, opinamos favoravelmente pela redução do prazo assinalado. Entretanto, propomos uma emenda modificativa para alterar o prazo de dois dias úteis para três dias úteis.

Ao mesmo tempo, aproveitamos a alteração para promover uma melhoria redacional do mesmo dispositivo. O termo “eventuais destinatários”, nele contido, é demasiadamente amplo, uma vez que engloba tanto o consumidor vítima da incorreção quanto quaisquer dos sujeitos que consultaram o cadastro – do mesmo consumidor – constante nos bancos de dados. É um conceito que gera excessivo gasto de tempo e pouca efetividade para o resultado final, que seria a concessão de crédito. Para que a legislação de fato proteja o consumidor, sem gerar custos desnecessários aos demais atores participantes do sistema de crédito, deve garantir eficiência na comunicação aos reais interessados na correção da informação, quais sejam, o remetente da informação incorreta (fonte da informação) e o próprio consumidor. Em suma, a alteração proposta – melhor definição dos destinatários da comunicação – trará mais velocidade na condução da informação corrigida e, por consequência, mais efetividade na relação entre consumidor; gestoras de bancos de dados, e fonte da informação.

Além disso, o projeto de lei acerta ao determinar que compete ao credor e não ao cadastrador ou ao titular do banco de dados de proteção ao crédito a tarefa de requerer a exclusão da negativação do consumidor em cadastro de inadimplentes a partir do integral e efetivo pagamento do débito, haja vista que muitas vezes é o credor quem recebe diretamente do consumidor o pagamento dos débitos em atraso. Contudo, aqui também cabe a ressalva apontada acima. Muitos credores, sobretudo pequenos empresários, não possuem os meios necessários à tempestiva comunicação do pagamento do débito. Tendo em vista essas dificuldades, propomos que o prazo de dois dias úteis proposto no projeto inicial, seja alterado para três dias úteis.



SF/18548-49971-31





SENADO FEDERAL

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

5
4

Não obstante, a proposta merece ser aperfeiçoada no sentido de aumentar-lhe o alcance. Por conseguinte, apresentamos duas emendas aditivas em conclusão a esse parecer.

Em linha com as demais inovações trazidas pelo projeto, é necessário que seja fixado no CDC a obrigação de o arquivista da informação demonstrar materialmente, quando solicitado, o efetivo envio ao consumidor da comunicação escrita da inclusão dos seus dados em quaisquer cadastros ou bancos de dados, especialmente naqueles onde são armazenadas informações negativas sobre a sua atividade econômica, tal como nos arquivos eletrônicos titularizados por entidades de proteção ao crédito ou por suas congêneres. Para tanto, poderá utilizar-se de qualquer meio idôneo que demonstre a efetiva comunicação do registro ao consumidor.

Sob a perspectiva do sistema de responsabilização constante no parágrafo único do art. 7º do CDC, tal elaboração legal estabelecerá um incentivo recíproco, tanto aos credores quanto às entidades de proteção ao crédito, para que se fiscalizem mutuamente, tanto com o escopo de dar o trato correto e preciso às informações sensíveis ao consumidor, quanto à obrigação de sua comunicação acerca da inclusão de seu nome em algum cadastro “negativo”. Com isso, elimina-se qualquer discussão sobre a distribuição de responsabilidade pelo eventual dano causado devido à inclusão injustificada ou à ausência da comunicação escrita do fato ao consumidor.

Vale destacar que a alteração do § 2º do art. 43 promovida pela emenda aditiva apresentada em conclusão a esse parecer demonstra-se consentânea à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que, ao analisar o âmbito de aplicação do referido dispositivo e os instrumentos aptos a comprovarem a comunicação do registro, editou a súmula nº 404 nos seguintes termos: “é dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros”.

Por fim, propomos o acréscimo de novo parágrafo (§ 8º) ao art. 43 do CDC com o objetivo de disciplinar, ainda que de forma sucinta, um dos principais problemas que aflige o consumidor brasileiro: o superendividamento. Dessa forma, é estabelecida a obrigação de os titulares de bancos de dados de proteção ao crédito disponibilizarem, em seus sítios de internet, manuais ou cartilhas de orientação financeira e prevenção ao endividamento excessivo do consumidor, devendo manter *link* de acesso a



SF/18548-49971-31



6



SENADO FEDERAL

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

5

esses conteúdos em sua página principal. Com tal medida, espera-se aprimorar o acesso à informação dos consumidores sobre o adequado planejamento de sua vida financeira, dando maior efetividade ao princípio contido no inciso IV do art. 4º do Código consumerista.

III – VOTO

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, e das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CTFC (MODIFICATIVA)

Altere-se o § 3º do art. 43 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, contido no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, pela seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 43.

.....

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de três dias úteis, comunicar, ao remetente das informações incorretas e ao consumidor, a alteração das informações incorretas.

.....(NR)’

.....”

EMENDA Nº 2 – CTFC (MODIFICATIVA)

Altere-se o § 7º do art. 43 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, contido no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, pela seguinte redação:

“Art. 1º



SF/18548-49971-31





SENADO FEDERAL
Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

‘Art. 43.

§ 7º Incumbe ao credor requerer, no prazo de três dias úteis, a exclusão de registro negativo do consumidor em cadastro de inadimplentes a partir do integral e efetivo pagamento do débito”.

.....(NR)’

.....”



SF/18548-49971-31

EMENDA Nº 3 – CTFC (ADITIVA)

Acrescente-se, ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, a seguinte alteração de redação do § 2º do art. 43 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990:

“Art. 1º

‘Art. 43.

§ 2º Quando não solicitada pelo consumidor, a abertura de cadastro, ficha, ou registro de dados pessoais e de consumo deverá ser-lhe comunicada por escrito, servindo qualquer comprovante do envio da informação como prova da comunicação.

.....(NR)’

.....”

EMENDA Nº 4 – CTFC (ADITIVA)

Acrescente-se, ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2016, o seguinte acréscimo do § 8º ao art. 43 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990:

“Art. 1º



8



SENADO FEDERAL

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

7

‘Art. 43.

.....

§ 8º Ficam os titulares dos bancos de dados de proteção ao crédito e seus congêneres obrigados a disponibilizar, em seus sítios de internet, manuais ou cartilhas de orientação financeira e prevenção ao endividamento excessivo do consumidor, mantendo “link” de acesso a esses conteúdos em sua página principal. (NR)’

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18548-49971-31





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 19/12/2018 às 11h - 23ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
ZÉ SANTANA	PRESENTE	1. SIMONE TEBET	
AIRTON SANDOVAL	PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. JOSÉ SERRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA		1. GLEISI HOFFMANN	
PAULO PAIM	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	
VAGO		3. JORGE VIANA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAS	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
DALIRIO BEBER	PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	1. ANA AMÉLIA	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	2. GLADSON CAMELI	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOÃO CAPIBERIBE		1. RANDOLFE RODRIGUES	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	1. EDUARDO LOPES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES
 JOSÉ PIMENTEL
 VALDIR RAUPP
 PAULO ROCHA



COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 17/2016, nos termos do relatório.

TITULARES – MDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – MDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ZÉ SANTANA (MDB)				1. SIMONE TEBET (MDB)			
AIRTON SANDOVAL (MDB)	X			2. GARIBALDI ALVES FILHO (MDB)			
DÁRIO BERGER (MDB)	X			3. ELMANO FÉRRER (PODE)			
ROMERO JUCÁ (MDB)(RELATOR)	X			4. JOSÉ SERRA (PSDB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FÁTIMA BEZERRA (PT)				1. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)				2. HUMBERTO COSTA (PT)			
VAGO				3. JORGE VIANA (PT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				4. LINDBERGH FARIAS (PT)			
TITULARES – Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				1. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			2. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X		
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				3. RICARDO FERRAÇO (PSDB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				1. ANA AMÉLIA (PP)	X		
CIRO NOGUEIRA (PP)	X			2. GLADSON CAMELI (PP)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. RANDOLFE RODRIGUES (REDE)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)				2. CRISTOVAM BUARQUE (PPS)			
TITULARES – Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CIDINHO SANTOS (PR)				1. EDUARDO LOPES (PRB)			
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			2. PEDRO CHAVES (PRB)			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 19/12/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Presidente



10

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2016,
APROVADO PELA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA,
GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO
CONSUMIDOR NA REUNIÃO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2018**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2016

Altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para alterar os prazos de correção e exclusão de registros em cadastros de proteção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43.

.....
§ 2º Quando não solicitada pelo consumidor, a abertura de cadastro, ficha, ou registro de dados pessoais e de consumo deverá ser-lhe comunicada por escrito, servindo qualquer comprovante do envio da informação como prova da comunicação. (NR)

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de três dias úteis, comunicar, ao remetente das informações incorretas e ao consumidor, a alteração das informações incorretas. (NR)

.....
§ 7º Incumbe ao credor requerer, no prazo de três dias úteis, a exclusão de registro negativo do consumidor em cadastro de inadimplentes a partir do integral e efetivo pagamento do débito” (NR)

§ 8º Ficam os titulares dos bancos de dados de proteção ao crédito e seus congêneres obrigados a disponibilizar, em seus sítios de internet, manuais ou cartilhas de orientação financeira e prevenção ao endividamento excessivo do consumidor, mantendo “link” de acesso a esses conteúdos em sua página principal. (NR)’



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e
Controle e Defesa do Consumidor



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 17/2016)

NA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTFC, FOI APROVADO EM DECISÃO TERMINATIVA O PROJETO COM AS EMENDAS Nº'S 1, 2, 3 E 4/CTFC.

19 de Dezembro de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 29, DE 2018

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Aviso nº 34, de 2017, que Encaminha cópia do Acórdão nº 2199/2017 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 005.124/2017-4; que trata de Auditoria nas contratações vinculadas ao programa de trabalho que trata da manutenção e operação do sistema de geração de energia termonuclear de Angra I e II, no estado do Rio de Janeiro; relatado pela Ministra ANA ARRAES na Sessão Ordinária de 04/10/2017, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira
RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho
RELATOR ADHOC: Senadora Ana Amélia

20 de Dezembro de 2018





PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre Aviso n.º 34, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão n.º 2.199/2017, proferido pelo Plenário daquela Corte de Contas nos autos do processo n.º TC 005.124/2017-4, que versa sobre Auditoria nas contratações vinculadas ao programa de trabalho que trata da manutenção e operação do sistema de geração de energia termonuclear de Angra I e II, no estado do Rio de Janeiro, relatado pela Ministra ANA ARRAES na Sessão Ordinária de 04/10/2017, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Relator: Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob análise da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal, o Aviso n.º 34, de 2017, atinente ao Acórdão n.º 2.199, de 2017, do Tribunal de Contas da União (TCU).

O citado Acórdão foi encaminhado ao Senado Federal pelo Presidente do TCU por meio do “Aviso n.º 881-Seses-TCU- Plenário”, de 5 de



outubro de 2017, um dia após a data em que ocorreu a Sessão Ordinária na qual foi proferido pelo plenário daquela Corte de Contas.

O Acórdão n.º 2.199, de 2017, diz respeito à auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica - SeinfraElétrica, no âmbito do Fiscobras/2017, nas contratações vinculadas ao programa de trabalho que trata da manutenção e operação do sistema de geração de energia termonuclear de Angra I e II, no estado do Rio de Janeiro.

O Acórdão n.º 2.199, de 2017, é subscrito pelo Presidente do TCU, pela Relatora da matéria e pela Procuradora-Geral junto àquela Corte de Contas, respectivamente, Ministros Raimundo Carreiro, Ana Arraes, e Representante do Ministério Público junto ao TCU, Cristina Machado da Costa e Silva.

O Aviso n.º 34, de 2017, foi distribuído unicamente à CTFC.

II - ANÁLISE

A análise de Avisos encaminhados à apreciação desta Casa enquadra-se nas competências de controle do Congresso Nacional sobre as entidades integrantes da administração pública, de que trata o art. 70 da Constituição Federal de 1988, exercidas com o auxílio do Tribunal de Contas da União, consoante o art. 71 da Carta Magna.

Adicionalmente, compete a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim, avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo; nos termos do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No caso em tela, a auditoria fez parte do Fiscobras 2017, programa de fiscalizações realizadas na área de obras públicas e dá continuidade ao controle que vem sendo exercido pelo TCU no Programa de Trabalho 25.752.0296.4477.0033, que trata da manutenção e operação do sistema de



geração de energia termonuclear de Angra 1 e 2, no Estado do Rio de Janeiro¹, e foi levada a termo no período compreendido entre 15/03/2017 a 17/05/2017.

O referido programa de trabalho compreende investimentos de natureza continuada e tem por finalidade:

a) a preservação da capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica;

b) o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos;

c) o aumento da capacidade de produção;

d) a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação; e

e) o desenvolvimento de atividades de caráter socioambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.

Integraram o escopo da fiscalização a análise dos oito contratos de maior materialidade, tanto em reais como em moeda estrangeira, e dois processos licitatórios em curso à época da fiscalização. A soma dos valores dos contratos analisados foi de R\$ 189.495.336,25. Importa frisar que a energia gerada pelo complexo de geração de energia termonuclear instalado em Angra representava, em 2017, cerca de 1,3% da matriz elétrica brasileira, correspondente a uma geração anual entre de 14 e 15 MWh, o suficiente para suprir cerca de 30% do consumo de todo o Estado do Rio de Janeiro.

A fiscalização fez constar de seu relatório dois “Achados de Auditoria”, a seguir apresentados.

¹ O programa de trabalho já foi fiscalizado no passado mediante os TCs 009.182/2012-8 (Acórdão 2.827/2014-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira), 007.285/2011-6 (Acórdão 220/2013-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes) e 008.967/2007-2 (Acórdão 3.319/2014-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa).



1 . Adiantamento de pagamento sem a apresentação das garantias contratuais.

Constatou-se que, devido aos critérios de medição dos eventos de pagamento previstos no âmbito dos Contratos 4500188119 (fornecimento de quatro transformadores monofásicos, além de peças sobressalentes) e 4500171112 (fornecimento de peças sobressalentes para a Usina Angra 1), celebrados com as empresas ABB Ltda. e Westinghouse Electric Company LLC, respectivos valores de R\$ 32.950.751,67 (data base: out/2015) e USD 10.257.200,00 (data base: abr/2014), encontram-se previstos adiantamentos de pagamentos no valor de R\$ 17.528.500,00 – que corresponde a 55% do valor dos quatro transformadores adquiridos mediante o primeiro contrato – somado ao valor de USD 8.205.760,00 – que corresponde a 80% do valor do segundo contrato – sem a entrega física dos bens listados nos respectivos contratos, e sem as indispensáveis cautelas ou garantias previstas no art. 38 do Decreto 93.872/1986².

A fiscalização entendeu que os pagamentos realizados pela Eletronuclear, no âmbito dos Contratos 4500188119 e 4500171112, embora regulares e previstos, caracterizaram adiantamento de pagamento para fabricação e fornecimento de equipamentos sem a existência de garantias mínimas face ao risco da não entrega do objeto contratado.

Segue a equipe de auditoria argumentando que contratos de fornecimento de equipamentos com custos financeiros elevados, customizados e com um prazo dilatado de maturação em termos de projeto e desenvolvimento, levam tanto a contratada quanto a contratante à adoção de critérios de medição sujeitos a eventuais adiantamentos – prática essa que é, de certa forma, comum e adotada pelo mercado. Entretanto, é necessário, devido aos riscos envolvidos, que tal prática deva vir acompanhada de mecanismos robustos de garantias, sendo, para o caso da administração pública, obrigatória de acordo com o Decreto 93.872/1986, já citado.

² Art . 38. Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta.



A jurisprudência do TCU é pacífica em admitir a antecipação de pagamentos em situações excepcionais, desde que devidamente justificadas pela Administração, e condicionada à apresentação das indispensáveis cautelas e garantias contra possíveis inadimplementos na entrega. Pelo exposto, no entendimento da equipe fiscalizadora do TCU, restaram incontroversos os riscos assumidos pela Eletronuclear ao proceder adiantamentos de pagamentos desacompanhados das necessárias garantias específicas e suficientes.

No entanto, a mesma equipe entendeu que, além de não terem sido constatados, até aquele momento, prejuízos à Eletronuclear e/ou ao erário em decorrência da ausência das garantias adicionais, impende destacar que suas exigências terminariam por ensejar uma possível repactuação em ambos os contratos, majorando-os. Ademais, não se pode perder de vista as dificuldades financeiras que vem enfrentando tanto a holding Eletrobrás quanto suas subsidiárias, inclusive a Eletronuclear. Diante desses atenuantes do caso concreto, deixou-se de propor repactuação contratual para a previsão de garantias, pelo menos naquele momento.

Em consequência deste Achado de Auditoria específico, os Ministros do TCU acordaram em:

a) determinar à Eletrobras Termonuclear S.A., com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, que providencie, bimestralmente, a partir da ciência deste acórdão, o encaminhamento ao Tribunal da ficha de informações preenchida segundo o modelo constante do final do achado III.1 do Relatório de Auditoria, até a conclusão do contrato, com vistas a permitir o acompanhamento da execução física e financeira do empreendimento;

b) cientificar a Eletrobras Termonuclear S.A. acerca do risco assumido pela empresa em decorrência da não exigência de garantias contratuais adicionais para fazer face aos adiantamentos de pagamentos previstos tanto nas cláusulas quarta e décima primeira do Contrato 4500188119, celebrado com a empresa ABB Ltda., quanto na cláusula terceira e anexo I do Contrato 4500171112, celebrado com a empresa Westinghouse Electric Company LLC, o que afronta o art. 38 do Decreto 93.872/1986 e poderá ensejar responsabilização dos seus



gestores ante eventuais danos decorrentes da inadimplência das contratadas, além de aplicação de multa.

2. Planejamento deficiente na escolha da solução técnica para o armazenamento de CNU a partir do esgotamento da capacidade das PCUs das Usinas de Angra 1 e 2

Constatou-se o risco de que os produtos adquiridos no âmbito da execução do Contrato 4500170604, celebrado com a empresa AF Consult Switzerland Ltd. (AFC), em 9/4/2014, tornem-se inservíveis, uma vez que aquela estatal tenciona rescindi-lo, ante a alteração da estratégia inicialmente adotada para o armazenamento de combustível nuclear usado (CNU) provenientes das piscinas de Angra 1 e Angra 2.

Inicialmente, impende esclarecer que o objeto do mencionado contrato, firmado no valor de CHF 6.090.185,00 (equivalente a R\$ 15.103.660,29 – data base: nov/2013), é a execução de serviços especializados de assessoria técnica para a implantação da Unidade de Armazenamento Complementar de Combustíveis Irrradiados (UFC), na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), envolvendo:

- a) elaboração do projeto básico da Unidade UFC e preparação da documentação de licitação para a contratação dos serviços de detalhamento de projeto, construção civil, suprimento eletromecânico, montagem eletromecânica e comissionamento da Unidade UFC;
- b) elaboração das adequações necessárias durante o desenvolvimento dos trabalhos especificados no item anterior, e a avaliação das propostas e respostas aos questionamentos durante o processo licitatório para contratação dos serviços de detalhamento de projeto, construção civil, suprimento eletromecânico, montagem eletromecânica e comissionamento da Unidade UFC; e
- c) execução do acompanhamento durante a implantação e o comissionamento da Unidade UFC.

A celebração do contrato em análise surgiu como primeiro passo para a solução da continuidade do armazenamento do CNU, uma vez que o



esgotamento da capacidade das Piscinas de Combustível Usado (PCU) das Usinas de Angra 1 e 2, era inicialmente previsto para 2020 e 2018, respectivamente, porém redefinido para 5/12/2021 e 21/7/2021.

Posteriormente à celebração do contrato em tela, a Eletronuclear, mediante a Resolução da Diretoria Executiva 1236.005/15, de 9/6/2015, reviu a estratégia anteriormente adotada (utilização de Unidade de Armazenamento Complementar de Combustíveis Irrradiados –UFC), passando a adotar, a partir de então, a alternativa técnica do ‘armazenamento a seco’ como solução inicial, e ainda determinou a suspensão temporária da execução do empreendimento UFC, dando prosseguimento apenas, no que diz respeito ao Contrato 4500170604, aos serviços referentes à conclusão do projeto básico com a empresa AFC.

Aliado a esse fato, no curso da fiscalização foi constatada a existência de tratativas entre a Eletronuclear e a AFC no sentido de rescindir-se o contrato, em que pese já ter sido executado no seu âmbito, até aquele momento, recursos da ordem de CHF 4.673.219,37 (francos suíços), o que equivale aproximadamente a R\$ 12 milhões. Nesse sentido, observou-se a existência de risco potencial de que o projeto básico elaborado no âmbito da execução do Contrato 4500170604, torne-se inservível para aquela estatal, situação que transformará os R\$ 12 milhões já desembolsados em prejuízo.

Em consequência deste segundo Achado de Auditoria específico, os Ministros do TCU acordaram em:

a) encaminhar cópia da deliberação à SecexEstataisRJ, para que avalie, no âmbito do acompanhamento determinado pelo subitem 9.7 do acórdão 2.934/2016 - Plenário, em que medida: (i) o projeto básico elaborado no âmbito da execução do Contrato 4500170604 tornou-se inservível àquela estatal e, conseqüentemente, os R\$ 12 milhões desembolsados em sua execução se transformaram em prejuízo; (ii) a decisão pela solução UAS poderia ter sido tomada tempestivamente, por meio de análises de cenário e planejamento mais robustos e consistentes, de modo a evitar a celebração do referido contrato pela Eletronuclear com a empresa AFC em 9/4/2014;

b) autorizar à SecexEstataisRJ, à SeinfraOperações e à SeinfraElétrica que efetuem diligências para aprofundar o exame do Contrato GAC.T/CT-4500170604, para elaboração do projeto de implantação da Unidade de Armazenamento Complementar de Combustíveis Irrradiados, firmado com a empresa AF-Consult Switzerland Ltd. em 9/4/2014;



c) encaminhar cópia das deliberações à Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., à Eletrobras Termonuclear S.A., ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica, ao Senado Federal – particularmente à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) – e à Câmara dos Deputados – em especial à Comissão de Minas e Energia (CME) e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS);

É importante ressaltar que, em nossa opinião, o TCU agiu corretamente no encaminhamento da questão, ao determinar à SecexEstataisRJ, que avalie, no âmbito do acompanhamento determinado pelo subitem 9.7 do acórdão 2.934/2016 - Plenário, se os R\$ 12 milhões desembolsados em sua execução se transformaram em prejuízo e se a decisão pela solução UAS poderia ter sido tomada tempestivamente, por meio de análises de cenário e planejamento mais robustos e consistentes, de modo a evitar a celebração do referido contrato pela Eletronuclear com a empresa AFC em 9/4/2014.

De outra sorte, a preocupação que incide sobre a matéria é bem maior que o simples prejuízo econômico potencial: trata-se da segurança nuclear. Afinal, a Eletronuclear mantinha uma estratégia de descarte de combustível nuclear usado em pleno andamento, chegando a iniciar as providências de ampliação do parque original de piscinas; no meio dessa trajetória, muda a estratégia em favor da adoção de uma tecnologia inteiramente diferente, de forma tão abrupta que ameaça comprometer a utilidade de todos os estudos de engenharia então em avançado andamento. A perspectiva desta Comissão é sempre a de ampliar a transparência em temas críticos da governança pública. Neste sentido, é preciso trazer à luz mais detalhes das razões e consequências desta mudança, debatendo-os tanto com a própria empresa quanto com o regulador de segurança nuclear, a Comissão Nacional de Energia Nuclear. É neste sentido que propomos a continuidade das diligências da nossa Comissão, para explorar e trazer ao debate público uma escolha de política pública em assunto tão delicado e cheio de riscos como o descarte do combustível nuclear.



III - VOTO

Tendo em vista a participação estratégica da energia nuclear na matriz energética brasileira, bem como a existência de risco de possíveis prejuízos relatados nos Achados de Auditoria descritos em nossa Análise, bem como especialmente pelas potenciais consequências ambientais das opções adotadas pela Eletronuclear, opinamos para que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso n.º 32, de 2017, do TCU, atinente ao Acórdão n.º 1.976, de 2017;

b) solicite as informações por escrito, nos termos do art. 102-A, I, c, do Regimento Interno do Senado Federal:

b.1 – à Eletrobras Termonuclear S.A., acerca das razões para a mudança da estratégia de tratamento dos combustíveis usados que deu origem à paralisação ou suspensão parcial do Contrato 4500170604, bem como dos efeitos econômicos dessa ocorrência contratual e providências para reduzir potenciais prejuízos;

b.2 – à Comissão Nacional de Energia Nuclear, acerca de sua avaliação como regulador da segurança e viabilidade técnica da mudança da estratégia de tratamento dos combustíveis usados por parte da Eletrobras Termonuclear S.A., revelada no âmbito do Acórdão TCU n.º 1.976, de 2017 - Plenário;

c) realize audiência pública acerca do planejamento estratégico da Eletrobras Termonuclear S.A, da segurança e viabilidade técnica da mudança da estratégia de tratamento dos combustíveis usados revelada no âmbito do Acórdão TCU n.º 1.976, de 2017 – Plenário, bem como dois Achados de Auditoria constantes do mencionado Acórdão, com a participação das seguintes autoridades ou seus representantes:

c.1 - Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear S.A.;

c.2 – Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear;

c.3 – Presidente do Tribunal de Contas da União.



d) após o recebimento das informações e a realização da audiência, retorne o processado ao relator para avaliação da necessidade de providências legislativas ou fiscalizadoras adicionais.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





12

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 19/12/2018 às 11h - 23ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
ZÉ SANTANA	PRESENTE	1. SIMONE TEBET	
AIRTON SANDOVAL	PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. JOSÉ SERRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA		1. GLEISI HOFFMANN	
PAULO PAIM	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	
VAGO		3. JORGE VIANA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAS	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
DALIRIO BEBER	PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	1. ANA AMÉLIA	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	2. GLADSON CAMELI	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOÃO CAPIBERIBE		1. RANDOLFE RODRIGUES	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	1. EDUARDO LOPES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES
 JOSÉ PIMENTEL
 VALDIR RAUPP
 PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO

(AVS 34/2017)

NA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTFC, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER PARA QUE A COMISSÃO ADOTE AS PROVIDÊNCIAS ELENCADAS.

20 de Dezembro de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



RETIFICAÇÃO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 159, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

À pagina 9 do sumário, onde se lê:

6. DOCUMENTO DIVERSO

- Decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Leia-se:

6. DOCUMENTOS DIVERSOS

- Decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
- Decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (PCE nº 8/2018)

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso à decisão do Presidente de Ética e Decoro Parlamentar referente à PCE nº 8/2018.



Na página 1000, onde se lê:

DOCUMENTO DIVERSO

Leia-se:

DOCUMENTOS DIVERSOS:



Após a página 1001, inclua-se a seguinte decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro do Senado Federal:



DECISÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO DO SENADO FEDERAL

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

- I. CONSIDERANDO a decisão do Presidente do Senado Federal que remeteu à apreciação deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Ofício nº 1739/2018, por meio do qual o Ministro Alexandre de Moraes comunica ao Senado Federal a prolação de acórdão condenatório proferido pela 1ª Turma do STF em desfavor do Senador da República ACIR GURGACZ, nos autos da Ação Penal nº 935, para fins do Art. 55, VI, § 2º da Constituição Federal;
- II. CONSIDERANDO o disposto no art. 11, inciso III e o art. 22 da Resolução nº 20, de 1993, que atribui a este Conselho atuar pela preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado Federal;
- III. CONSIDERANDO que os atos objetos de condenação são anteriores ao exercício do mandato parlamentar (art. 14, § 1º, inciso III, da Resolução nº 20, de 1993) e que não houve violação aos deveres fundamentais do Senador ou às vedações constitucionais, situação reveladora de que não houve quebra de decoro parlamentar;
- IV. CONSIDERANDO que a pena privativa de liberdade fixada está sendo cumprida em regime semi-aberto;
- V. CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal se manifestou no sentido da compatibilidade do trabalho externo, neste Senado da República, como no caso dos autos;
- VI. CONSIDERANDO ausência de representação de legitimado, nos termos do art. 32, § 3º, do RISTF e Art. 55, VI, § 2º da Constituição Federal,

DECIDE: *

Pelo arquivamento dos autos, com fundamento no art. 14, § 1º da Resolução nº 20 de 1993.

Brasília, 19 de dezembro de 2018.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



Publique-se
JBF

Processo nº 00200.016283/2018

DECISÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Trata-se do Ofício nº 1739/2018, por meio do qual o Ministro Alexandre de Moraes comunica ao Senado Federal a prolação de acórdão condenatório proferido pela 1ª Turma do STF em desfavor de Sua Excelência o Senador Acir Gurgacz, nos autos da Ação Penal nº 935, para fins do art. 55, VI, § 2º da Constituição Federal.

A Advocacia do Senado, por meio do Despacho nº 555/2018, esclareceu as medidas judiciais adotadas para a observância das prerrogativas parlamentares até o trânsito em julgado do decreto condenatório.

Em razão do trânsito em julgado do acórdão condenatório, determino a remessa do processo à Secretaria-Geral da Mesa (SGM) para a adoção das providências administrativas necessárias para levar ao conhecimento do Plenário o ofício recebido pela Presidência, para os fins de que trata o art. 55, § 2º, da Constituição Federal de 1988, remetendo-se, ainda, cópia de seu inteiro teor aos membros da Mesa.

Após, remetam-se os autos ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos da Resolução nº 20, de 1993.

Brasília, 13 de dezembro de 2018.


Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Memo nº /2018 – SGM

Brasília, 14 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Assunto: **Encaminha decisão do Presidente do Senado Federal.**

Ref.: Processo SIGAD nº 00200.016283/2018-92

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência a Decisão do Presidente do Senado Federal proferida nos autos do processo identificado em epígrafe, que determinou a remessa deste ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para que seja feita a pertinente análise no prazo de 5 dias.

Na oportunidade, renovo meus protestos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa



Publicada a decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar referente à PCE nº 8, de 2018, abre-se o prazo recursal de dois dias úteis previsto no art. 14, § 2º, da Resolução nº 20, de 1993.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
-S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Maioria-MDB - Zé Santana* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-PSL - Guaracy Silveira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 20 MDB-19 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zé Santana.	MDB / PI
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17 PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 12 PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1 PODE-5 / PV

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 10 PT-8 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10 PP-5 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

PSL - 1

Guaracy Silveira.	TO
---------------------------	----

Bloco da Maioria.	20
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PSL.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Guaracy Silveira** (-PSL-TO)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Walter Pinheiro* (-S/Partido-BA)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Zé Santana* (Maioria-MDB-PI)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 20</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (141,162)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 19 Simone Tebet (141,162)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (142)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,110,158,159)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líder Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (106,169)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 10</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 8 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 12</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Graziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,145,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,146,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Graziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,137)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (136,152)</p> <p>Líder do PV - 0</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (119,170)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,130,144) Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,128,148) Wilder Morais (39,122,133,147)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
142. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).
168. Em 25.07.2018, a Senadora Ana Amélia foi designada líder do PP (Of. 046/2018-GLDPP).
169. Em 14.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 74/2018-GLDPP).
170. Em 28.11.2018, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 601/2018-PR).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTE
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ⁽⁷⁾	1.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).
- Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)

Designação: 22/06/2016
Leitura: 13/07/2016
Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** . Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

TITULARES	SUPLENTE
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

**. Em 08.08.2018, foi lido o Requerimento nº 431, de 2018, que prorroga o prazo da CPI por 150 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS PLANOS DE SAÚDE

Finalidade: Investigar os elevados reajustes dos preços dos planos de saúde em valores muito superiores aos índices oficiais de inflação.

Requerimento nº 415, de 2018

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 11/07/2018

Leitura: 11/07/2018



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(5,36,45,47)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6. Senador Dário Berger ⁽³⁵⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (PSL-TO) ^(1,28,33,43)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. VAGO ^(1,51)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14,33,41,42)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,21,22,27,50)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(2,34,37,48)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ^(18,30,39)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(4,44,46)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(4,9,10,32)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(4,13,31,40,49)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,29,38)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 45/2018-BLOMOD).
33. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-BLPRD).
34. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
35. Em 07.08.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 88/2018-GLPMDDB).
36. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDDB).
37. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
38. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
39. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
40. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 64/2018-BLOMOD).



41. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
42. Em 31.10.2018, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
43. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
44. Em 05.11.2018, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. nº 70/2018-BLOMOD).
45. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
46. Em 12.11.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 74/2018-BLOMOD).
47. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
48. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
49. Em 20.11.2018, o Senador Vicetinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 76/2018-BLOMOD).
50. Em 06.12.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, para compor a Comissão (Of. nº 100/2018-GLPSDB).
51. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GSRSOUSA)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14,25,29,30)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,31)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,26,28)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,23,27)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM).
25. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
26. Em 04.09.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular, em substituição ao senador Sérgio Petecão, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. nº 58/2018-BLDPRO).
27. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
28. Em 09.10.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 60/2018-BLDPRO).
29. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
30. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
31. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GRSOUSA)

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (MDB-RR) ^(1,55,61,62,64)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(1,50,53,65)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,11,13,19,70)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,12,35,36,37,47,69)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(5,56,66,67)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(5,59,60,68)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46,57,58)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39,57,58)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16,54,63)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPCD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).
58. Em 09.07.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, passando a ocupar vaga de suplente, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 39/2018-BLDPRO).
59. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
60. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
61. Em 07.08.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2018-GLPMDB).
62. Em 04.09.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 93/2018-GLPMDB).
63. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
64. Em 09.10.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho (Of. 94/2018-GLPMDB).
65. Em 11.10.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 103/2018-GLPMDB).
66. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
67. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
68. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
69. Em 05.12.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço (Of. 99/2018-GLPSDB).
70. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GRSOUSA)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
VAGO (4,34)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4,29,31)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (33)
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
VAGO (5,32)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25,28,30)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).
29. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 46/2018-BLPRD).
30. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Rudson Leite (Of. 66/2018-BLOMOD).
31. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
32. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
33. Em 04.12.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 97/2018-GLPSDB).
34. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GSRSOUSA)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3. Senador Zé Santana ⁽³⁸⁾
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. VAGO ^(6,37)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,36)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(1,10,33,35)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,28,29,34)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21,27,31)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18,26,32)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,25,30)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPCD).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPCD).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPCD).
28. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
29. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
30. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
31. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
32. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 65/2018-BLOMOD).
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
35. Em 04.12.2018, o Senador Omar Aziz passa a compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. nº 80/2018-BLDPRO).
36. Em 04.12.2018, o Senador Otto Alencar passa a compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 81/2018-BLDPRO).
37. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GRSOUSA)
38. Em 19.12.2018, o Senador Zé Santana foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 119/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (39,40)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
Senador Zé Santana (6,9,41)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,30,32,36)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
VAGO (4,39,40)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,34,35)
Senador José Pimentel (PT-CE) (5,13,15,37,38)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
35. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
36. Em 04.12.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular na comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 50/2018-BLPRD).
37. Em 05.12.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, em vaga cedida pelo Bloco Moderador (Of. nº 51/2018-BLPRD).
38. Em 05.12.2018, o Bloco Moderador cede a vaga de titular ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2018-BLOMOD).
39. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GSRSOUSA)
40. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GSRSOUSA)
41. Em 19.12.2018, o Senador Zé Santana foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 119/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Guaracy Silveira (PSL-TO) ^(5,16,24,29,30)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,18,27,28)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of. 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPCD).
28. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
29. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
30. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 004/2018-GLDPDT).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30,35,37)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7,39,48,49)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. Senador Garibaldi Alves Filho (10,27,37)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. VAGO (3,50)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4,34,43,47)
VAGO (4,45)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
VAGO (1,16,32,41)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,22,44,46)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13,33,42)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26,31,38,40)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPCD).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPCD).
34. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDB).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).
37. Em 03.07.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor a comissão como titular passando a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 80/2018-GLPMDB).
38. Em 03.07.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. nº46/2018-BLOMOD).
39. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
40. Em 05.09.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 56/2018-BLOMOD).
41. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
42. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 63/2018-BLOMOD)
43. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
44. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
45. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
46. Em 05.11.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 69/2018-BLOMOD).
47. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
48. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Ferrer, titular do mandato (Of. s/n).
49. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
50. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GRSOUSA)



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,31,34,35)	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,36)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(17,27,33)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(19,22,23,26,30)
VAGO ^(2,18,28,32)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).
31. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
32. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Ferrer, titular do mandato (Of. s/n).
35. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
36. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GSRSOUSA)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(6,14,17,18)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3. Senador Zé Santana ⁽²⁰⁾
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (PSL-TO) ^(1,16)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,19)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
- Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
16. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 005/2018-GLDPDT).
17. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
18. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
19. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GSRSOUSA)
20. Em 19.12.2018, o Senador Zé Santana foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 119/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (8,12,29)	2. Senador Romero Jucá (11,32)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador João Alberto Souza (16,30)
Senador Dário Berger (8,30)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) (31)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14,23,39)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (28)
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3. VAGO (33,38)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,35,37)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2,24,27,36)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18,25,26)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,13,19,21,34)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
25. Em 04.07.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 50/2018-GLBPDC).
26. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
27. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
28. Em 06.11.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 85/2018-GLPSDB).
29. Em 06.11.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
30. Em 06.11.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em permuta com o Senador João Alberto Souza, que passa a ocupar vaga de suplente (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
31. Em 06.11.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
32. Em 06.11.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
33. Em 06.11.2018, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 86/2018-GLPSDB).
34. Em 06.11.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 71/2018-BLOMOD).
35. Em 06.11.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 69/2018-BLDPRO).
36. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
37. Em 08.11.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Givago Tenório, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 70/2018-BLDPRO).
38. Em 21.11.2018, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como membro suplente, o colegiado, pelo Bloco Social Democracia (Of. 92/2018-GLPSDB).
39. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GRSOUSA)

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ^(11,15)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).
- Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Zé Santana ^(10,21,33)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(18,24,28,29)
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(26,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,32)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(9,30)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(17,31)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16,22,25)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).
24. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
25. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
26. Em 31.10.2018, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo PSDB, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. 83/2018-GLPSDB).
27. Em 31.10.2018, o Bloco da Maioria cede vaga para o PSDB (Of. 109/2018).
28. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
29. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
30. Em 20.11.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
31. Em 20.11.2018, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente, em substituição ao senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
32. Em 14.12.2018, vago em virtude da renúncia da Senadora Regina Sousa (Memo. 22/2018-GSRUSA)
33. Em 19.12.2018, o Senador Zé Santana foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 119/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017**Notas:**

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

MDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	MDB
VAGO	MDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	MDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
PP
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCU DO

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
DC
Senador Guaracy Silveira (PSL-TO)
DEM
Senador José Agripino (RN)
MDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PDT
Senadora Ângela Portela (RR)
PPS
Senador Cristovam Buarque (DF)
PRB
Senador Pedro Chaves (MS)
PROS
Senador Hélio José (DF)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PTB
Senador Telmário Mota (RR)
PTC
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PODE
Senador Romário (RJ)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

